



## REVISTA ESPAÇO LIVRE

Espaço Livre. Vol. 15, num. 29, jan. jun./2020.

<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

ISSN 2316-3011

### Capa

Diney Vasco & Edmilson Marques

### Conselho Editorial

Alexandra Viana/USP

André Melo/UFG

Edmilson Marques/UEG

Felipe Mateus/UFG

Jaciara Veiga/UFG

### Conselho Consultivo

Adriano José/GDF

Aline Cristina Ferreira/UNESP

Alvinan Magno Lopes Catão/UNB

André de Melo Santos/UFG

Anna Christine Ferreira Kist/UFSM

Cássia Baldini Soares/USP

Celestino J. L. Catalán/Valência-Esp.

Célia Maria Sivalli Campos/USP

Cleinaldo Pereira dos Santos/SME

Cleito Pereira dos Santos/UFG

Diego Marques dos Anjos/UNB

Edmilson Borges/UFG

Edmilson Marques/UEG

Edinei Oliveira Vasco/UFG

Eliane Maria de Jesus/UNEMAT

Erisvaldo Souza/UEG-IFG

Felipe Mateus de Almeida/UFG

Fernando Lima Neves/USP

Flávio Pereira Diniz/UFG

Gabriel Teles Viana/UFG

Jean Isídio dos Santos/UFG

Jaciara Reis Veiga/UFG

José Nerivaldo Pimenta da Silva/IFG

José Santana da Silva/UEG

Juversino de Jesus Júnior/UEG

Leonardo Venicius Parreira Proto/UEG-UFG

Lisandro Braga/UFMS-UFG

Lucas Maia/IFG

Marcos Augusto Marques Ataídes/UEG

Maria Angélica Peixoto/IFG

Mateus Ório/UFG

Matheus de Araújo Almeida/UFMG

Nanci Valadares de Carvalho/UFRJ

Nildo Viana/UFG

Ovil Bueno Fernandes/UEG

Renan Mosege Araújo Lima/UFG

Renato Dias de Souza/UEG

Ricardo Vidal Golovaty/IFG

Rubens Vinícius da Silva/FURB

Thiago Lemos da Silva/UFU

Uelinton Barbosa Rodrigues/UEG

Veralúcia Pinheiro/UEG

Weder David de Freitas/IFG

Wellington Rodrigues/UFG

## EXPEDIENTE

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de ideias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da ideia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e serem submetidos para avaliação através da página da revista, que pode ser acessada por este link: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

## SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação .....	05
Uma análise marxista das abordagens sociológicas dos movimentos sociais .....	07
<i>Gabriel Teles</i>	
Da indústria cultural ao capital comunicacional .....	30
<i>Erisvaldo Pereira de Souza</i>	
O Fetichismo pelo Cinema em <i>A Rosa Púrpura do Cairo</i> .....	41
<i>Felipe Andrade</i>	
Abordagem Institucionalista: breve crítica da "Teoria da Mobilização de Recursos" .....	53
<i>Rubens Vinícius da Silva</i> <i>Diego Marques Pereira dos Anjos</i>	
Valorização do Sujeito na Eja: contribuições de Erich Fromm e Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos .....	76
<i>Davi Fernandes Costa</i>	
A contextualização e o significado da obra filosófica de Josef Dietzgen .....	87
<i>Anton Pannekoek</i>	

## **Apresentação**

A vida está difícil. Essa é uma frase intimamente conhecida pelas classes inferiores. Cotidianamente é dita para se referir à realidade histórica que continua tornando a vida difícil para a maior parte da sociedade. Essa frase traz consigo a crítica da realidade e ao mesmo tempo a ideia de sua superação. E é aqui onde está um dos problemas que deve ser superado. A superação se refere à superação de quê? E se se propõe a superação, o que se planeja colocar em seu lugar?

O capitalismo criou maravilhas para a classe dominante e suas classes auxiliares e criou ao mesmo tempo a miséria, a exploração e a dominação para as classes inferiores. Estas últimas, no entanto, lutam cotidianamente para superar esta realidade, mas encontra pela frente os limites da consciência burguesa. A consciência burguesa não permite pensar para além do modo de produção capitalista. Por isso, pensar em superação em sua perspectiva perpassa seguir o caminho da meritocracia, do dinheiro, da acumulação de capital. É nesse sentido que prevalece hoje os projetos de vida em que os indivíduos elaboram ainda quando jovens, que vislumbram um futuro de acordo com os princípios do capital.

Alguns indivíduos trilham o caminho dos estudos. Conhecemos bem a máxima de que um indivíduo sem estudos não é nada; outros, começam logo cedo a trilhar o caminho do trabalho alienado; outros integram a criminalidade, outros, buscam caminhos diversos. E nestes caminhos, poucos tomam como referência um projeto que aponte para além do modo de produção capitalista. O que se observa é o predomínio da ideologia e modo de pensar da classe dominante que toma conta da consciência do indivíduo e o impede de pensar para além do modo de vida burguês. E assim, a vida burguesa é largamente reproduzida.

Quando se fala que a vida está difícil o que se propõe na maioria dos casos é planejar a vida para um trabalho alienado, buscar por melhores salários, ou até mesmo jogar a sorte na loteria, sempre na esperança de que o dinheiro possa tirar o indivíduo da situação difícil em que vive. Mas o tempo passa e a vida continua difícil. O que está claro é que o projeto burguês de sociedade cria pessoas doentes, torna a vida difícil para a maioria de seus integrantes, é pautada em relações de exploração e de dominação, e a liberdade é uma mera ilusão.

O que está claro é que esta sociedade precisa ser superada, precisa ser abolida. Mas como? Alguns vão dizer que é preciso eleger o candidato certo para tirar o país do atoleiro. Outros vão dizer que abolir a sociedade capitalista é impossível. Na sociedade feudal (e até mesmo na sociedade escravista), indivíduos também pensavam ser impossível o feudalismo ser abolido e outra sociedade ser constituída. E aqui estamos no capitalismo vivendo situação

semelhante. Mas o fim desta história é inexorável, e independente se se afirma ser impossível ou não, a roda da história não roda para trás. Temos pela frente um mundo a conquistar.

O movimento operário foi o primeiro movimento da história a demonstrar a possibilidade de uma nova sociedade sem classes sociais. Isso despertou a ira da burguesia, como não poderia deixar de ser. Os seus auxiliares também ficaram preocupados, e até hoje ruminam para todos os lados que o único futuro possível é a democracia, ou seja, a sociedade burguesa. É claro que essa é a forma de defenderem a sociedade burguesa, de constranger as pessoas a não pensarem noutro projeto de sociedade que não seja no projeto que já conhecemos, o burguês.

O que a burguesia e seus auxiliares não esperavam é que o projeto de sociedade apresentado pelo movimento operário demonstrou sua eficácia no processo de supressão da miséria, das desigualdades, da pobreza, em síntese, na superação das classes sociais. E isso tornou-se um encaixe na história convertido em incômodo para os representantes do estado, que passaram a fazer investimentos cada vez mais amplos nos braços armados do estado, a investir em projetos sociais para limitar os movimentos radicalizados, em controlar os conteúdos que ensinam nas escolas etc. O que se observa é que há um certo ar de desespero nas ações do estado e da burguesia para ocultar da história o projeto de sociedade desenvolvido pela classe operária.

Mas a hora do funeral do capitalismo já soou a muito tempo. Desde o século XIX que o proletariado tocou a sirene para enterrar o modo de produção capitalista. E fez isso apresentando o projeto da autogestão. A Comuna de Paris de 1871 é o marco de apresentação deste projeto. O problema é que este sinal foi interrompido pelo estado e pela burguesia. Foi reprimido, suprimido e impedido de manifestar no conjunto das produções culturais. Hoje fala-se muito pela televisão, pelo rádio, na internet, nos livros etc., em política, em futuro, mas o que se fala é em política burguesa, em um futuro no capitalismo etc. Como se observa, nada de autogestão aparece. Isso é um exemplo do como o estado é cuidadoso em não deixar o projeto de sociedade da classe operária ser conhecido.

O estado tem conseguido sucesso nesta empreitada até agora. Mas o movimento histórico que implantará a autogestão está crescendo. A cada dia ganha um novo membro, cada membro desperta a atenção de outros indivíduos e neste movimento, a luta da classe operária vai se fortalecendo. Em breve a novidade histórica da autogestão despontará no horizonte, e isso acontecerá independente da vontade da burguesia e daqueles que integram as suas classes auxiliares.

*Boa leitura!  
Conselho Editorial  
Revista Espaço Livre.*

# Uma análise marxista das abordagens sociológicas dos movimentos sociais

Gabriel Teles\*

## Introdução

Os movimentos sociais aparecem como um tema de grande relevância nas ciências sociais, especialmente em sociologia, em meados da década de 50 e 60. É nesse momento histórico, de grandes mudanças no interior da sociedade capitalista, que os movimentos sociais começam a ter maior notoriedade na trama dos conflitos sociais e, inevitavelmente, são alvos de análises por parte de diversos sociólogos das mais diversas perspectivas e abordagens. Logo, ao longo desses mais de meio século de intensos debates sobre o significado político dos movimentos sociais, três grandes abordagens se estruturaram e hegemonicamente ditam o processo analítico desses fenômenos nos estudos sociológicos contemporâneos: estamos nos referindo as abordagens da mobilização de recursos, do processo político e dos novos movimentos sociais.

Todas elas, apesar de suas divergências e especificidades, apontam para um processo analítico parcelar, limitadas por isolar um determinado elemento do fenômeno (aspecto cultural, político, econômico, etc.) e por não perceber a totalidade concreta que é qualquer fenômeno social. Nesse sentido, a intenção de nosso texto é trazer um balanço introdutório e panorâmico dos limites e avanços dessas abordagens a partir do instrumental teórico e metodológico do marxismo. Avançamos na discussão sobre a análise dos movimentos sociais na perspectiva em outros trabalhos (TELES, 2017; TELES, 2018), assentados, especialmente nos trabalhos de Jensen (2014) e Viana (2016).

O itinerário do presente texto, então, passará pelas três grandes abordagens sociológicas sobre os movimentos sociais, evidenciando o contexto histórico de seu surgimento e desenvolvimento, seus principais representantes, influencias e “conceitos” (construtos) analíticos.

---

\* Doutorando em Sociologia pelo PPGS/USP, mestre em Sociologia pelo PPGS/UFG, graduado em Ciências Sociais/UFG. Pesquisador pelo Grupo de Pesquisa Dialética e Sociedade (GPDS) e Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais (NEMOS). Possui experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia dos intelectuais, materialismo histórico, sociologia da arte, método dialético, movimentos sociais e movimento estudantil. Compõem o conselho editorial da Revista Despierta (Internacional), Revista Posição, Revista Poéticus e Revista Enfrentamento.

## A Abordagem da Mobilização de Recursos

A abordagem conhecida como Mobilização de Recursos surge nos Estados Unidos em meados dos anos 1960, aprofundada e desenvolvida nos anos 1970 e, posteriormente, no final dessa década, se mistura a outras abordagens, numa tentativa de síntese para explicação dos movimentos sociais. O contexto histórico contribui para compreender, de forma analítica, as principais teses desta abordagem. Nesse sentido, ela surge e se desenvolve no regime de acumulação conjugado, onde o paradigma hegemônico era o reprodutivista, sendo o funcionalismo predominante nos Estados Unidos e o estruturalismo, na Europa.

É fundamental essa explicação prévia devido à força que o paradigma reprodutivista terá nas pesquisas nascentes sobre os movimentos sociais. É nessa época também que se constitui a ideologia da integração da classe operária no capitalismo (MARCUSE, 1982; ADORNO, 2008), as lutas pelos direitos civis em determinados países, a radicalização e institucionalização de determinadas ramificações do movimento negro nos EUA, a radicalização do movimento estudantil no mundo (sobretudo em 1968) etc.

Para Margit Mayer (1995), a ressonância desta abordagem em território norte-americano se dá por alguns elementos da própria sociedade estadunidense:

ela surgiu numa certa conjuntura histórica e representa a racionalização teórica de contradições historicamente determinadas e sua práxis correspondente. Em outras palavras, a MR emergiu de um esforço para analisar os movimentos sociais dos anos 60 e, como consequência, reflete suas condições de emergência, dinâmica, desenvolvimento, estrutura de organização, etc., em contraste com as abordagens clássicas que procuravam explicar os movimentos de massa dos anos 20 e 30, os quais eram totalmente diferentes dos tipos de movimento dos anos 60 (MAYER, 1995, p. 182).

O primeiro elemento a ser evidenciado são as influências intelectuais desta abordagem, que são fundamentalmente quatro: (1) teoria da escolha racional; (2) economia política (em especial a escola marginalista); (3) a discussão em torno da racionalização e a questão da burocracia weberiana; e, por fim (4) a sociologia das organizações. A ideia do cálculo racional é hegemônica e os desdobramentos dessas influências se dá no individualismo metodológico predominantes nos autores desta abordagem.

Já o segundo elemento são os seus representantes intelectuais, cujos destaques são Mancur Olson, Anthony Oberschall, Mayer Zald e John McCarthy. O primeiro deles, Olson, foi o mais influente:



O estudioso mais influente deste dilema foi o economista americano Mancur Olson (1965). Embora Olson reconhecesse a importância dos incentivos não-materiais, sua teoria começava e acabava no indivíduo. Para Olson, o problema da ação coletiva era de agregação: como envolver a maior parte possível de um grupo em seu próprio benefício. Apenas dessa maneira o grupo poderia convencer seus opositores de sua própria força. Em seu livro, *The Logic of Collective Action*, Olson propôs que, em um grupo grande, apenas os seus membros mais importantes têm interesse suficiente em alcançar o seu bem coletivo para assumir a sua liderança (TARROW, 2009, p. 33).

Já Anthony Oberschall centrará suas análises a partir de duas dimensões referentes ao comportamento coletivo, em especial dos movimentos sociais: as vertentes vertical e horizontal (FERREIRA, 1995). A vertente vertical expressa que a ação coletiva só é exequível com a segmentação dos movimentos sociais, em uma luta com outros movimentos no que tange a ascensão na escala hierárquica da “estratificação social da sociedade”. Já a vertente horizontal refere-se à busca de uma maior coesão social interna para obter a possibilidade de uma capacidade organizacional, necessária para continuar com suas ações na sociedade.

Em ambos os casos, a centralidade dos recursos é fundamental. Ou seja, a dinâmica dos movimentos sociais, bem como de suas dimensões, obedece a um conjunto de determinações ligada à sua capacidade de mobilizar recursos tanto externos – governo, sociedade civil, opinião pública, meio de comunicação – quanto internos – indivíduos, materiais, tecnologia, dinheiro, etc.

A questão de recursos, como já explicitada no nome dessa abordagem é o núcleo central do processo analítico de seus autores. Os intelectuais que mais exploraram essa questão, além de sistematizarem a discussão acerca da mobilização de recursos, foram Mayer Zald e John McCarthy. É a partir da discussão de ambos que trataremos as principais definições e conceitos desta abordagem.

Em artigo intitulado “*Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial*” (2017), de 1977, os autores buscam trazer um balanço histórico e sistematizar a discussão da abordagem de mobilização de recursos ao longo do seu desenvolvimento intelectual. Segundo os autores, essa abordagem lida com a dinâmica, táticas de crescimento, declínio e mudança dos movimentos sociais, examinando a variedade de recursos a serem mobilizados:

Em primeiro lugar, o estudo da *captação de recursos* (dinheiro e trabalho) é crucial para a compreensão da ação do movimento social. Os *recursos* são necessários para o engajamento no conflito social e por isso devem ser captados para atingir os propósitos coletivos. Em segundo lugar, a captação de recursos requer alguma forma mínima de *organização*, e, portanto, implícita ou explicitamente, vamos nos concentrar mais diretamente sobre organizações do movimento social do que aqueles que trabalham dentro da perspectiva tradicional. Em terceiro lugar, na explicação dos

sucessos e fracassos de um movimento, *há um reconhecimento explícito da importância crucial do envolvimento por parte de indivíduos e organizações externos à coletividade que um movimento social representa*. Em quarto lugar, às vezes explicitamente, um modelo de oferta e procura é por vezes aplicado ao fluxo de recursos para e a partir de movimentos sociais específicos. Finalmente, há uma sensibilidade em relação à importância dos *custos e benefícios para explicar o envolvimento individual e organizacional nas atividades do movimento social*. Os custos e os benefícios são centralmente afetados pela estrutura da sociedade e pelas atividades das autoridades (ZALD & MCCARTHY, 2017, p. 06, grifos nossos).

Estes são os elementos básicos da abordagem da mobilização de recursos. Cada elemento é abordado de maneira distinta pelos autores, conforme suas diferenças de análise e influências. Nesse sentido, Zald e McCarthy nos fornecem uma síntese da compreensão de movimentos sociais dessa abordagem a partir da seguinte definição (ZALD & MCCARTHY, 2017, p. 08): “um movimento social é um conjunto de opiniões e crenças em uma população que manifesta preferência pela mudança em alguns elementos da estrutura social e/ou na distribuição de recompensas em uma sociedade”.

Torna-se evidente a compreensão de movimento social enquanto estruturas de preferências voltadas para a mudança social. No entanto, há outros conceitos que ajudam a explicar essa abordagem, já que eles não tratam dos movimentos sociais em si, mas de uma parte específica deles. Estes conceitos são os de Organização de Movimento Social (OMS), Indústria de Movimento Social (IMS) e Setor de Movimento Social (SMS). A OMS é definida como determinada organização formal que busca identificar seus objetivos com as preferências e interesses de um determinado movimento social (MS). Já a IMS é caracterizada como um conjunto de OMS's e SMS seria composto pela totalidade de IMS em uma determinada sociedade, independentemente dos movimentos sociais a que estão ligadas. Para esses autores

[...] separar de forma analítica esses componentes, ao distinguir entre um MS e uma IMS, tem várias vantagens. Em primeiro lugar, enfatiza que os movimentos sociais nunca estão totalmente mobilizados. Em segundo lugar, ele se concentra explicitamente no componente organizacional da atividade. Em terceiro lugar, reconhece explicitamente que os movimentos sociais são tipicamente representados por mais de uma OMS. Finalmente, a distinção permite a possibilidade de uma análise do crescimento e declínio de uma IMS, que não é totalmente dependente do tamanho de um MS ou da intensidade das preferências dentro dele. (ZALD & MCCARTHY, 2017, p. 10).

Por fim, Zald e McCarthy, à guisa de síntese, resume esta abordagem nas seguintes palavras:

O modelo de mobilização de recursos que descrevemos aqui enfatiza a interação entre a disponibilidade de recursos, a organização preexistente das estruturas de preferência e as tentativas empresariais de atender a demanda de preferências. Enfatizamos como esses processos parecem operar no contexto americano moderno. Diferentes

circunstâncias históricas e padrões de infraestruturas de adesão preexistentes afetarão as estratégias da atividade empresarial da OMS em outras épocas e lugares. Nossa ênfase, no entanto, parece ser útil na análise das atividades paralelas em diferentes contextos, incluindo sociedades camponesas e também em explicar os processos de crescimento, estabilidade e declínio nos movimentos sociais (ZALD & MCCARTHY, 2017 p. 32).

Em nossa perspectiva, a abordagem da mobilização de recursos possui diversos problemas e limites analíticos. Isto significa dizer que, no que tange à pretensão de explicar e analisar os movimentos sociais, esta abordagem não consegue expressar a realidade dos mesmos, contribuindo mais para ofuscar do que elucidar.

A primeira crítica que pode ser realizada em relação a essa abordagem é a sua base ideológica, que não se estrutura, não se desdobra para a análise dos movimentos sociais. Isto fica claro na própria definição do fenômeno estudado. A compreensão de que os movimentos sociais são um conjunto de opiniões e crenças que manifestam preferência pela mudança em determinados aspectos da realidade ou recompensas no interior desta, é ampla demais e abarca outros fenômenos ou processos que não sejam os dos movimentos sociais. Nessa definição, partidos políticos, sindicatos, sistemas de pensamento, representações etc. poderiam ser considerados movimentos sociais. Tamanha elasticidade deste construto contribui para o seu não entendimento e a não compreensão de sua especificidade dos movimentos sociais na sociedade.

A segunda crítica é a deficiência metodológica inscrita na quase totalidade dos escritos e perspectivas dentro desta abordagem. A realidade concreta passa ao largo dos estudos, posto que o procedimento mais utilizado nessa abordagem é a proposição de sistemas classificatórios arbitrários, aplicando empiricamente<sup>1</sup> este modelo produzido pelos pesquisadores. Tal procedimento conforma-se naquilo que Kosik chamou de mundo da pseudoconcreticidade (KOSIK, 1986).

A terceira crítica é a ausência da totalidade. Um movimento social só pode existir no interior de uma sociedade. Nesse sentido, essa sociedade possui múltiplas determinações, que traz consequências diretas ou não, a este movimento social. Por esse ângulo, não é possível analisar um fenômeno isolando seus aspectos, muito menos as determinações de uma sociedade. Na abordagem de mobilização de recursos, os movimentos sociais não aparecem vinculados ou relacionados ao papel do Estado, as bases sociais são os indivíduos ou a coletividade, que

---

<sup>1</sup> Compreendendo a questão empírica aqui como uma visão empobrecedora do real. Utilizamos a categoria “concreto” do método dialético que contribui para expressar uma determinada realidade social.

aparece como um conjunto de indivíduos atomizados, excluindo a discussão de classes sociais e outras dinâmicas coletivas da sociedade moderna. Enfim, por uma multiplicidade de outros fenômenos que estão articulados na totalidade das relações sociais concretas dentro da sociedade capitalista.

A quarta crítica assenta-se não na análise dos movimentos sociais de forma geral, mas sim, especialmente, nas organizações de movimentos sociais (OMS). O foco analítico dos autores dessa abordagem se dá na dinâmica das OMS's, IMS's e SMS's. Ou seja, a análise é a partir das organizações mobilizadoras formais dos movimentos sociais, excluindo as organizações informais e organizações de base ou até mesmo ramificações de movimentos sociais que não possuem uma organização formada. E esta questão se agrava posto que não se explica ou esclarece o motivo de não haver a análise dos movimentos sociais em si (não das suas organizações).

Outros autores expuseram várias críticas mais específicas a essa abordagem, inclusive alguns dos seus próprios integrantes buscam “atualizar” seus estudos, assimilando algumas críticas, constrangidos pela realidade que estava em transformação e que seus antigos modelos explicativos acerca dos movimentos sociais não ofereciam embasamento para efetuar o processo analítico a partir dessas transformações sociais.

Apesar das críticas, é também necessário explicitar as contribuições dessa abordagem que, a nosso ver, podem ser divididas em dois elementos.

O primeiro consiste na questão da mercantilização que atinge os movimentos sociais, sobretudo nos casos analisados por essa abordagem, as Organizações de Movimento Social (OMS). Embora assentada em uma base frágil, as análises das OMS's, (em nossa perspectiva, denominamos as OMS's de Organizações Mobilizadoras) nos auxiliam a perceber o cálculo que essas grandes organizações devem operar para se desenvolver e continuar existindo e se ampliando. É nesse sentido que utilizam o que ficou conhecido como cálculo racional, mas que, na realidade, trata-se de cálculo mercantil.

Os movimentos estão circunscritos na sociedade capitalista onde sua determinação fundamental encontra-se no modo de produção. As relações mercantis, antes resguardadas na esfera da produção, começam a desaguar nas relações sociais de forma geral, inclusive dentro da sociedade civil, contribuindo para a reprodução do capitalismo, transformando valores, interesses e sentimentos. Os movimentos sociais não escapam desse processo de mercantilização, posto que necessitam de recursos financeiros para continuar suas ações,

sobretudo em grandes quantidades, as organizações formais. Apesar de não realizarem essa análise, contribuem na percepção desse fenômeno de maneira pioneira.

A segunda contribuição dessa abordagem para a análise dos movimentos sociais é a questão que envolve o fenômeno da burocracia. Em que pese o não aprofundamento do fenômeno burocrático, existem discussões pontuais acerca dos líderes, “gerentes” e dirigentes dentro das Organizações de Movimentos Sociais. Apesar de “naturalizar” a necessidade de um dirigente no interior dos movimentos sociais (ZALD & MCCARTHY, 2017), essa abordagem nos fornece elementos para pensar o papel dos dirigentes no processo de burocratização dos movimentos sociais, bem como seu papel de captador de recursos com os integrantes constituintes das OMS’s.

A abordagem da mobilização de recursos teve pouca repercussão fora dos Estados Unidos. Isto é explicado devido a própria especificidade do capitalismo “superdesenvolvido” dos EUA (o que gera uma maior mercantilização e burocratização da sociedade civil e, por conseguinte, dos movimentos sociais), bem como a especificidade dos pesquisadores norte-americanos frente aos movimentos sociais. O caráter aparentemente crítico, desmascarando que determinadas organizações de movimentos sociais possuíam tendências mercantilizadas e burocratizadas, trouxe rejeição tanto por parte dos movimentos sociais quanto por parte de pesquisadores simpatizantes destes movimentos:

A antipatia que gerou na esquerda, ao comparar movimentos com empresas (sic), talvez explique a pequena ressonância da TMR na Europa e sua inexpressiva entrada na América Latina. Já em casa, teve impacto grande e imediato. Cerca de 56% dos artigos publicados nas principais revistas norte-americanas de sociologia e ciência política, nos anos 1970, usavam o approach (ALONSO, 2009, p. 53).

Como já colocamos anteriormente, alguns autores dessa abordagem “atualizaram” determinamos elementos e, junto com outros pesquisadores, buscaram esboçar e desenvolver uma nova abordagem que ficou conhecida como abordagem dos *processos políticos*. Esta será foco de nosso próximo tópico.

## **A Abordagem do Processo Político**

A abordagem do processo político aparece como uma tentativa de atualização da sua antecessora. Tal proposta se dá no seio da assimilação das críticas enfrentadas ao longo de duas décadas de debate e pesquisas dos movimentos sociais, evidenciando suas fragilidades,

contribuições e limites analíticos dentro e fora das discussões norte-americanas. A proposta de uma nova abordagem começa a se esboçar no final dos anos 1970, estruturando-se na década de 1980 e consolidando-se no início da última década do século XX.

O pano de fundo, isto é, o contexto histórico ao longo do desenvolvimento desta abordagem é o regime de acumulação integral, sendo a sua forma estatal, o neoliberalismo, elemento importante que trará desdobramentos para o processo analítico dessa forma de se pensar os movimentos sociais. Nesse período, ocorre uma mutação cultural: o paradigma subjetivista torna-se hegemônico na produção intelectual e acadêmica no mundo, sobretudo na Europa (VIANA, 2019); no entanto, a abordagem do processo político ainda possui traços fundamentalmente do paradigma reprodutivista<sup>2</sup>.

É nessa época que ocorre também uma intensificação da internacionalização da produção intelectual, com políticas conscientes e estruturadas da esfera intelectual para socializar a sua influência em outros países. A abordagem do processo político utiliza conscientemente esta estratégia para expandir sua influência, ficando nítido em seus estudos que começam a ser ampliados não só a partir de pesquisas do contexto norte-americano, mas da Europa, América Latina, além de incorporação de intelectuais de vários lugares do mundo, como Sidney Tarrow (de origem italiana) etc. Além disso, os embates com outras interpretações e formas explicativas sobre os movimentos sociais tornam-se mais acaloradas, tal como as discussões da abordagem do processo político e da abordagem dos *novos movimentos sociais*.

Um outro aspecto histórico importante são as próprias mudanças nos movimentos sociais. Com as transformações do desenvolvimento de acumulação de capital, bem como a sua forma de regularização fundamental, o Estado, determinados movimentos sociais possuem novas características, além do surgimento de novos movimentos, tal como o ecológico, direito de animais, medicina alternativa, antiglobalização, etc. Os desdobramentos destas transformações são sentidos e captados pelos pesquisadores da abordagem do processo político.

O primeiro elemento que devemos colocar são suas influências intelectuais e bases metodológicas. A primeira influência é a mobilização de recursos, mas com adaptações ao novo momento histórico e incorporando as críticas feitas ao longo do seu desenvolvimento. Uma das grandes ambições da abordagem do processo político é resolver os problemas da

---

<sup>2</sup> O paradigma subjetivista será hegemônico nos estudos da abordagem dos Novos Movimentos Sociais, que até hoje é a abordagem mais utilizada para a análise dos movimentos sociais. Veremos esta questão no tópico a seguir, quando tratarmos desta abordagem em específico.

abordagem anterior, englobando a questão do Estado, integrando a questão cultural e retirando o aspecto economicista da abordagem. Trataremos desta questão mais adiante.

A segunda influência é o leninismo, resgatada principalmente por Sidney Tarrow. Para Tarrow (2009), Lênin trouxe contribuições relacionadas à questão da organização do confronto político e Gramsci trouxe o aspecto cultural para a análise e intervenção dos “grupos em conflitos”:

Lênin criou a reflexão sobre as organizações de movimento, necessárias para estruturá-lo e impedir sua dispersão em estreitas reivindicações corporativas (o que mais tarde seria chamado de “mobilização de recursos”); e Gramsci centrou sua teoria na necessidade de construir um consenso em torno dos objetivos do partido (o que passou a ser chamado de “enquadramento interpretativo e formação de “identidade coletiva). Mas nenhum deles especificou as condições em que se poderia esperar que os trabalhadores, explorados e com poucos recursos, se mobilizassem pelos seus interesses – que chamaremos de problema das oportunidades e restrições políticas (TARROW, 2009, p. 31).

A terceira influência provém da produção intelectual de Charles Tilly, sobretudo a construção dos construtos de oportunidades e ameaças (TILLY, 2010; ALONSO 2012). Em seu livro *From Mobilization to Revolution* (1978), Tilly formula sua análise acerca das ações coletivas modernas, colocando como principal elemento para mobilização a questão das oportunidades e ameaças para os desafiantes e elites/autoridades, sendo que estas duas dimensões são externas aos desafiantes e ligadas à ação do Estado. A questão da oportunidade política se tornará o aspecto que será mais ressaltado pelo conjunto de autores que estão circunscritos na abordagem do processo político.

Embora os termos oportunidades-ameaça e facilitação-repressão fossem partes da síntese original de Tilly, durante os anos 1980 os teóricos dos processos políticos tenderam a estreitar o seu campo de atenção, focalizando as oportunidades. Alguns estudiosos – seguindo os passos de Eisinger – estudaram como as diferentes estruturas políticas proporcionam graus maiores ou menores de oportunidade para grupos insurgentes; outros examinaram como movimentos específicos, e exploram as oportunidades proporcionadas pelas instituições; outros viram como as oportunidades para um determinado movimento mudam com o tempo; e outros ainda estudaram ciclos inteiros de protesto para entender como a deflagração de uma onda de mobilização afetou os movimentos posteriores. Numa grande síntese comparativa, Hanspeter e Kriesi e seus colaboradores usaram o conceito de oportunidade política para analisar os novos movimentos sociais em quatro países da Europa Ocidental (TARROW, 2009, p. 37).

Por fim, a quarta e última influência é o aspecto cultural incorporado por essa abordagem. Grande parte das críticas direcionadas aos autores da mobilização de recursos é a inexistência de uma dimensão cultural na explicação dos movimentos sociais. A abordagem do processo político, sendo parte dela advinda da abordagem anterior, assimila tais críticas e busca

anexar a dimensão cultural a partir do que será denominado quadros interpretativos ou enquadramento interpretativos (originário, sobretudo da tradição do interacionismo simbólico de Goffman). Outros construtos, de menor impacto, também serão incorporados, tais como o de “mobilização por consenso”, desenvolvida por Klanderman (KLANDERMAN, 1988;1997 apud TARROW, 2009) e a ideia de “pacotes ideológicos” de Gamson (1988 apud TARROW, 2009).

O segundo elemento são seus representantes intelectuais. Há um conjunto enorme de autores que se filiam a essa abordagem, no entanto, os seus principais representantes são: novamente Zald e McCarthy (que fizeram autocríticas), Doug McAdam, Charles Tilly e Sidney Tarrow.

Zald e McCarthy vão focar, desta vez, os recursos sociais de uma determinada comunidade, observando o seu contexto político e a rede de relações sociais. Grande parte de seus estudos irão se estruturar na análise do movimento dos direitos civis nos Estado Unidos (GOHN, 2004). Argumentam que outras determinações “macroestruturais”, além do aspecto econômico, poderiam facilitar a produção de protestos sociais. Em tom de autocrítica, Zald afirma:

Nossas teorias foram úteis porque criaram um espaço para perspectivas renovadas de estudo, problematizando certas questões e desenvolvendo de forma mais sofisticada análises da psicologia social e da macrosociologia dos movimentos sociais [...], porém tornaram-se velhas, não dedicando atenção suficiente a uma série de questões como a relação entre classe e formação de identidade para a mobilização, as oportunidades políticas, as estruturas do Estado como elementos determinantes ou restritivas para a mobilização social, os outcomes, os microfundamentos dessas dinâmicas, o papel dos efeitos dos protestos e a intersecção entre crise cultural e atividade dos movimentos sociais (ZALD, 1992, p. 327).

Já Doug McAdam foi o primeiro a sistematizar o conjunto de pesquisas e reflexões acerca da abordagem do processo político. Inclusive foi ele o primeiro a chamar esta abordagem por este nome. Segundo McAdam (1999, p. 36) a ideia de “processo político” seria a síntese desta perspectiva por dois motivos: o primeiro é que “em contraste com várias formulações clássicas, considera-se que um movimento social é, acima de tudo, um fenômeno político, e não psicológico”, além disso “um movimento representa um processo contínuo desde sua geração até seu declínio, e não uma série descontinuada de estágios de desenvolvimento.”

Charles Tilly pode ser considerado um dos mais importantes nomes desta abordagem, apesar de dezoito da discussão do processo político em alguns aspectos no início de suas pesquisas e reflexões acerca dos confrontos políticos modernos. Como dissemos anteriormente,



Tilly forneceu um dos construtos fundamentais que todos os autores filiados a essa abordagem concordam entre si: a questão da oportunidade. De acordo com Tarrow (2009) o pensamento de Tilly possuía um caráter essencialmente estrutural, ou seja, as condições de mobilização não poderiam ser moldadas pelos próprios indivíduos que fazem e a produzem. O foco analítico torna-se, então, as oportunidades externas. O autor afirma também que as análises dos movimentos só podiam ser feitas em conexão com o Estado. Daí a ênfase na questão política - em que pese a não definição do que significa política para Tilly e para os outros autores desta abordagem.

Por fim, há Sidney Tarrow, que é um dos representantes intelectuais mais conhecidos e discutidos, desde a década de 90, acerca dos estudos dos movimentos sociais. Seu livro *O Poder em Movimento* (TARROW, 2009) escrito em 1994 e reelaborado em 1998<sup>3</sup>, tornou-se uma referência nos estudos do confronto político em geral e do movimento social em específico. O seu mérito está em sintetizar toda a tradição da abordagem do processo político e buscar avançar no processo analítico a partir das referências e influências basilares desta abordagem. Assim, o autor consegue trazer a discussão dos construtos e definições principais desta abordagem e reelaborá-las no interior de sua produção intelectual. Focalizaremos neste autor devido a esses elementos.

Nesse sentido, o terceiro elemento são as definições e construtos fundamentais desta abordagem. Podemos elencar cinco aspectos colocados por Tarrow (2009): oportunidades e restrições políticas; confronto político (repertório); enquadramento/quadro interpretativo; estrutura de mobilização e ciclos de protesto.

O primeiro deles, oportunidades e restrições políticas é o aspecto fundamental para pensar os movimentos sociais. Tarrow define oportunidades políticas como “dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso” (TARROW, 2009, p. 105). Já a restrição pode ser caracterizada como fatores que desencorajam o confronto, sendo o exemplo clássico o desencorajamento à repressão exercida pelo Estado.

Já o segundo construto, o de confronto político, também é denominado como repertório pelos outros autores dentro da abordagem. Tarrow indica a existência de três principais formas de confronto publicamente organizado: o choque violento, as formas convencionais e a ruptura criativa. No entanto

---

<sup>3</sup> A edição brasileira traduzida em 2009 vem desta reelaboração (ALONSO, 2012).

Os movimentos sociais não estão limitados a tipos particulares de ação, mas podem assumir uma variedade de formas, isoladas ou combinadas. Esta flexibilidade permite que eles combinem as reivindicações e a participação de amplas coalizações de atores em campanhas conjuntas de ação coletiva e a mudar o seu foco tanto dentro como fora do processo político [...] O movimento social moderno é um fenômeno multiforme, indo desde protestos que atacam simbólica e fisicamente o sistema dominante até movimentos que estão no âmbito da política convencional (TARROW, 2009, p. 137).

O terceiro construto é o de quadros/enquadramento interpretativos. É neste aspecto que aparece o elemento da cultura que colocamos anteriormente. Vários autores desta abordagem, como Gamson, Snow, Benford, Tilly, Tarrow etc. (GOHN, 2004), também utilizam este construto, mas de formas distintas. No entanto, o elemento central dos quadros interpretativos é que eles servem como uma determinada forma de interpretar a realidade; é a forma como os indivíduos significam e percebem determinado fenômeno, remetendo a questão da emoção, injustiça, processo de solidariedade etc. Para Tarrow, os quadros interpretativos são dispositivos enfatizadores de determinadas percepções, sobretudo da condição social que se encontram os grupos que se mobilizam.

De um reservatório cultural de símbolos possíveis, os organizadores de um movimento escolhem aqueles que supostamente farão a mediação entre o entendimento cultural do grupo ao qual se dirigem, suas próprias crenças e aspirações e suas situações de luta [...]. Os quadros interpretativos da ação coletiva são dispositivos enfatizadores que ressaltam e adornam a gravidade e a injustiça de uma condição social ou redefinido como injustiça ou imoral o que era visto anteriormente como desastroso, mas talvez tolerável (TARROW, 2009, p. 143).

O quarto construto desta abordagem é o de estruturas de mobilização, que remete a discussão herdada pela abordagem da mobilização de recursos. Não há homogeneidade quanto à definição e percepção na ideia de estrutura de mobilização, mas o elemento em comum em todos os autores é que se trata de um conjunto de organizações diversas. Para Tarrow, existem três formas “clássicas” de organizações: as institucionalizadas (a partir do modelo da socialdemocracia, que são propensas a se assimilarem à dinâmica institucional), as disruptivas (a partir do “modelo anarquista”, que são propensas à ação prática em termos de ruptura) e as organizações flexíveis, baseadas em estruturas conectivas informais (uma nova forma de organização, surgida contemporaneamente, que amplia a participação autônoma dos indivíduos, mantendo-os envolvidos no movimento). Cada uma delas, ao longo do tempo, buscam alcançar seus objetivos a partir das oportunidades políticas.

Por fim, o quinto e último construto desta abordagem é a questão dos ciclos de confronto ou de protesto. Tilly foi o primeiro a utilizar o termo ciclo, mas dando ênfase à questão do protesto. Mas é com o desenvolvimento desta abordagem que há um consenso

formado em substituir o termo *protesto* por *confronto*, por abarcar mais fenômenos e, segundo eles, ser mais preciso analiticamente. Nesse sentido, Tarrow compreende ciclos de confronto como uma determinada fase de conflitos marcante que atravessa um seguimento social.

O processo de difusão nos ciclos de confronto não é meramente por “contágio”, embora isso ocorra bastante. Ele também resulta de decisões racionais para tirar vantagem de oportunidades que foram demonstradas pelas ações de outros grupos: ocorre quando os grupos têm ganhos, e isso convida outros grupos a buscar resultados similares; quando os interesses de alguém são feridos por reivindicações de grupos insurgentes e quando a predominância de uma organização ou instituição é ameaçada e há uma reação através da ação coletiva (TARROW, 2009, p. 44).

De forma breve, estas são as principais preocupações analíticas desta abordagem. Não há um consenso em torno da definição de movimentos sociais, mas em todas suas definições existem três eixos que aparecem como núcleo em comum: a relação com a política institucional, a questão dos recursos e incorporação do elemento cultural no processo analítico. Tarrow, por exemplo, define movimentos sociais como desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa relação sustentada com as elites, opositores e autoridades:

[...] as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um **repertório de ação coletiva**, criam **novas oportunidades** que são usadas por outros, em **ciclos mais amplos de confronto**. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando **reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados** e quando podem ampliar ou contribuir dessas **redes sociais** e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam **em interações sustentadas com opositores** – especificamente, em **movimentos sociais** (TARROW, 2009, p. 38, grifos nossos).

Estes são os principais elementos desta abordagem. Trata-se agora de perceber seus limites e avanços.

A primeira crítica é a definição do que se entende por movimentos sociais. Assim como a abordagem anterior, a definição posta por todos autores desta abordagem é demasiada ampla e abstrata. O exemplo da definição de Tarrow, colocado logo acima, é sintomática nesse sentido: apesar da distinção entre confrontos políticos e movimentos sociais<sup>4</sup>, o autor não avança em expressar a realidade e especificidade do fenômeno. Se atentarmos para as bases da definição (*desafios coletivos, objetivos comuns, solidariedade social, relação sustentada contra elites*) enxergaremos um conjunto de fenômenos que fogem à própria realidade dos movimentos sociais. Nesta definição podem ser colocados partidos políticos, sindicatos,

<sup>4</sup> Tarrow coloca que todo movimento social é um confronto político, mas nem todo confronto político é um movimento social (TARROW, 2009).

protestos, organizações não-governamentais, “*think thanks*”, associações de bairro etc., enfim, uma infinidade de fenômenos que contribuem mais para confundir do que elucidar a própria ideia de movimentos sociais, assim como na abordagem anterior.

A segunda crítica, derivada da primeira, é a imprecisão “conceitual” e excessiva reformulação nos escritos dos autores da abordagem do processo político. Gohn (2004, p. 115) coloca que “A todo momento um autor cria um novo conceito, uma nova categoria, etc. apresentando-os com o complemento necessário para as lacunas existentes”<sup>5</sup>. Há também o procedimento de validar um “conceito” ou categoria apenas para um determinado movimento social, e não sua totalidade. Quando “aplicado” a um outro aspecto ou outro movimento social, torna-se não utilizável devido ao seu caráter específico.

A terceira crítica são as análises propriamente ditas dos movimentos sociais. Geralmente o que se analisam são lutas políticas específicas, tais como protestos, passeatas, confrontos etc. Os movimentos sociais aparecem tão-somente como exemplos superficiais ou como ilustrativos de determinado construto ou categoria de análise.

O quarto elemento crítico é o peso excessivo ao Estado, ignorando outras determinações que são essenciais para a dinâmica dos movimentos sociais. A debilidade desta questão é a mesma que a da abordagem anterior: a não percepção da totalidade. Se a crítica à ideologia de mobilização de recursos é percebida e explicitada a partir do seu caráter economicista, podemos colocar que a ideologia do processo político é “institucionalista”, ou seja, torna-se um determinismo a partir da política institucional. Essa questão gera o quinto elemento crítico, que é a deficiência e falta de conceitos fundamentais acerca de termos que eles próprios utilizam.

A não definição de política torna-se problemática, já que traz confusões acerca do que pode ser ou não entendida por esse termo. A quase totalidade dos autores que buscam sistematizar esta abordagem (ALONSO, 2009; GOHN 2004) se esquecem desse aspecto, geralmente colocando o foco na política. No entanto, o que percebemos é o foco no Estado, na dinâmica institucional. O termo *política* é polissêmico e é por isso que os intelectuais da abordagem do processo político podem perceber a política enquanto relação de e/ou com o Estado – apesar de não trazerem a definição, mas o que é perceptível em seus escritos.

No entanto, esta é uma percepção pobre e restrita de pensar a política. Partimos da definição marxista, ou seja, a compreendemos como toda forma de manifestação das lutas de

---

<sup>5</sup> Gohn coloca que se trata de complemento, mas trata-se, em verdade, de desenvolvimento.

classes (MILIBAND, 1979; VIANA, 2015). Ela se manifesta, então, não só na relação com o Estado, mas na esfera da produção, na sociedade civil, organizações, enfim, na totalidade da sociedade capitalista, já que esta é constituída por seres humanos e estes possuem pertencimento e interesse de classe. Por esse ângulo, seria mais preciso e correto colocar como uma abordagem que foca mais a questão institucional e estatal.

Apesar destes limites, a abordagem do processo político contribui para a percepção de alguns elementos nos movimentos sociais que até então não eram percebidos ou analisados.

A primeira contribuição está no mérito de incluir o Estado e a política institucional na análise dos movimentos sociais (e o equívoco é o isolamento dele). A segunda contribuição é a percepção da questão da doutrina nos movimentos sociais, o que eles chamam de quadros interpretativos e repertório. Esta questão nos ajuda a entender que os movimentos sociais não são necessariamente fundamentados em um pensamento complexo (ideologia, teoria, etc.). A terceira contribuição é apresentar, mesmo que superficial e isolando o Estado e os aspectos institucionais, a história dos movimentos sociais<sup>6</sup>. Na abordagem anterior, as organizações de movimentos sociais (OMS) apareciam como apartadas da história da sociedade e do contexto que ela estava inserida, já que o que interessava era o empírico imediato em sua dinâmica petrificada, a-histórica.

As repercussões desta abordagem surtiram mais efeitos do que a anterior. Como colocamos no início deste tópico, houve um processo consciente de expansão e divulgação desta abordagem. Devido a assimilação das críticas e a internacionalização da produção acadêmica, tal abordagem conseguiu sair dos confins do território norte-americano e ter relativa influência em outros continentes:

Nos Estados Unidos, a TPP teve de inicialmente competir com a TM, mas logo a suplantou. Lá, como na Europa, a teoria encontrou legião de adeptos, que a aplicaram a inúmeros países e períodos. Na América Latina seu sucesso foi bem mais modesto. No Brasil, o trabalho pioneiro nessa direção é o de Boschi (1987), que utiliza uma versão estilizada da TPP para tratar das mobilizações durante o processo de redemocratização (ALONSO, 2009, p. 59).

Paralelamente ao desenvolvimento das pesquisas acerca dos movimentos sociais nos Estados Unidos, pesquisadores e autores Europeus, de diversas perspectivas e abordagens, estruturam e esboçam formas de se pensar e refletir acerca do que chamam de ação coletiva

<sup>6</sup> Tilly, por exemplo, vai trazer um apanhado dos confrontos políticos desde o início do capitalismo até a década de 90 (TILLY, 1993), Tarrow irá mapear os repertórios de confronto a partir da história da relação entre movimentos sociais e Estado (TARROW, 2009) etc

(especialmente dos movimentos sociais). O conjunto de autores que estruturaram essa nova maneira de se pensar os movimentos sociais ficou conhecido como “Teoria dos Novos Movimentos Sociais”.

Esta abordagem, no início de seu desenvolvimento, entra em debate e polêmica com a abordagem da mobilização de recursos, que assimila suas críticas e, juntando com outros autores, criam a abordagem do processo político. No entanto, o debate continua. Se a abordagens de mobilização de recursos dá ênfase à economia e a abordagem de processo político na dinâmica institucional e ao Estado, a abordagem dos novos movimentos sociais irá enfatizar a questão cultural na análise. É o que veremos a seguir.

### **A Abordagem dos Novos Movimentos Sociais**

A abordagem dos Novos Movimentos Sociais insurge em um contexto histórico caracterizado por mudanças significativas na sociedade capitalista. Trata-se, como na abordagem anterior, de um contexto marcado pela transição de um regime de acumulação para outro, o que pressupõe uma mutação ideológica, trazendo consequências e desdobramentos para as análises dos movimentos sociais, sobretudo na Europa. Paulatinamente, o paradigma reprodutivista começa a perder forças com a emergência do paradigma subjetivista e, posteriormente, com sua hegemonia a partir dos anos de 1980. Antes de entrarmos nessa questão é importante colocar que esta abordagem surge como uma resposta a determinados acontecimentos na dinâmica da sociedade.

No final dos anos 60, ocorre um processo de radicalização de diversos movimentos sociais (especialmente o movimento estudantil e o movimento negro) e do movimento operário; trata-se da intensificação das lutas de classes posta pela crise de acumulação conjugada. Com o fim dos conflitos e a instauração de um novo regime de acumulação (integral), ocorre a retomada da estabilização da acumulação de capital e, com ela, uma nova mutação cultural que tentará responder, à nível ideológico, as novas determinações deste tempo histórico.

Uma destas respostas é o surgimento do pós-estruturalismo, que buscava criticar as “metanarrativas históricas”, negando e questionando a categoria da totalidade, retirando a “centralidade” do trabalho, ofuscando as lutas de classes enquanto motor histórico da sociedade, etc. A abordagem dos novos movimentos sociais assimila, em grande parte, os elementos e aspectos do pós-estruturalismo e se constituiu enquanto uma abordagem no interior do subjetivismo.

Nesse sentido, o pós-estruturalismo se torna uma de suas influências intelectuais mais importantes, mas acompanhadas de outras, sem menor peso. Estas outras influências, em muitos casos, são derivadas das próprias produções intelectuais de alguns dos representantes da abordagem dos novos movimentos sociais, tais como Touraine e Habermas. Ambos autores, para além dos estudos dos movimentos sociais, possuem uma produção intelectual que busca refletir sobre a sociedade no geral, especialmente o caráter das mudanças contemporâneas.

Embora cada qual tenha sua própria teoria da modernidade, compartilham mais ou menos o mesmo argumento central. Ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho. Uma nova sociedade se vislumbraria, dando lugar também a novos temas e agentes para as mobilizações (ALONSO, 2009, p. 59).

Diferentemente das outras abordagens, a dos novos movimentos não possui uma relativa homogeneidade em suas discussões. Seus autores concordam em algumas questões básicas, mas destoam em diversos elementos da sociedade que trazem consequências para o processo analítico dos movimentos sociais. Entre os autores mais conhecidos desta abordagem podemos colocar Touraine, Offe, Melucci, Laclau, Habermas, etc.

O que estes autores possuem em comum é o foco e a centralidade na questão cultural. Eles concordam que a partir da década de 60 houve uma transformação que deslocou o núcleo dos conflitos sociais postos na sociedade. Cada autor vai denominar essa nova sociedade: sociedade pós-industrial, sociedade da informação, sociedade pós-moderna, etc. As características dessa “nova sociedade” é o recuo da indústria e o aumento do mundo dos serviços, comércio, comunicação etc. Por esse ângulo, para estes autores, o movimento operário perde a sua centralidade devido a esse conjunto de mudanças e novos atores sociais assumem os conflitos agora no âmbito cultural etc. Em ações coletivas esses atores desenvolvem “novos movimentos sociais” em detrimento dos “velhos” (que são os movimentos de classes sociais). O que estes autores colocam, fundamentalmente, é que os conflitos sociais mudam as bases sociais. Em síntese, o que há em comum no interior desta abordagem são os seguintes elementos:

1. A concepção de uma nova abordagem sobre a sociedade (sociedade pós-moderna/pós-industrial, capitalismo tardio, etc.);
2. Crítica ao marxismo (especialmente Marx);
3. Crítica ao leninismo;

4. Crítica ao paradigma reprodutivista, sobretudo a sua ênfase, inicialmente na economia (abordagem da mobilização de recursos) e posteriormente a ênfase na questão política/institucional (abordagem do processo político);
5. Resgate de ideologias não hegemônicas no regime de acumulação anterior (conjugado), tais como a fenomenologia, interacionismo simbólico;
6. E por fim, devido à influência do pós-estruturalismo, uma suposta politização da vida cotidiana (mas efetivada de forma despolitizada, retirando o caráter da totalidade de suas análises).

Cada representante desta abordagem irá manusear estes aspectos em comum a sua maneira. Alain Touraine (1989), por exemplo, estabelece a distinção entre dois padrões da sociedade moderna o que, por consequência, corresponde a diferentes movimentos sociais. Na sociedade industrial os conflitos estavam em torno da produção, onde a predominância das lutas se dava no seio do movimento operário e da relação deste com a burguesia. Já na sociedade que ele denomina de pós-industrial, que se inicia após os anos 60, a indústria e o trabalho perdem a sua centralidade, diluindo seus conflitos devido à integração e à institucionalização exercidas nas democracias europeias pelos trabalhadores.

Nesse sentido, a dominação se resguardaria agora no aspecto cultural, cujo o controle tanto da informação quanto da tecnologia se dava por uma crescente tecnocracia. Devido à mudança na sociedade “[...] o conflito não está mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infraestrutura da sociedade, ao trabalho em particular, ele está em toda a parte” (TOURAINÉ, 1989, p. 13). Se não é mais o proletariado (trabalhadores produtivos), quem são os “sujeitos históricos” do “conflito” que busca transformar a realidade? Para Touraine, seriam os grupos que estão à margem do que ele chama de “normalidade sociocultural”: negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, estudantes, velhos, intelectuais etc.

Jürgen Habermas (1984), na mesma direção, argumenta que há um deslocamento das energias utópicas para uma nova zona de conflito na nova sociedade originada na década de 60. Os novos movimentos sociais, para este autor, localizam-se no processo de colonização do



mundo da vida<sup>7</sup> e eles buscariam resistir a essa colonização em favor da manutenção ou expansão de ações comunicativas, buscando qualidade de vida, direitos humanos, etc.

Os genuinamente “novos” movimentos sociais seriam os insurgentes contra a colonização do mundo da vida, contra os papéis institucionalizados de consumir da sociedade de mercado, de cliente dos serviços públicos do *Welfare State*, e mesmo de cidadão, fazendo a crítica das instituições políticas. Seriam propositores de novas formas de cooperação e de comunidade. Os exemplos: o movimento de jovens, o alternativo, o ambientalista e o pacifista. Em 1985, Habermas realocou o feminismo dentro os novos movimentos sociais, já que também demandaria a transformação das formas de vida (ALONSO, 2009, p. 63).

Já Alberto Melucci, também, como os outros autores, coloca um deslocamento dos conflitos na sociedade. Para Melucci, este deslocando vai do sistema econômico-social para as áreas culturais. Ou seja, do plano “material” para o plano “simbólico”. Para ele os conflitos “[...] afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual” (MELUCCI, 1989, p. 58).

Ele percebe os novos movimentos sociais como determinadas formas de resistência, em reação aos rumos do desenvolvimento capitalista, buscando um resgate do tempo, do espaço e das relações cotidianas (ALONSO, 2009). Essa resistência se daria no nível “pós-material”, sendo suas motivações simbólicas e voltadas fundamentalmente para o reconhecimento de identidade coletivas. A identidade coletiva é o fio-condutor dos novos movimentos sociais para este autor: “A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (MELUCCI, 1988, p. 343).

Nesse sentido, os indivíduos produzem uma ação coletiva quando começam a se comunicar, a produzir e/ou negociar significados e tomam consciência do que há em comum entre eles. A síntese desse processo é a construção de uma identidade coletiva, que pode ser um fim em si mesmo.

Como podemos evidenciar, cada qual à sua maneira, enfatizará a questão cultural na análise dos movimentos sociais, observando, sobretudo, uma suposta mudança na base social destes movimentos (antes movimentos de classes e agora movimentos de grupos às margens do novo estágio da sociedade). Para Alonso,

---

<sup>7</sup> Para Habermas, a expansão da racionalidade instrumental, que tem origem no que ele chama de esfera “sistêmica”, para os espaços destinadas a sociabilidade, interação e comunicação gera o “empobrecimento cultural”. Esse pauperismo é o que ele caracteriza como colonização do mundo da vida.

Os novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos ou minorias que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. [...] Esses analistas, portanto, entendem que a ênfase cultural é uma característica distintiva das novas mobilizações, razão pela qual usaram o advérbio “novo” para distingui-lo dos “velhos” (ALONSO, 2009, p. 68).

De nossa perspectiva, a ênfase no cultural é, ao mesmo tempo, um mérito e um problema desta abordagem. Mérito, pois, diferentemente das outras abordagens, coloca a relação entre indivíduo, grupo e movimento social de forma mais aprofundada, evidenciando que os interesses dos indivíduos possuem um possível papel mobilizador no interior dos movimentos sociais e o aspecto cultural tem um papel nessa questão. Um problema, pois, acaba que o aspecto cultural se torna a determinação fundamental que guia os movimentos sociais, ofuscando o caráter social e a totalidade das determinações dos mesmos. Derivado disso, a cultura desenvolve autonomia, desligada e apartada das outras determinações dos movimentos sociais.

Outra crítica a ser colocada é a confusão na questão da base social dos movimentos sociais. Esta abordagem faz uma divisão entre os movimentos sociais “clássicos” e os novos movimentos sociais, sendo os primeiros os movimentos de classe operária e os segundos de grupos às margens da integração da sociedade. Essa confusão acaba ofuscando uma fundamental diferença entre o fenômeno de movimento de classe e o movimento de grupo sociais. São dois fenômenos distintos, e não uma continuidade.

É criticável também a interpretação equivocada acerca do marxismo, colocando-o como uma interpretação economicista da sociedade e dos conflitos sociais, que não daria conta de explicar as novas mudanças no interior da dinâmica da sociedade.

Um dos conceitos fundamentais desta abordagem, o de identidade coletiva, carece do mesmo problema que a ênfase no cultural: a identidade coletiva é vista de forma autônoma, inclusive como um fim em si mesma, como afirma Melucci.

Em síntese, a teoria dos novos movimentos sociais acaba ofuscando o caráter de classe dos movimentos sociais e isso gera um grave problema analítico, o que traz consequências à elucidação da dinâmica dos movimentos sociais.

### **Considerações finais**

Buscamos, ao longo do presente texto, trazer três abordagens dos movimentos sociais utilizadas por diversos autores na análise dos movimentos sociais. Evidenciamos suas

fragilidades teórico-metodológicas e localizamos inconsistências no interior de seus argumentos. Reiteramos que não descartamos suas contribuições, mas assimilamos criticamente suas discussões que podem nos auxiliar ao entendimento e explicação dos movimentos sociais. Além disso, tratou-se mais de uma aproximação crítica introdutória do que uma exaustiva análise pormenorizada de suas determinações e elementos. Para tanto, necessitaríamos de uma pesquisa mais ampla.

As abordagens analisadas aqui apontam para algo em comum: o problema conceitual, que se desdobra, evidentemente, em outros problemas, dificultando e ofuscando o próprio fenômeno a ser estudado, derivados da questão metodológica. Os construtos e conceitos dos autores apresentados no presente trabalho expressam definições arbitrariamente pelos pesquisadores a partir, geralmente, do empírico. Tal procedimento contribui para a existência de incoerências, posto que determinadas definições geradas a partir de movimentos sociais específicos não se aplicam a outros; ou seja, não há uma definição que abarque a totalidade dos movimentos sociais. Outra manifestação desta incoerência pode aparecer a partir de uma definição ampla, que não só abarca os movimentos sociais, mas os demais fenômenos que mantêm elementos em comuns, porém que são diferentes (tais como manifestações, partidos políticos, sindicatos, etc.).

Outro problema localizado em nossa reflexão foi a não diferenciação entre movimentos de classes sociais e movimentos de grupos sociais. Tal diferenciação é fundamental, mas não está presente na grande maioria dos autores das abordagens aqui expostas. A não percepção desta diferença nos fornece um painel incompleto e deformado da dinâmica dos conflitos sociais na sociedade capitalista.

O último problema, e este já extrapola as abordagens aqui expostas, se respalda nos estudos concretos dos movimentos sociais. Um dos procedimentos realizados nas pesquisas deste assunto é o empiricismo. Muitos trabalhos buscam analisar diversos movimentos sociais, suas organizações, setores etc., sem muito tratamento teórico-metodológico, efetivando a pesquisa sem ao menos definir o que se entende por movimento social ou o movimento social específico que esteja sob análise. Geralmente este procedimento incorre em mais incoerência, já que partindo da aparência do fenômeno e não efetivando um processo analítico, o resultado final só pode ser o retorno do aparente em suas conclusões finais.

A nosso ver, é necessário se atentar a semelhanças e diferenças entre os movimentos sociais e os demais fenômenos da sociedade, perceber o que é essencial e existencial no interior

de um movimento social concreto (como o movimento negro, feminino etc.) e o que é universal e particular no interior de um movimento social. Os movimentos sociais são uma totalidade; mas é certo também que esta totalidade está inserida e relacionada a uma totalidade mais ampla: a sociedade. Por esse ângulo, acreditamos que o marxismo, a partir do método dialético, possui ferramentas analíticas que dê conta, de forma mais satisfatória, de efetivar a explicação dos movimentos sociais.

## Referências

- ADORNO, Theodor. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. São Paulo: Lua Nova, 76: 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela. Repertório Segundo Charles Tilly: História de um conceito. *Sociologia & Antropologia*. V.02.03: 21-41, 2012.
- ALONSO, Angela. Repertórios de Ação Coletiva e Confrontos Políticos: Entrevista com Sidney Tarrow. *Sociologia & Antropologia*, V.02 N.03, p. 11-10, 2012.
- FERREIRA, Carvalho et al. *Sociologia*. Lisboa: Editora McGraw-Hill de Portugal, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola. 2004.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- JENSEN, Karl. Teses sobre os Movimentos Sociais. *Revista Marxismo e Autogestão*, Ano 01, N. 01, jan. /jul. 2014.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 4º Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MAYER, Margit. Social-Movement Research in the United States: A European Perspective in "LYMAN, Stanford (org.). *Social Movements: Critiques, Concepts e Case-Studies*. Nova York, New York University Press.
- MCADAM, Doug. *Political Process and the Development of Black Insurgency 1930-1970*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- MCCARTHY, John e ZALD, Mayer. Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial: *Movimentos Sociais*, 02 (02). Jan./Jun 2017.
- MELUCCI, Alberto. Getting involved: identity and mobilization in social movement. *International Social. Movements Research*, vol.1: 1988.

MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para Os Movimentos Sociais? *Lua Nova*, 10 (17), 1989.

MILIBAND, Ralph. *Marxismo e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento. Movimentos Sociais e Confronto Político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TELES, Gabriel. As contribuições da categoria da totalidade para a análise dos movimentos sociais. *Revista Alamedas*. v. 6, n. 2, 2018. Link: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/19001>.

TELES, Gabriel. Para uma análise marxista dos movimentos sociais: contribuições de Karl Jensen e Nildo Viana. *Revista Despierta*, Ano 04, n.04, 2017.

TILLY, Charles. *European Revolutions, 1492-1992*. Oxford, Blackwell, 1993.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Londres, Addison-Wesley Publishing Company, 1978.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº3. Brasília, jan. -jul. de 2010, 133-160.

TOURAINÉ, A. *Os Movimentos Sociais*. In: M. Martins, ed. *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. *Revista Lua Nova*, nº 17, junho, p. 05-18, 1989.

VIANA, Nildo. Estado, *Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2015.

VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Prismas, 2016a.

ZALD, Myer. Looking backward to look forward: reflections on the past and future of the Resource Mobilization Research Program. In: Morris, Aldon & Mueller, Carol (orgs.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.

# Da Indústria Cultural ao Capital Comunicacional

Erisvaldo Pereira de Souza \*

## Introdução

Analisar a sociedade, a indústria cultural, o capital comunicacional e demais mensagens produzidas é uma tarefa complexa, bem como o modo de produção capitalista, pois o desenvolvimento das formas da produção cultural em geral ao longo dos séculos XX e XXI se ampliam cada vez mais, onde grande parte dos especialistas que analisam esses fenômenos, muitas vezes partem de um ponto de vista meramente descritivo, sendo assim de certa forma limitada, pois não avançam em sua análise, para tanto é preciso ir além das simples descrições históricas, sociológicas e antropológicas.

Na contemporaneidade temos uma produção cultural que ocorre a partir das mais variadas formas tecnológicas, esta é utilizada para a produção cultural, basta observarmos o cinema e a música. Desta forma, observamos mudanças profundas na produção, distribuição e consumo das produções culturais na transição do século XX para o XXI, principalmente pelo uso e difusão da internet, mas associada à outras formas como Cds e Dvds, MP3, MP4, que passam a integrar o mercado.

Assim, podemos dizer que o conceito de indústria cultural produzido por Adorno e Horkheimer nos anos de 1940, foi o ponto de partida para a compreensão desses fenômenos como o rádio, a televisão, o cinema, a música, as revistas, jornais etc., mas que ao longo do século XX outros produtos surgirão e ao mesmo tempo passarão a integrar a chamada indústria cultural.

Desta maneira, nossa proposta deste breve artigo é discutir questões importantes sobre o conceito de indústria cultural e logo depois trabalhar o conceito de capital comunicacional, para percebermos as mudanças significativas na qual o segundo trabalha. Por fim, pensar essas questões é neste sentido, trazer informações importantes para refletirmos sobre temáticas que foram ao longo do século XX o ponto de partida para estudos de autores de concepções distintas.

---

\* Graduado em História, Especialista em Ciência Política pela Universidade Estadual de Goiás, mestre em Sociologia e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

## A indústria cultural

A indústria cultural como conhecemos hoje é fruto de um longo período de desenvolvimento histórico, pois sua organização e formas de difusão surgirão ao longo do século XX, principalmente nos países centrais do capitalismo, como a Inglaterra e os Estados Unidos. Esses países conseguiram se desenvolver em termos de uma base industrial muito forte. Assim, os primeiros estudos sobre esse fenômeno datam dos anos de 1940 na obra *Dialética do Esclarecimento* de Theodor Adorno e Max Horkheimer, na qual os autores realizam uma análise dessa produção cultural na sociedade americana.

Trata-se de um conjunto de produtos na qual passamos a conhecer a partir da difusão da cultura americana por todo o mundo, era o chamado *american way of life*<sup>1</sup>, que pregava o consumo dos mais variados produtos não somente dentro da sociedade americana, mas também a difusão e consumo em outros países, pois esse era o objetivo dos americanos, dominar mercados fora de seu país<sup>2</sup>.

Adorno e Horkheimer (1985) falam da violência da sociedade industrial, pois se instalou nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho.

Na realidade, a violência não está presente somente nos produtos da indústria cultural, mas sim no conjunto das relações sociais existentes na sociedade moderna, bem como sua ampliação na contemporaneidade. De fato, esses produtos estão cada vez mais presentes no cotidiano dos indivíduos, mas não são consumidos de forma igual como querem os autores, mesmo as ações da indústria cultural e seus representantes, é estabelecer uma forma de controle eficiente, fato que nem sempre acontece.

Neste sentido, a indústria cultural além da sua produção, visa também estabelecer uma forte ampliação dos seus produtos e consumidores, através das revistas, jornais,

---

<sup>1</sup> Era o estilo de vida americano, que a partir dos anos de 1950 passou a ser estabelecido dentro do país, mas também passou a ser difundido em outras regiões do mundo inclusive o Brasil que a partir desse período passou a receber produtos culturais de origem americana.

<sup>2</sup> Um estudo que mostra essa imposição da produção cultural americana ao Brasil, bem como a formação de um mercado de bens culturais e simbólicos, está presente nas reflexões de Ortiz (1985 e 1994).

televisão, música, cinema. Nesta perspectiva, podemos realizar uma reflexão a partir dos autores abaixo:

A indústria cultural, o mais inflexível de todos os estilos, revela-se justamente como a meta do liberalismo, ao qual se censura a falta de estilo. Não somente suas categorias e conteúdos são provenientes da esfera liberal, tanto do naturalismo domesticado quando da opereta e da revista: as modernas companhias culturais são o lugar econômico onde ainda sobrevive, justamente com os correspondentes tipos de empresários, uma parte da esfera de circulação já em processo de desagregação (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 123).

A partir de uma concepção sobre o liberalismo, temos uma proposta no âmbito desta forma de organização econômica no sentido da produção e da circulação dos seus produtos. Essa organização é muito bem racionalizada para atingir seus objetivos, que é vender seus produtos e cada vez mais melhorar a difusão dos mesmos, para tanto devem utilizar estratégias variadas, como é o caso da sua organização burocrática, uso de técnicos para trabalhar a produção, a distribuição e o consumo que é o objetivo final.

Ainda assim, segundo Adorno e Horkheimer (1985) também sobrevive na indústria cultural a tendência do liberalismo a deixar caminho livre a seus homens capazes. Abrir caminho para esses competentes ainda é a função do mercado, que sob outros aspectos já é extensamente regulado e cuja liberdade consistia mesmo na época de seu maior brilho – para os artistas bem como para outros idiotas – em morrer de fome. Entretanto, o sistema da indústria cultural provém dos países industriais liberais, e é neles que triunfam todos os seus meios característicos, sobretudo o cinema, o rádio, o jazz e as revistas. É verdade que seu projeto teve origem nas leis universais do capital e vai se transformando ao longo de sua história.

E quem são esses homens capazes? Seriam aqueles capazes de não só produzir, mais ampliar cada vez mais as possibilidades da indústria cultural no mercado de bens culturais e simbólicos<sup>3</sup>. Para que esses empresários da cultura possam inserir cada vez mais produtos no mercado, obviamente estabelecerão uma forma de produção nessa indústria, o mesmo modelo adotado pelos capitalistas ingleses ou americanos, tendo por base a exploração, a dominação, alienação no espaço de trabalho.

A organização da indústria cultural ocorre para que seus consumidores possam ter diversão, mas controlada e nem sempre esse controle é totalizante. É preciso estar atento as

---

<sup>3</sup> Aqui utilizamos terminologia de Pierre Bourdieu em sua obra *Economia das trocas simbólicas*, publicada pela editora Perspectiva, 2007.



formas de imposição e controle por parte de quem organiza a produção cultural, onde atinge alguns indivíduos que estão de alguma forma inseridos nessas relações de consumo, mas por outro lado, existem aqueles que realizam uma reflexão mais crítica para negar o entretenimento alienado.

Adorno e Horkheimer (1985) apontam que a diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é a procura por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Essa é uma de suas estratégias para poder controlar duplamente o trabalhador, tanto no espaço no qual este trabalha, como no seu momento de descanso, pois é um momento de entretenimento, diversão e distração. Assim, o trabalhador vai renovar suas energias para voltar a rotina de trabalho normalmente, sem contestação ou crítica social em relação ao que lhe é imposto. Trata-se de uma relação social baseada no fetichismo da mercadoria, da alienação e da fuga da realidade construída pelas mensagens da indústria cultural.

Entretanto, a indústria cultural estabelece relações de consumo com as classes sociais, pois muitas vezes acabam comprando produtos que não necessitam e não tem consciência desta. Desta maneira, esta realiza outras ações em relação a esses indivíduos.

Quanto mais firmes se tornam as posições da indústria cultural, mais sumariamente ela pode proceder com as necessidades dos consumidores, produzindo-as, dirigindo-as, disciplinando-as e, inclusive suspendendo a diversão: nenhuma barreira se eleva contra o progresso cultural. Divertir significa sempre: não ter que pensar nisso, esquecer o sofrimento até mesmo onde ele é mostrado. A impotência é a sua própria base. É na verdade uma fuga, mas não, como afirma, uma fuga da realidade ruim, mas da última ideia de resistência que essa realidade ainda deixa subsistir (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 135).

Seria então a indústria cultural capaz de suspender a diversão de seus consumidores, já que ela produz diversão? Essa pergunta na realidade, deixa claro as confusões e contradições existentes no âmbito da indústria cultural, pois ao mesmo tempo que esta visa vender diversão, visa também suspender alguns desses momentos. Neste caso, podemos pensar que nem todos seus consumidores, tem ideias, sentimentos e valores idênticos, pois a própria sociedade moderna, não é “homogênea”, isto quer dizer que existem indivíduos, grupos e classes sociais que pensam de forma diferente. Na arte alienada ou na produção cultural massificada<sup>4</sup> pela indústria cultural, de fato muitos indivíduos buscam essa diversão

---

<sup>4</sup> Sobre a cultura massificada e a massificação dos produtos da indústria cultural, consultar os textos de SANTOS, Jean e SOUZA, Erisvaldo, *A massificação dos tempos modernos*, publicado pela editora Escala,

para “*esquecer o sofrimento*” como bem apontam os autores, mas é preciso ir além de reflexões sobre a ação da indústria cultural, seus produtos e suas formas alienantes que visam o controle dos seus consumidores.

Na concepção de Adorno e Horkheimer (1985), a indústria só se interessa pelos homens como clientes e empregados e, de fato, reduziu a humanidade inteira, bem como cada um de seus elementos, a essa fórmula exaustiva. Essa é uma das relações na qual é estabelecida entre a indústria cultural, pois de fato essa visa diretamente o lucro, não o interesse em vender um produto com qualidade e que possa satisfazer as necessidades humanas, mas sim criá-las no sentido da fantasia, do fetichismo e do consumo alienado. Esse é o consumo massificado na qual a indústria cultural se propõe, assim podemos afirmar que:

As massas desmoralizadas por uma vida submetida à coerção do sistema, e cujo único sinal de civilização são comportamentos inculcados à força e deixando transparecer sempre sua fúria e rebeldia latentes, devem ser compelidas à ordem pelo espetáculo de uma vida inexorável e da conduta exemplar das pessoas concernidas. A cultura industrializada faz algo a mais. Ela exercita o indivíduo no preenchimento da condição sob a qual ele está autorizado a levar a vida inexorável (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 143).

Seria de fato uma vida somente submetida a esta coerção estabelecida pelo sistema como apontam os autores? Na realidade concreta os objetivos da indústria cultura além da venda dos seus produtos, esta visa também estabelecer uma forte coerção aos indivíduos, bem como desmoraliza-los, mas isso nem sempre acontece, pois nem todos estão dispostos a aceitar formas coercitivas e ao mesmo tempo deixarem ser desmoralizadas. Por isso, o ego de alguns está sempre atento em relação as mensagens e produtos comercializados pela indústria cultural, para isso é preciso conhecer bem seus interesses e objetivos.

Ainda assim, Adorno e Horkheimer (1985) insistem em afirmar que se trata de uma sociedade de desesperados e, por isso mesmo, a presa de bandidos. Neste sentido, muitos consumirão de forma fetichista e alienada os produtos da indústria cultural, se tornando uma presa fácil, isso segundo a terminologia dos próprios autores. Aqui temos um momento em que estes chamam de “*bandidos*” os indivíduos pertencentes a organização da indústria cultural. Esse é um dos poucos momentos em que eles apontam alguma crítica em relação a esse fenômeno.

---

2008 e SANTOS, Jean e Souza, Erisvaldo. *Fetichismo, cinema e cultura de massa: elementos da indústria cultural*. Brasília, Editora Ícone, 2009.

Por outro lado, Adorno e Horkheimer (1985) afirmam que a vida no capitalismo tardio é um contínuo rito de iniciação. Todos têm que mostrar que se identificam integralmente com o poder de quem não cessam de receber pancadas. No que diz respeito a esse rito de iniciação, pode ser compreendido como sendo um momento no qual o indivíduo compra um produto para sua diversão ou até mesmo quando uma criança possa também se satisfazer de alguma forma com um produto para suas brincadeiras. Na sociedade capitalista, ocorre essas práticas de coerção e a imposição de formas de poderes tanto privadas como estatais.

Portanto, a indústria cultural historicamente foi cada vez mais inserindo seus produtos no cotidiano do trabalhador de todos os lugares do mundo, mas não da forma homogênea da massificação na qual muitos acreditam existir, bem como as contradições no interior da sociedade, a luta entre as classes sociais, os interesses e valores que são distintos e não legitimam a indústria cultural e seus representantes. Assim, o conceito de indústria cultural vai nos ajudar a pensar certas questões ao longo do século XX, mas por outro lado, o conceito de capital comunicacional, vai possibilitar de forma crítica uma análise desses fenômenos, indo além da concepção de Adorno e Horkheimer.

### **Da indústria cultural ao capital comunicacional**

Após realizar uma análise sobre a indústria cultural a partir da concepção de Adorno e Horkheimer<sup>5</sup>, podemos caminhar então para a compreensão do capital comunicacional. Trata-se de um conceito mais amplo e que desenvolve uma análise crítica aos oligopólios de comunicação. Por outro lado, podemos realizar alguns questionamentos iniciais sobre esse conceito para que possamos posteriormente fundamentar nossa análise. Desta forma, quais as implicações sobre o conceito de capital comunicacional? Como esse vem contribuir com a análise do fenômeno dos meios oligopolistas de comunicação? São questões pontuais que refletiremos nessa parte deste artigo para compreendermos esse fenômeno.

No texto *Para além da crítica aos meios de comunicação*, podemos perceber como Viana (2007) vai construir teoricamente o conceito de capital comunicacional, esse texto vai ser nossa base para discutir as questões em torno da indústria cultural ao capital

---

<sup>5</sup> Sobre a concepção de Adorno, uma obra interessante que também trabalha questões fundamentais da obra desse autor é: *As ideias de Adorno* de Martin Jay, da Editora Cultrix de 1988.

comunicacional. Assim, o autor inicialmente afirma que as concepções de indústria cultural, meios de comunicação de massas, cultura de massas, entre outros, padecem da falta de uma base metodológica e conceitual adequada. Apesar da influência do marxismo em muitas elaborações sobre a indústria cultural, as análises, na verdade, não utilizam o método dialético e acabam caindo em posições anti-dialéticas, mesmo utilizando a palavra dialética ou se dizendo adotar tal método.

Geralmente essas concepções partem de um fragmento ou de um conceito sobre o marxismo, não dando conta de entender a totalidade dessa concepção e conseqüentemente do objeto pesquisado, fazendo meramente uma descrição ou uma explicação limitada sobre o fenômeno. Essas limitações o autor acima já começa a demonstrar, pois é preciso ter coerência na análise.

Um dos pontos importantes no estudo do conceito de capital comunicacional é compreender que a sociedade não é uma homogeneidade, nem tão pouco um conjunto massificado, onde existe uma cultura de massas. Nesta perspectiva, segundo Viana (2007) a homogeneização dos meios de comunicação é complementada pela homogeneização das “massas”, que seria o conjunto dos receptores das mensagens que eles transmitiriam. O construto “massas” é um obstáculo para o desenvolvimento de uma consciência correta da realidade. Ele é, na verdade, um substituto de outro construto, chamado “povo”.

Esta concepção nos aponta um caminho distinto, que é perceber o conceito de indústria cultural de Adorno e Horkheimer, além dos termos “homogeneização”, “massas” e conseqüentemente “povo”, esses termos são construídos de forma equivocada, sendo um limitador do entendimento da indústria cultural e sua forma de organização para produção e difusão de suas mensagens. Assim, essa concepção de capital comunicacional, vai nos possibilitar uma análise coerente do fenômeno<sup>6</sup>.

Aprofundando sua análise Viana (2007) vai nos mostrar mais alguns elementos que comprovam sua tese sobre a questão desses termos utilizados por Adorno em sua concepção de indústria cultural. Desta maneira, podemos citar mais alguns apontamentos:

---

<sup>6</sup> Partindo desse conceito, outros autores e autoras desenvolvem estudos de fenômenos distintos, basta observarmos os estudos de Maria Angélica Peixoto (2015) sobre *a Igreja Universal e o uso do capital comunicacional* e o de Veralúcia Pinheiro (2015) que analisa o *Mercado religioso, capital comunicacional e violência na sociedade contemporânea* e André de Melo Santos (2015) em seu texto intitulado *Capital comunicacional e mutações religiosas durante o regime de acumulação integral* (2015).

Curiosamente, o autor não define tal conceito, mas passa a tratar da “sociedade de massa” e “cultura de massa”. Esta seria caracterizada pelo isolamento, perda da individualidade, padronização, atomização do indivíduo e cultura estandardizada. Porém, as ideias de “cultura de massa” e “sociedade de massa” são ideológicas. Mas o problema inicial se encontra no próprio termo “massa”. O que é massa? É um termo que produz efeitos semelhantes ao termo povo: é impreciso (tanto é que não se define quem é a “massa” e sim a “cultura de massa” e a “sociedade de massa”), homogeneizador (a massa é homogênea, tal como “o povo”), e abstrato-metafísico, pois não existe concretamente. Assim, as massas seriam homogêneas, tal como o povo, não possuem homogeneidade. (VIANA, 2007, p. 15-16).

Aqui temos uma mudança brusca na forma de analisar o fenômeno da indústria cultural, que é além da busca coerente da compreensão e definição conceitual, perceber também como essas questões são construídas na realidade concreta, ou seja, do que existe de fato na realidade. Como apontamos em outro momento, a sociedade e suas relações sociais, não são uma totalidade homogeneizada, mas sim uma totalidade de contradições sociais, políticas, culturais e econômicas.

Outro termo que aparece na análise é o termo ideologia que expressa segundo Marx e Engels (2007) uma falsa consciência sistematizada da realidade ou uma inversão da realidade. Sabemos que as mensagens, trazem consigo um forte elemento ideológico, mas temos que ter a consciência para podermos perceber e se for o caso negar e ao mesmo tempo buscar realizar a crítica<sup>7</sup>.

Em termos de crítica a concepção de Viana (2007) nos mostra como os autores não conseguem dar conta de entender a realidade, ao mesmo tempo em que constroem um argumento conceitual abstrato e metafísico. Trata-se de algo importante, pois todo conceito ao ser desenvolvido tem que ter certa ligação com a realidade, caso contrário, será meramente um construto que não vai explicar de forma coerente, assim irá se distanciar da realidade na qual está analisando.

Para Viana (2007) no sentido amplo destes termos (enquanto totalidade da população), precisamos perceber que existe a divisão de classes sociais, colocando inúmeras diferenças e antagonismos sociais, sem falar nas diversas subdivisões. No sentido mais restrito (enquanto a parte mais pobre da população, ou as “classes populares”), estes termos também não são homogêneos, pois o proletariado, o campesinato, o lumpemproletariado são

---

<sup>7</sup> Em relação a um conceito de crítica, podemos citar o de Edmilson Marques em seu texto *Música crítica e esfera musical no Brasil*, onde o autor além de trazer um conceito de música crítica, retoma o conceito de crítica a partir da concepção de Marx.

bastante distintos e apesar das semelhanças existentes, não podem ser colocados todos sob um mesmo rótulo.

Assim, é preciso compreender esses termos de forma coerente, não achando que são meramente homogêneos sem fazer uma análise mais particularizada para poder perceber até que ponto são ou não, mas é preciso muitas vezes além de se posicionar, perceber criticamente determinados objetos que estamos pesquisando. Aqui então, começamos a perceber as distinções entre o conceito que passou a ser referência no século XX, neste caso Adorno e Horkheimer com a concepção de crítica em relação aos termos utilizados por eles, ao mesmo tempo em que o capital comunicacional surge como um conceito que melhor explica esse fenômeno.

Na concepção de Viana (2007), Adorno afirma que as massas são objetos passivos diante de toda poderosa indústria cultural. Porém, Adorno apenas troca uma concepção fetichista por outra, pois torna a indústria cultural um fetiche, algo tão homogêneo e metafísico quanto os meios de comunicação ou as massas. Portanto, está presente o ponto central da crítica realizada pelo autor, pois vai além da simples homogeneidade e passividade das massas, que na realidade trata-se de questões mais profundas, logo o conceito de capital comunicacional vai explicitar de forma mais organizada e coerente. Desta maneira, o capital comunicacional é:

Aquele voltado para o investimento capitalista nas empresas de comunicação, cada vez mais oligopolistas. É um novo setor do capital, que já existia de forma embrionária no regime de acumulação anterior, mas que se torna mais forte e vai produzindo um processo de concentração e centralização crescente. Assim, ao invés de indústria, um termo relativamente neutro e pouco preciso, trata-se de capital, que expressa relações sociais de exploração e acumulação, em contraposição a um mero processo de produção não definido linguisticamente, tal como indústria ou empresa. É o domínio do capital nas empresas de comunicação, formando empresas capitalistas de comunicação que se tornam, com o passar do tempo, oligopolistas. O capital comunicacional não produz cultura, arte. Ele produz mensagens, divulgação, comunicação das obras artísticas, culturais ou de informação. Os seus funcionários são assalariados, os demais, que não possuem vínculo empregatício são remunerados através de direitos autorais, pagamento por prestação de serviços, etc. (VIANA, 2007, p. 20-21).

Temos então, distinções fundamentais de um conceito para o outro, sendo que o segundo, visa se distanciar de concepções metafísicas, fetichistas e homogêneas, ao mesmo tempo em que trata o capital comunicacional como um ramo do capital na qual visa realizar investimentos e possibilitar formas de dominação. Na verdade, são grandes empresas

capitalistas de comunicação que cada vez mais atuam no sentido do fortalecimento e formação de novos oligopólios no campo da comunicação.

Como são empresas no âmbito da sociedade burguesa, trata-se de empresas que atuam no sentido da exploração, dominação e opressão nos locais de trabalho e que estão presentes em vários outros setores da sociedade, mas não somente do espaço das relações de trabalho dentro dessas empresas, pois existem outras formas de serviços prestados no interior das mesmas que atuam para produzir e reproduzir os interesses do capital comunicacional. Assim, passam a dominar as informações e mensagens a partir dos grandes meios tecnológicos de comunicação.

Ainda assim, Viana (2007) afirma que as grandes empresas oligopolistas de comunicação dominam a produção cultural. As produções culturais alternativas não são hegemônicas e muitas vezes compartilham elementos comuns como a produzida pelos meios oligopolistas de comunicação. Entretanto, podemos perceber espaços para a realização de uma crítica social, apesar dessas produções alternativas muitas vezes ter um conteúdo de interesse do capital comunicacional.

### **Considerações finais**

Neste artigo, nossa proposta foi discutir sobre o conceito de indústria cultural de Adorno e Horkheimer produzido nos anos de 1940 nos Estados Unidos na obra *Dialética do Esclarecimento*, pois essa obra se tornou uma das referências ao longo do século XX e muitos estudiosos das mais variadas ciências sociais passaram a ter interesses nessa temática, como é o caso da Sociologia, da História, Antropologia, Comunicação e até mesmo a educação enquanto forma de saber (teoria crítica da educação).

A partir do conceito de indústria cultural e seu desenvolvimento nossa proposta de estudo realizou uma breve análise apontando as distinções com o conceito de capital comunicacional, mas principalmente como esse conceito vai muito além do fenômeno da indústria cultural, pois trabalha com questões não fetichistas, metafísicas ou homogêneas. Então há aqui o mérito do segundo em relação ao primeiro, por ser mais preciso e coerente com a realidade concretamente analisada. Por fim, foi possível perceber as distinções entre os dois conceitos, mas principalmente o conceito de capital comunicacional, que vai muito além das concepções abstratas de indústria cultural dos autores da chamada Escola de Frankfurt.

## Referências

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- JAY, Martin. *As ideias de Adorno*. São Paulo: Cultrix, 1988.
- MARQUES, Edmilson. Música crítica e a esfera musical no Brasil. In: SOUZA, Erisvaldo. *Música e sociedade no Brasil: Uma análise crítica do fenômeno musical*. Curitiba: Editora Prismas, 2018.
- MARX, Karl e ENGELS, Fredrich. *A ideologia Alemã*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SANTOS, Jean e SOUZA, Erisvaldo. *A massificação dos tempos modernos*. São Paulo: Revista Sociologia e Vida, Editora Escala, 2008.
- PEIXOTO, Maria Angélica. Igreja Universal e uso do capital comunicacional. In: VIANA, Nildo (org). *Religião e capital comunicacional*. Rio de Janeiro: Ar Editora, 2015.
- PINHEIRO, Veralúcia. Mercado religioso, capital comunicacional e violência na sociedade contemporânea. In: VIANA, Nildo (org). *Religião e capital comunicacional*. Rio de Janeiro: Ar Editora, 2015.
- SANTOS, André de Melo. Capital comunicacional e mutações religiosas durante o regime de acumulação integral. In: VIANA, Nildo (org). *Religião e capital comunicacional*. Rio de Janeiro: Ar Editora, 2015.
- SANTOS, Jean e SOUZA, Erisvaldo. *Fetichismo, cinema e cultura de massa: elementos da indústria cultural*. Brasília: Ícone, 2009.
- VIANA, Nildo. Para além da crítica aos meios de comunicação. In: VIANA, Nildo (org). *Indústria cultural e cultura mercantil*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2007.



## O Fetichismo pelo Cinema em *A Rosa Púrpura do Cairo*

Felipe Andrade\*

Na cultura cinematográfica mundial, o cineasta Woody Allen aparece como um dos mais renomados da história de cinema. Os diversos prêmios, dezenas de obras escritas a seu respeito, trajetória artística, etc., fornecem a ele determinado *status*, reconhecimento e prestígio que não deixam dúvidas acerca da suposta grandiosidade do seu cinema. Allen também possui uma produção cinematográfica prolífica, mantendo em média um filme produzido por ano, sendo que, na maioria das vezes, ele que desenvolve o roteiro e dirige, e, em alguns filmes, atua. Até o momento da escrita deste texto, a filmografia de Woody Allen inclui 47 filmes e a expectativa é que ele consiga produzir filmes até o fim de sua vida. Dentre as dezenas de filmes produzidos por esse cineasta, delimitaremos a discussão a apenas um filme: *A Rosa Púrpura do Cairo*, produzido em 1985, nos Estados Unidos.

Assim, o objetivo deste texto é apresentar uma interpretação correta do filme *A Rosa Púrpura do Cairo* (1985), ou seja, descobrir o significado original produzido pela equipe de produção. Viana (2012) discute que o processo de análise do filme precisa perceber o caráter social, histórico e cultural do filme, as relações entre capital cinematográfico e equipe de produção, as concepções estéticas, políticas etc., a intervenção estatal através da censura ou financiamento, as referências culturais da equipe de produção, a tradição fílmica etc., entre outros elementos. Para tanto, o autor aborda a importância da totalidade do universo ficcional e das mensagens transmitidas pelo filme, isto é, a percepção da totalidade do filme e suas partes constituintes.

Dessa maneira, a discussão trazida por Viana (2012) fornece os procedimentos teórico-metodológicos adequados, possibilitando a interpretação correta de um filme. Além desses procedimentos, precisamos destacar a utilização de critérios axionômicos<sup>1</sup> dentro de uma perspectiva crítico-revolucionária, cujo objetivo é expressar os interesses universais e o compromisso com a explicação da realidade social (VIANA, 2012). É através desses

---

\* Graduado em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Doutorando em Sociologia pela UFPR.

<sup>1</sup> O filme manifesta e expressa valores em nossa sociedade, sendo que eles podem ser axionômicos ou axiológicos (VIANA, 2007a). Os valores axionômicos são os valores marginais, universais, que são expressão dos grupos/indivíduos/classes sociais explorados e oprimidos. Tais valores correspondem a uma ética libertária e humanista, bem como à natureza humana e sua emancipação via revolução proletária (VIANA, 2007a).

elementos colocados acima que analisaremos o filme *A Rosa Púrpura do Cairo* do diretor Woody Allen, desvendando o seu real caráter. O filme escolhido não possui muitas informações sobre o seu processo de produção. No entanto, a falta de informações extrafílmicas não impede uma interpretação correta do filme, já que é possível fazer isso com uma análise rigorosa do universo ficcional. Segundo Viana (2012), o importante na análise do universo ficcional é a sua mensagem objetivada, a utilização dos recursos teórico-metodológicos adequados por parte do intérprete e a correspondência deste com uma perspectiva axionômica (2007a).

### O Universo Ficcional de *A Rosa Púrpura do Cairo*

Na cena inicial de *A Rosa Púrpura do Cairo* é mostrado um filme que acaba de estreiar na cidade de Nova Jérsei com o mesmo título da obra. Em seguida, observamos que há uma pessoa chamada Cecília, a personagem principal da trama, admirando o cartaz do filme em frente a sala de cinema. Fica evidente que Cecília é apaixonada por cinema e não deixa de conferir as estreias de seus filmes preferidos na sala de cinema mais próxima da cidade.

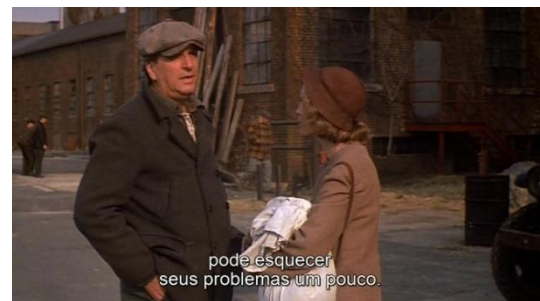


Na cena seguinte, ficamos sabendo que Cecília é uma garçonete que trabalha em um restaurante junto com a sua irmã. Outra informação que a trama nos oferece é que o contexto em que a história ocorre seria nos anos da “depressão”, isto é, em meados de 1929 nos Estados Unidos. Depois que Cecília volta para a sua casa, conhecemos o seu marido Monk que se encontra desempregado. Não é por acaso que ele passa o dia inteiro jogando cartas, dados e bebendo.

A partir disso, o filme evidencia a contradição entre a vida de Cecília e a situação-problema fundamental da trama. Ela é uma mulher que trabalha como garçonete de restaurante, lava roupas para os outros e ainda cuida de casa (cozinha, paga as contas etc.). Além disso, Cecília é casada com um marido autoritário, alcoólatra, que a trata com

violência, não ajuda nas atividades domésticas e no momento está desempregado. Apesar de tudo isso, ela é apaixonada por cinema, a sua única “válvula de escape”.

No contexto de uma crise no capitalismo norte-americano, a única alternativa que resta à Cecília é ir aos cinemas, assistir os filmes glamourosos e sentir-se satisfeita em imaginar que a sua vida poderia ser como aqueles personagens dos filmes. Em uma conversa com o marido Monk, convidando-o para ir ao cinema, ela diz que ele deveria ir também para “esquecer os problemas um pouco”. Ele diz que não, pois considera o cinema “um lixo”. Se ela gosta de ir ao cinema, ele prefere ficar jogando dados, cartas ou bebendo, cada um à sua maneira para “esquecer os problemas” da vida cotidiana.



Interessante observar nesta cena acima a existência de uma submensagem no universo ficcional, uma mensagem inintencional<sup>2</sup> oposta à mensagem central, o que é manifestada pelo personagem Monk, que, diferentemente de Cecília, não possui nenhuma paixão pelo cinema. Pelo contrário, ele manifesta desprezo, dado que a sua condição é de desempregado, subentendendo que ele era proletário antes de perder o emprego.

Assim, ela vai ao cinema conferir a estreia do filme “A Rosa Púrpura do Cairo”, exibido no período do final da década de 20 e que possui título idêntico ao filme principal,

---

<sup>2</sup> A mensagem inintencional pode ser definida como aquela em que a “equipe de produção não tinha interesse em repassar, mas que o faz involuntariamente” (VIANA, 2012, p. 26). Assim, todo filme possui um caráter social por expressar uma determinada sociedade e época. É por isso que no processo de produção do filme, os agentes inseridos nele podem realizar uma reprodução inintencional da realidade social ou de aspectos dela, sem que tenham uma intenção prévia.

aludindo à ideia de “filme dentro do filme”<sup>3</sup>. Esse filme secundário pertence ao gênero cinematográfico romance, no qual a trama apresenta um casal burguês que mora em Nova Iorque e quer passear no Egito, particularmente visitar as pirâmides do Cairo. Lá no Egito, o casal conhece um arqueólogo, explorador e aventureiro, Tom Baxter. Após isso, o casal nova-iorquino convida Tom Baxter para conhecer a sua cidade, leva-o nas suas festas glamourosas e, em uma dessas, ele conhece uma cantora que é por quem ele se apaixonará e se casará na trama desse filme secundário. Portanto, o universo ficcional do filme principal (*A Rosa Púrpura do Cairo*) coincide com a exibição fictícia da trama do filme secundário (“A Rosa Púrpura do Cairo”), o filme dentro do filme. É como se o assistente do filme (e a própria equipe de produção responsável por ele) estivesse no próprio universo ficcional do filme, assistindo-o em um dos lugares da sala de cinema presente nele. No entanto, o filme glamoroso, burguês, fantasioso, contradiz com a realidade do desemprego, miséria e exploração que se tornou ainda mais grave no período da crise no capitalismo em meados de 1929.

Logo depois de assistir ao filme “A Rosa Púrpura do Cairo”, Cecília, em conversa com a sua irmã no restaurante, chama ela para ir ao cinema novamente assistir ao filme da semana. Ao término da sessão, Cecília volta para casa e encontra o seu marido bêbado junto com outra mulher – Olga -, o que a deixa ainda mais frustrada com a vida que ela possui. Depois disso, ela decide ir embora de casa e não voltar mais para o marido, o que não acontece, pois ela não consegue deixá-lo e na mesma noite já volta para casa.

No entanto, no dia seguinte, em meio aos problemas na vida de Cecília, ela também perde o seu emprego no restaurante e é demitida pelo patrão, o que gera outra situação-problema. Por conta de tanta frustração, a única alternativa que resta é ir ao cinema novamente, assistir ao único filme que está disponível na cidade, “A Rosa Púrpura do Cairo”. Depois de perder o emprego, Cecília passa horas e horas na sessão de cinema, assistindo várias vezes ao mesmo filme.

---

<sup>3</sup> Isto é o que alguns autores chamam de “metalinguagem” (ANDRADE, 1999). Na verdade, o que temos é a utilização de mais um elemento formal para enriquecer a trama do filme. No caso do filme *A Rosa Púrpura do Cairo* (1985), ele reproduz o universo ficcional de outro filme também chamado “A Rosa Púrpura do Cairo”, criando a ilusão de que assistimos a dois filmes ao mesmo tempo. Dessa maneira, teríamos um filme dentro de outro filme, isto é, dois universos ficcionais simultâneos. O universo ficcional do filme principal e outro do filme secundário com outros elementos (cenários, personagens, trama, etc.).



Horas depois ocorre um momento fantasioso no universo ficcional, apresentando a situação que mudará a trama do filme. Um dos personagens presentes no filme que Cecília estava assistindo, sai da tela e começa a conversar com ela. Os dois (Cecília e o personagem do filme “A Rosa Púrpura do Cairo”) fogem da sala de cinema, assustando o público presente na sessão, e vão para algum lugar escondido na cidade a fim se conhecerem e conversar. Após um passeio e longa conversa com Cecília, Tom Baxter, personagem do filme, diz que está apaixonado por Cecília, e ela, diz que sempre o admirou. Eles começam a sair juntos, secretamente, o que leva a uma confusão no cinema da cidade, pois o filme não pode continuar sem um dos personagens.

Neste momento, Cecília e Tom Baxter começam a se aproximar um do outro. O problema é que ele é um personagem fictício que não sabe nada sobre a vida real. Ele não tem dinheiro, não tem emprego e não poderia oferecer nada além de amor na vida de Cecília, como ele mesmo diz. Ele é apenas um personagem romântico de um filme axiológico, que não tem a mínima percepção de que a realidade social é bem diferente do universo ficcional. Aliás, o que se poderia esperar de uma personagem fictício que vive em um universo ficcional restrito ao amor burguês, idealista e romântico?



Mesmo que Tom Baxter seja um personagem fictício de um filme, e o filme em que ele viva não expresse a realidade da vida de Cecília, ela se apaixona por ele, apesar de ser casada com Monk, morar com este e se sentir frustrada no seu casamento. Isto significa que Baxter é uma ficção desejável, um homem “perfeito” que não existe no mundo real e que Cecília parece se satisfazer, ao invés de encarar a realidade.

Em outro momento, o produtor Raoul Hirsch e o ator Gil Sheperd do filme “A Rosa Púrpura do Cairo”, chegam à cidade de Nova Jérsei e buscam resolver o problema do sumiço do personagem da tela de cinema, Tom Baxter. Em uma cena, Cecília acaba se encontrando com Sheperd por acaso em uma lanchonete. Sheperd acaba descobrindo quem está saindo com o personagem que ele criou. Pouco tempo depois, os dois saem juntos, pois Cecília é uma grande admiradora do ator Gil Sheperd e ele quer ajuda para encontrar Baxter e convencê-lo a voltar ao filme, pois isso pode gerar problemas em sua carreira. Sheperd convence Cecília a encontrar Baxter e os dois vão atrás dele.

Em outra cena, ficamos sabendo que Monk descobre que Cecília está saindo com outro homem, o que o levará a procurar por ela. Neste momento, Cecília consegue reunir Sheperd e Tom Baxter em um local. Gil Sheperd tenta convencer Baxter a voltar para o filme, e este se recusa a voltar, pois ama Cecília – a sua única motivação como personagem é o amor romântico. Cecília também não tenta ajudar, pois ela acredita no amor de Tom Baxter, mesmo que ele seja fictício, um personagem de cinema. Neste momento, revela-se a cena fundamental da trama, na qual expressa que o amor de Cecília é o cinema, em detrimento do mundo real. Ela prefere um “personagem fictício” a um “homem real”. Portanto, o filme manifesta valores axiológicos, o amor romântico<sup>4</sup>, burguês, capaz de superar os problemas da vida cotidiana e dar um sentido na vida do indivíduo.

Posteriormente, Cecília e Tom Baxter se encontram em uma igreja. Neste momento, Monk encontra os dois e tenta levar a sua esposa para casa. No entanto, ela se recusa a voltar para casa e decide não continuar mais a viver com o seu marido. Aqui temos a decisão da personagem da trama que explicita que a ficção seria mais desejável do que a realidade, o personagem de cinema seria mais agradável do que o seu marido, real. Depois disso, Sheperd

---

<sup>4</sup> O amor romântico é expresso pela personagem Cecília. Ela acredita que deveria encontrar um “homem perfeito”, o amor ideal, o que seria próximo daquele que os personagens vivenciam nos filmes que ela assiste no cinema. Um amor sem conflitos psíquicos, problemas sociais, violência etc., o que é diferente do seu casamento que não teria nada de “romântico”.

vai atrás de Cecília novamente e tenta conquistá-la, o que acaba acontecendo. Cecília se apaixona também por Gil Sheperd, o ator que interpreta Tom Baxter.

Surge assim um conflito amoroso na trama. Cecília não sabe com quem deve ficar: Tom Baxter (o personagem fictício) ou Gil Sheperd (o ator de hollywood). Por um lado, Cecília possui com Tom Baxter o desejo de viver a sua vida como no cinema, literalmente, com o qual ela pôde experienciar nas sessões de cinema dos seus filmes preferidos, tendo assim uma vida de personagem dentro do universo ficcional. Por outro lado, ela também pode ficar com Gil Sheperd e ter uma “vida de cinema”, se relacionando com um ator de Hollywood que ela tanto admirava nos filmes que assistia com ele atuando. Entre o personagem fictício e a vida com um ator de cinema, Cecília decide ficar com o segundo, Gil Sheperd.

Assim, Tom Baxter retorna ao filme em que é personagem, na tela de cinema que havia saído, e Cecília combina de encontrar com Sheperd na porta do cinema no dia seguinte. Em seguida, Cecília retorna à sua casa para fazer as malas e diz ao seu marido que irá morar em Hollywood. O marido de Cecília, Monk, diz para ela que não existe “amor à primeira vista”. Ele pede para que Cecília fique em casa, pois o mundo real não é como os filmes que ela assiste, e alerta que, caso ela vá embora, logo depois voltará para casa novamente.

A cena final mostra Cecília na sala de cinema assistindo a estreia de um novo filme com Fred Astaire e Ginger Rogers, atores famosos na época que, geralmente, atuavam em musicais. Por não conseguir encontrar com Gil Sheperd na porta do cinema, frustrada por não conseguir ir para Hollywood com o seu suposto amor, Cecília decide pegar a sua mala e o seu ukelele e assiste ao novo filme.



O filme termina como começou: com a personagem Cecília expressando a sua paixão pelo cinema e com a mesma música<sup>5</sup> que toca na cena inicial e final. A música “De

---

<sup>5</sup> A música originalmente foi composta por Irving Berlin e cantada por Fred Astaire. Ela se chama “Cheek to Cheek”, de 1935.

Rosto Colado” interpretada por Fred Astaire, personagem presente no universo ficcional na cena em que Cecília está assistindo ao filme, diz o seguinte:

Paraíso

Eu estou no paraíso

E meu coração bate tanto que eu mal posso falar

E eu pareço encontrar a felicidade que eu procurei

Quando nós estamos juntos lá fora dançando de rostos colados

Paraíso

Eu estou no paraíso

E os cuidados quem me penduraram durante a semana

Parecem desaparecer como um golpe de sorte em uma loteria

Quando nós estamos juntos lá fora dançando de rostos colados

Oh, eu amo e amo subir uma montanha

E alcançar o pico mais alto

Mas isto não me emociona metade de tanto quanto dançar de rosto colado

Oh, eu amo sair para pescar

Em um rio, ou riacho

Mas eu não me divirto metade de tanto quanto danço de rosto colado

Dance comigo

Eu quero meu braço ao seu redor

Este encanto ao seu redor me conduzirá para...

Paraíso

Eu estou no paraíso

E meu coração bate tanto que eu mal posso falar

E eu pareço encontrar a felicidade que procurei

Quando nós estamos juntos lá fora dançando de rostos colados

Venha e dance comigo

Eu quero meu braço ao seu redor

Este encanto ao seu redor me conduzirá

Direto para o...

Paraíso

Eu estou no paraíso

E meu coração bate tanto que eu mal posso falar

E eu pareço encontrar a felicidade que eu procurei

Quando nós estamos juntos lá fora dançando

Juntos lá fora dançando

Juntos lá fora dançando de rostos colados



A música reforça a concepção de amor romântico (a “felicidade” e o “paraíso” na vida é dançar com seu amor de “rosto colado”) que é reproduzido pela personagem Cecília, um valor axiológico presente no universo ficcional do filme. Diante disso, podemos dizer que a mensagem central do universo ficcional revela a concepção de que o cinema pode ser um meio de “satisfação substituta”<sup>6</sup> para os problemas reais na vida das pessoas. A personagem principal da trama, Cecília, expressa a questão do fetichismo pelo cinema na sociedade moderna, o que é uma posição comumente reproduzida pelos chamados cinéfilos, pesquisadores de cinema, críticos, setores intelectualizados da sociedade etc. A situação-problema é a não realização do desejo de Cecília que queria viver uma vida igual aos personagens dos filmes que assistia. No final, Cecília acaba aceitando a realidade como ela é, sem se posicionar a respeito, desde que possa ainda assistir aos filmes no cinema e fantasiar com eles.

Há uma resolução da situação-problema que envolve o relacionamento da personagem Cecília com os seus pares românticos (Tom Baxter e Gil Sheperd), mas não há nenhuma resolução em sua vida real. Se Tom Baxter volta a ser um personagem fictício, Gil Sheperd continua a sua carreira de ator e Monk continua desempregado. Além disso, Cecília continua com a mesma vida de sempre, sem amor romântico, final feliz ou uma vida glamourosa como nos filmes hollywoodianos.

Em síntese, o filme se conforma a idealizar o próprio cinema, o seu caráter idílico e evasivo, como mostrado na relação entre Cecília e o cinema, o que coincide com a posição do diretor e daqueles indivíduos que também demonstram o seu amor pelo cinema. Temos, portanto, a manifestação de valores axiológicos (o amor romântico) e uma concepção fetichista do cinema, transformando-o em uma atividade puramente evasiva, coisificada, totalmente alheia à realidade social. No filme *A Rosa Púrpura do Cairo*, o cinema é mostrado como uma realidade distante dos indivíduos, o que também está presente em outros gêneros

---

<sup>6</sup> Freud (2006) assinala que a arte pode ser uma forma de satisfação substitutiva. Assim, diversas produções cinematográficas podem ser analisadas psicanaliticamente dessa forma, como no caso do gênero musical. Além disso, Eduardo Geada (1978) reforça a ideia do caráter evasivo e superficial do gênero cinematográfico musical que era constituído, geralmente, por uma trama que reforçava a necessidade de escapar da realidade miserável da época. “Da mesma maneira que os contos de fadas encantam as crianças com os seus pequenos reinos de maravilhas, a comédia musical aponta o escape contínuo da realidade cotidiana, a fuga prevista da sociedade atual” (p. 67).

cinematográficos, a exemplo dos musicais ou romances que abordam tramas superficiais, sem problemas sociais ou finais infelizes<sup>7</sup>.

Assim, os valores, sentimentos e concepções burguesas apontam para a ideia de que o cinema deve ser uma forma de escape, uma arte pueril e superficial que não deve apresentar os problemas da vida real. Enquanto um filme como *Vinhas da Ira* (1940), do diretor John Ford, apresenta uma posição crítica do período da crise no capitalismo no final da década de 20 nos Estados Unidos, o filme *A Rosa Púrpura do Cairo* apresenta uma posição idealista e apologética do mesmo período. São filmes opostos, colocando em questão distintas perspectivas, valores, concepções, mentalidade etc., que também revelam a posição política de dois diretores diferentes (Woody Allen e John Ford) sobre um mesmo período nos EUA através das suas produções fílmicas.

### Considerações finais

Nesse percurso de análise do filme *A Rosa Púrpura do Cairo*, do diretor Woody Allen, relacionamos a mensagem do filme com uma concepção fetichista do cinema e manifestação de valores axiológicos. Resta dizer o que compreendemos por uma concepção fetichista do cinema. Para nós, tal concepção é manifestação de uma idolatria pelo cinema. O cinema que é um produto humano, social e histórico, aparece com vida própria, autônomo e independente, diante daqueles indivíduos com uma consciência coisificada, responsáveis por reproduzir uma concepção fetichista (VIANA, 2009a). Na sociedade capitalista, a consciência fetichista é generalizada no conjunto das relações sociais, o que permite a ampliação dela para a esfera artística<sup>8</sup> (VIANA, 2007c), representações cotidianas, valores, sentimentos, etc. Logo, a consciência fetichista é comum em diversas formas de arte, como o cinema que é o nosso tema.

Assim, o filme dentro de uma concepção fetichista se torna um bem grandioso, o que é reproduzido pelos agentes da esfera artística através da produção de representações cotidianas ilusórias e da axiologia (VIANA, 2009a). Além disso, é criada uma autoimagem e autoavaliação dos artistas como seres “criativos”, “talentosos”, dotados de uma suposta sensibilidade estética que está acima das lutas de classes, dos problemas reais que

---

<sup>7</sup> “Os filmes geralmente seguem a receita de promover finais felizes. O cinema hollywoodiano tem essa como uma de suas características mais famosas, embora existam exceções. O *happy end* é quase sempre presente no *love story*, a história de amor em que o casal termina junto” (VIANA, 2012, p. 37).

<sup>8</sup> Não é possível discutir em detalhes o conceito de esfera artística dentro do propósito deste breve texto. Por isso, sugerimos a consulta do livro *A Esfera Artística* (VIANA, 2007b).

confrontam as classes inferiores no cotidiano. No caso do filme *A Rosa Púrpura do Cairo*, o que predomina são os valores dominantes produzidos pelos agentes da produção cinematográfica (diretor, roteirista, atores, produtor etc.). Em outros filmes, é possível perceber essa mesma concepção fetichista do cinema, como no filme *Os Sonhadores* (2003) de Bernardo Bertolucci, *Cinema Paradiso* (1988) de Giuseppe Tornatore, *A Invenção de Hugo Cabret* (2011) de Martin Scorsese, entre diversos outros.

No caso aqui analisado, evidenciamos que o filme é expressão do fetichismo do cinema, problema este que deve ser superado, mesmo que neste caso esteja presente um cineasta reconhecido, admirado e prestigiado na subesfera cinematográfica. Assim, qualquer assistente (principalmente os formalistas)<sup>9</sup> que demonstra certa idolatria ao cinema, pouco senso crítico, entre outras determinações, tende a reproduzir uma concepção fetichista, avaliando qualquer filme devidamente prestigiado e dirigido por grandes nomes da cultura cinematográfica como obras de arte fundamentais, antes mesmo de assisti-las. Além disso, a maioria dos pesquisadores de cinema, críticos cinematográficos ou cinéfilos, em sua maioria, tendem a colocar as suas simpatias, interesses, valores, e avaliarem os filmes, por exemplo, do cineasta Woody Allen como mais um “clássico do cinema”, “um dos melhores diretores da história do cinema”, “gênio”, “cult”<sup>10</sup>, entre outros adjetivos.

A nossa posição sobre esse cineasta diverge da interpretação dominante e mostra que o fetichismo do cinema presente neste filme específico deve ser superado e criticado. Nenhum filme pode ser imune às críticas, pois a arte não é “sublime”, não está acima das relações sociais concretas. Dessa maneira, é completamente válida a crítica a um cineasta tão cultuado como Woody Allen. Na verdade, este é um ser humano comum, de carne e osso, que, devido às suas condições sociais de vida e seu processo histórico, teve mais ou menos criatividade, mais ou menos domínio técnico-formal, valores, sentimentos e concepções que vão para um lado ou outro (VIANA, 2009a). Logo, Woody Allen e todos outros “grandes cineastas” (Stanley Kubrick, Francis Ford Coppola, Ingmar Bergman, Alfred Hitchcock etc.)

---

<sup>9</sup> A respeito da discussão sobre as diversas formas de assistência, sugerimos a leitura do livro *Como Assistir um Filme?* do autor Nildo Viana (2009b).

<sup>10</sup> O termo “cult” faz parte do preconceito intelectualista dominante na sociedade capitalista. O preconceito é expresso em classificações que estabelecem uma hierarquia entre os filmes ruins e descartáveis, a exemplo dos “filmes B” e “trash”, e os “filmes cult” que teriam maior prestígio, sendo verdadeiros clássicos da “sétima arte”, devidamente obrigatórios para qualquer cinéfilo. No entanto, existem diversos filmes considerados “trash” que são melhores do que centenas de filmes “cult”, quando vistos da perspectiva do seu conteúdo, de uma posição crítica diante da realidade. Tal hierarquia e classificação faz parte de um processo de dominação cultural e da hegemonia dos valores burgueses e de suas classes auxiliares. Por trás dessa distinção social gerada pelo preconceito, temos também a sociabilidade competitiva, dominante na sociedade capitalista.

são seres humanos comuns que, devido ao conjunto de relações de produção que estão envolvidos, seus recursos e sua prática, possuem um domínio, maior ou menor, no processo de produção de um filme.

Por fim, podemos dizer que se trata aqui de um filme superficial, na média dos filmes que são hegemonicamente produzidos em Hollywood. É preciso que os pesquisadores de cinema, militantes e quaisquer indivíduos interessados por cinema em geral, superem as suas simpatias para com determinados filmes ou diretores, para que assim possam chegar a uma interpretação correta daquele – caminho que percorremos nesse artigo. O que importa na interpretação de um filme é o intérprete, cujos valores, sentimentos, concepções, interesses etc., devem corresponder aos valores axionômicos e uma perspectiva crítica. Assim, torna-se fundamental que se faça uma autocrítica e autoanálise, elementos que aliados com o compromisso pela transformação radical e total da realidade, bem como com os valores axionômicos, permitem chegar a uma avaliação e análise crítica do cinema em seu caráter social, mostrando seus méritos e deméritos.

### Referências

ANDRADE, Ana Lúcia. *O filme dentro do filme – a metalinguagem no cinema*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

A ROSA PÚRPURA DO CAIRO, Woody Allen (EUA, 1985).

FREUD, Sigmund. *O Futuro de uma Ilusão*. In: FREUD, Sigmund. *O Futuro de uma Ilusão, O Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos (1927-1931)*. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 2006.

GEADA, Eduardo. *Cinema e Transfiguração*. Lisboa: Horizonte, 1978.

VIANA, Nildo. *A Concepção Materialista da História do Cinema*. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2009a.

VIANA, Nildo. *A Esfera Artística. Marx, Weber, Bourdieu e a Sociologia da Arte*. 2ª edição. Porto Alegre: Zouk, 2007b.

VIANA, Nildo. *Cinema e Mensagem: Análise e Assimilação*. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2012.

VIANA, Nildo. *Como Assistir um Filme?* 1ª edição. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009b.

VIANA, Nildo. *Os Valores da Sociedade Moderna*. Brasília: Theasurus, 2007a.

## **Abordagem Institucionalista: breve crítica da “Teoria da Mobilização de Recursos”**

Diego Marques Pereira dos Anjos\*

Rubens Vinícius da Silva\*

Devido às mutações no interior do capitalismo, a produção sociológica acerca dos movimentos sociais se desenvolveu e fez emergir três abordagens<sup>1</sup> principais a respeito deste fenômeno social: a abordagem institucionalista (“teoria da mobilização de recursos”), a abordagem neoinstitucionalista (“teoria do processo político”) e a abordagem culturalista (“teoria dos novos movimentos sociais”).

No presente artigo iremos nos focar na abordagem institucionalista (“teoria da mobilização de recursos”), que surge nos Estados Unidos no final da década de 1960 como tentativa de responder às questões colocadas pelo capitalismo imperialista daquele país, na busca por superar as insuficiências presentes nas concepções explicativas então hegemônicas nos meios acadêmicos – psicologistas, funcionalistas, interacionistas, dentre outras – cujas discussões gravitavam em torno de aspectos que iam ao encontro dos estudos de comportamento coletivo.

---

\* Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, defendeu a monografia intitulada Meios e fins na Estratégia do EZLN sob orientação do professor Dr. Nildo Silva Viana. Mestre em Ciências sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Campus de Marília), onde defendeu a dissertação intitulada *Votán-Zapata contra a Besta-Fera: Escritos do EZLN contra o Capitalismo no México* sob orientação do professor Dr. Jair Pinheiro. Defendeu a tese de Doutorado intitulada "Hoje a aula é na rua: estudo comparativo das organizações mobilizadoras MPL-SP (Brasil) e JRA (México)", no Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas (CEPPAC/Unb), obtendo o título de Doutor em Ciências Sociais, sob orientação do professor Dr. Martin-Léon-Jacques Ibáez de Novion.

\* Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI/FAMEBLU (2008). Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Regional de Blumenau - FURB (2016). Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás - PPGS-UFG (2019). Atualmente é doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP-UFSC).

<sup>1</sup> Conforme Viana (2017), a abordagem é um modo de interpretação da realidade por intermédio de um enfoque analítico e temático efetivado pelo pesquisador, tendo como premissa um conjunto de escolhas (analíticas e temáticas). As abordagens podem ser sistemáticas (tais como as ideologias) ou semissistemáticas: em se tratando da abordagem institucionalista, estamos diante de um exemplo da segunda forma, constituindo uma semi-ideologia. Isso porque as abordagens semissistemáticas carecem de sistematicidade, dando origem a um enfoque temático e analítico sem maiores desdobramentos e embasamentos ideológicos. A respeito do conceito de ideologia, partimos de Marx e Engels (2004), entendendo-a como um sistema de pensamento ilusório: trata-se de um pensamento complexo produzido pelos especialistas no trabalho intelectual, a partir da cisão entre este e o trabalho manual oriunda do surgimento das sociedades de classes, assumindo a forma de ciência, teologia, filosofia, etc. Ao lado das referidas abordagens e emergindo como uma crítica aos limites destas há a teoria dos movimentos sociais, cujo referencial teórico-metodológico é o marxismo.

Para cumprirmos com tal missão, o itinerário do texto cumprirá o seguinte percurso: inicialmente efetivaremos uma breve introdução histórica, aduzindo as principais determinações sociais, bem como o contexto da sociedade estadunidense de fins dos anos 1960 e início dos anos 1970. Este foi o solo sob o qual brotou nosso objeto de estudo. Assim, esta digressão faz-se necessária sob o risco de incompreensão dos fundamentos e do conteúdo presentes na abordagem institucionalista.

Num segundo instante, iremos nos dedicar à apresentação dos principais elementos constitutivos da abordagem institucionalista. Aqui, nos utilizaremos em especial do ensaio *Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial*, de autoria de John D. McCarthy e Mayer N. Zald. O referido material constitui referência obrigatória desta abordagem, por ter sido produzido por autores pioneiros e que durante o final da década de 1960 e início dos anos 1970 defenderam as suas premissas.

Por último, a seção que encerrará nosso estudo é dedicada à crítica desta abordagem sociológica dos movimentos sociais, colocando sua contribuição e ao mesmo tempo enfatizando seus limites. Fazemo-lo devido à necessidade de não nos limitarmos a um estudo de caráter meramente descritivo: uma vez que a própria abordagem institucionalista busca contribuir para uma concepção não-apologética do fenômeno estudado, iremos tecer tais considerações acerca dos principais postulados existentes no seu interior.

### **Abordagem institucionalista: condições de possibilidade e emergência**

A abordagem institucionalista tem origem num determinado momento histórico da sociedade estadunidense, em virtude de um conjunto de transformações ocorridas em todas as esferas da vida social. Antes de iniciar nosso trajeto nesta abordagem, é fundamental realizar uma breve reconstituição destas mudanças sociais, as quais forneceram as condições de possibilidade para o seu surgimento.

No que concerne às transformações ocorridas no interior da esfera científica, na primeira metade do século XX a consolidação do capitalismo privado impulsionado pelos EUA constituiu uma tradição sociológica funcionalista, expressando um processo de institucionalização segundo os ditames do estado e da classe dominante. Isso se deu na forma de financiamento de pesquisas e análise dos movimentos sociais e de classe como manifestações de caráter inconsciente, motivadas não por necessidades sociais produto de condições materiais e relações de exploração.

Destarte, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o surgimento o regime de acumulação conjugado<sup>2</sup> nos países de capitalismo imperialista – que marca o surgimento do capitalismo oligopolista transnacional – a institucionalização da sociologia entrou em nova fase e um dos resultados foi o de criar explicações alternativas à teoria revolucionária. O novo regime de acumulação vem acompanhado de mutações culturais, políticas e ideológicas em virtude da derrota do nazifascismo (com o papel proeminente do bloco progressista e bloco revolucionário, além da força do movimento operário, do surgimento da Guerra Fria e da paulatina implementação de uma nova política estatal), apontando para uma nova hegemonia<sup>3</sup>, isto é, uma nova vigência cultural:

A nova hegemonia passava para o espectro mais democrático (pelo menos discursivamente) do bloco dominante e mais próximo do bloco progressista. Nesse contexto, marcado também por melhorias no nível de renda de grande parte da população, aumenta a mobilização popular que passa a realizar outras reivindicações que não são mais as exclusivamente salariais, condições de trabalho, transformação social, etc. A nova hegemonia do paradigma reprodutivista aponta para a tese da “integração da classe operária no capitalismo”, bem como para a ideia da sociedade como organismo ou estrutura estável que precisa “integrar” as classes e grupos sociais no seu interior. Por outro lado, as mobilizações vão aumentando com o passar do tempo e ganham maior força, visibilidade e radicalidade com a desestabilização desse regime de acumulação (VIANA, 2017, p. 16-17).

Dessa forma, no capitalismo imperialista o estado integracionista (ideologicamente denominado de “bem-estar social”) com sua política econômica voltada para o aumento da renda e o acesso aos bens coletivos, aliado à nova hegemonia discursiva democrática, propiciou as condições de possibilidade para a proeminência dos movimentos sociais. Com a burocratização<sup>4</sup> dos partidos e sindicatos na forma de seu atrelamento ao aparato estatal e

---

<sup>2</sup> A história do capitalismo, berço dos movimentos sociais, é a história da sucessão dos regimes de acumulação. Os regimes de acumulação são formas relativamente estabilizadas de um processo das lutas de classes, cristalizada numa determinada correlação de forças marcada por determinada forma assumida pelo processo de valorização (extração de mais-valor), determinada formação estatal e uma configuração das relações internacionais. O regime de acumulação conjugado, também chamado de intensivo-extensivo, se caracterizou pela hegemonia do fordismo, do estado integracionista (“bem-estar social”) e pelo imperialismo transnacional. Outro elemento do regime de acumulação conjugado foi a transferência de mais-valor absoluto dos países de capitalismo subordinado - nos quais este regime de acumulação nunca existiu - para os países do bloco imperialista, o que proporcionou, dentre outros elementos, a aplicação das políticas do estado integracionista nestes últimos (VIANA, 2009).

<sup>3</sup> “O conceito de hegemonia deve ser entendido como uma vigência cultural, ou seja, um fenômeno cultural no qual há a predominância de determinadas ideias, valores, noosfera (especialmente ideologias), concepções, representações cotidianas, etc. A hegemonia significa que diversas manifestações culturais são produzidas e reproduzidas constantemente numa sociedade ou em um setor delimitado dela, sendo aceitas e reproduzidas pela maioria da população ou por um setor da mesma” (VIANA, 2018, p. 82).

<sup>4</sup> O processo de burocratização das relações sociais significa o aumento da constituição de organizações burocráticas (nas quais existe a separação entre dirigentes e dirigidos no processo de tomada de decisões e

à reprodução da acumulação capitalista, o proletariado é desmobilizado e “integrado” às relações sociais capitalistas (através de melhorias no consumo e renda, num contexto discursivamente democrático). Ao mesmo tempo, a cada vez maior burocratização no interior das universidades norte-americanas produz uma competição crescente no seio da esfera científica, em especial no que tange aos estudos sobre movimentos sociais (VIANA, 2017).

Esta nova correlação de forças permite um deslocamento da mobilização para outros setores da sociedade, o que promove a consolidação dos movimentos sociais. Durante a década de 1960, o movimento negro começa a se desenvolver nos Estados Unidos, o mesmo ocorrendo com o movimento estudantil. Já na segunda metade dos anos 1960 estes movimentos se consolidam e surge o movimento pacifista, como uma resposta à Guerra do Vietnã, numa situação marcada pelos primeiros sinais de crise e desestabilização do regime de acumulação conjugado. Cumpre reafirmar que as reivindicações elaboradas por estes movimentos eram distintas entre si, além de não estarem direcionadas unicamente aos pedidos de aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho:

É nesse contexto que surgem as abordagens pioneiras dos movimentos sociais. Nesse momento surgem concepções explicativas dos movimentos sociais. As concepções funcionalistas, psicologistas e interacionistas e outras aparecem e tentam explicar esse novo fenômeno social. De acordo com o “espírito do paradigma da época”, a discussão sobre movimentos sociais é encaminhada a partir de temas como desvio, da frustração, desajustes, comportamento coletivo, crenças, irracionalidade. No entanto, grande parte das abordagens consideradas pioneiras dos movimentos sociais não estão tratando exatamente deste fenômeno e sim de mobilizações, protestos, revoltas, etc. (VIANA, 2017, p. 18).

Assim, as primeiras rachaduras no regime de acumulação conjugado nos Estados Unidos constituem o pano de fundo que marca o aparecimento da abordagem institucionalista. Diante disso, explicitam-se divergências às concepções explicativas anteriores – as quais priorizavam sua análise nos desvios, frustrações, crenças, irracionalidade e questões comportamentais – no seio de uma sociedade cada vez mais competitiva, mercantilizada e cujo aumento da burocratização nas universidades se expressou nas disputas no interior da esfera científica. A abordagem institucionalista retoma elementos das abordagens anteriores, mas analisa outro fenômeno social: não os movimentos

---

fixação dos objetivos) e controle social. Em conjunto com a burocratização há a mercantilização das relações sociais, que é a transformação de tudo em mercadoria e mercancia: a mercantilização e burocratização das relações sociais e a competição social estruturam a sociabilidade capitalista. A este respeito, conferir Viana (2008; 2016a).



sociais em si e sim as organizações dos movimentos sociais (OMSs). A reemergência das ações coletivas possuía características específicas, distintas daquelas observáveis em outros movimentos.

Dessa forma, a dinâmica dos movimentos que apareciam não era mais passível de ser interpretada segundo os moldes expostos pelas concepções explicativas anteriores, que enfatizavam os sentimentos e ressentimentos dos grupos sociais. Um exemplo notório dessa mudança foi o mais importante destes movimentos (pelos direitos civis, conduzido pelos negros estadunidenses visando conquistar direitos sociais legalmente garantidos e até então historicamente negados), o qual constrangeu uma série de pesquisadores a remodelar os pressupostos analíticos para a compreensão destes novos fenômenos sociais. Deste modo, a explicação fundada nos descontentamentos de grupos e pessoas dá lugar a um ponto de partida segundo o qual os envolvidos em movimentos sociais são orientados segundo ações racionais, através das quais mediam a relação custo-benefício do seu compromisso, além de mobilizarem de modo estratégico os recursos necessários para a realização de seus objetivos (ALONSO, 2009; NUNES, 2014).

Foi a fragilidade das concepções explicativas anteriores, aliada às mudanças ocorridas em virtude do novo regime de acumulação (sobretudo a consolidação dos movimentos sociais existentes e o surgimento de novos) que conduziu à formulação da abordagem institucionalista, cuja hegemonia perdurou durante a segunda metade dos anos 1960 e começo dos anos 1970. Passadas estas considerações introdutórias acerca da miríade de fenômenos que forneceram o pano de fundo para o aparecimento da abordagem institucionalista, passaremos ao segundo momento de nosso estudo, dedicado à descrição dos elementos básicos presentes nesta abordagem sociológica dos movimentos sociais. Para tanto, conforme mencionado, iremos nos valer fundamentalmente das contribuições de John McCarthy e Mayer Zald, os quais buscam sistematizar de forma coerente suas divergências com as concepções centradas no comportamento coletivo e nas frustrações individuais, abrindo caminho para o surgimento dos adeptos desta abordagem sociológica.

### **Abordagem institucionalista: principais características**

No tópico anterior fizemos um apanhado sintético das determinações histórico-sociais que forneceram as condições de possibilidade para a emergência da abordagem institucionalista. Agora iremos nos dedicar a enumerar e apresentar as influências

ideológicas e autores que sistematizaram os postulados presentes na abordagem, responsáveis pela elaboração de seus principais elementos definidores.

Ao analisar os principais componentes desta abordagem é possível perceber que a base ideológica é composta por elementos do pensamento de Max Weber, em especial a atenção concedida à necessidade de uma organização racionalizada, eficiente e organizada sob a forma burocrática, bem como a escolha e o cálculo racional como estratégias usadas por parte dos participantes dos movimentos sociais, visando explicar a emergência das OMSs (Organizações de Movimentos Sociais). Isso é perceptível, pois nesta abordagem é ressaltada a lógica de custos e benefícios. No mesmo entendimento, a abordagem institucionalista é caudatária dos trabalhos da escola marginalista de economia política: os componentes das organizações, setores e indústria de movimentos sociais são vistos como bens a serem adquiridos na forma de recursos obtidos, sendo úteis e necessários à formação e consolidação dos objetivos propostos pelos movimentos.

Do ponto de vista da produção intelectual sociológica acerca dos movimentos sociais, a principal influência dos primeiros escritos dos autores da abordagem institucionalista foi a obra de Olson, consagrada ao estudo da ação coletiva. Com McCarthy e Zald temos a consolidação desta abordagem, entendida como uma interpretação alternativa dos movimentos sociais, onde se ressalta a importância de determinados fatores tais como os recursos, a organização e as oportunidades políticas, indo além das hipóteses anteriores centradas no descontentamento (JENKINS, 1994).

Cumprir recordar que o foco desta abordagem é nas organizações dos movimentos sociais, as OMSs. Por conseguinte, seus principais representantes intelectuais foram John McCarthy, Mayer Zald, Doug McAdam, Anthony Oberschall e Joseph Gusfield, dentre outros<sup>5</sup>. A nova abordagem propunha uma perspectiva calcada na racionalidade dos movimentos: seus partidários se insurgiram contra as explicações calcadas em sentimentos irracionais.

Ademais, partiam da sociologia organizacional, dando especial atenção à analogia das organizações dos movimentos sociais (OMSs, principal elemento explorado nos trabalhos de seus adeptos) com as empresas. As organizações estudadas pelos membros da

---

<sup>5</sup> Com exceção do texto que serve de base para nosso trabalho, não existem traduções para o português dos trabalhos de autores que partiam da abordagem institucionalista. Posteriormente, muitos deles iriam se aproximar e basear suas análises na abordagem precedente, conhecida como “Teoria do Processo Político”, isto é, a abordagem neoinstitucionalista. Uma síntese deste processo pode ser conferida, no idioma espanhol, em (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996).

abordagem institucionalista foram basicamente as vinculadas ao movimento negro pelos direitos civis, tais como a NAACP (Associação Nacional para o Desenvolvimento de Pessoas Negras, cujo grande referencial foi o reverendo Martin Luther King Jr.), a União Americana de Liberdade Civis, o CORE (Congresso da Igualdade Racial), dentre outras. No que tange ao debate sobre as organizações dos movimentos sociais, o modelo organizacional defendido por McCarthy e Zald se funda numa burocracia centralizada, sustentando a tese segundo a qual uma estrutura formal com uma divisão do trabalho clara maximiza as possibilidades de mobilização (JENKINS, 1994).

A abordagem institucionalista enfatiza a base social e as limitações do fenômeno movimento social. Examina a diversidade e ampla gama de recursos a serem mobilizados, as ligações entre os movimentos sociais e demais grupos, sua dependência com relação aos suportes externos (os quais podem garantir ou não o seu sucesso), além das táticas que as autoridades usam visando incorporar ou controlar os movimentos sociais. Esta abordagem se fundamenta muito mais nas ideologias políticas, econômicas e sociológicas do que sua predecessora (fundada a partir das contribuições da psicologia social do comportamento coletivo).

Depois de efetivarem uma série de observações nas quais expõem suas divergências às concepções explicativas anteriores, os autores apresentam a seguinte definição de movimentos sociais: “Um movimento social é um conjunto de opiniões e crenças em uma população que manifesta preferência pela mudança em alguns elementos da estrutura social e/ou na distribuição de recompensas em uma sociedade”<sup>6</sup> (McCARTHY; ZALD, 2017, p. 163). Aduzem que inexistente um consenso relativo à definição do que seria um movimento social. Sendo assim, enumeram uma definição inclusiva deste fenômeno. Justificam esta opção com base em dois motivos: a) objetivam relacionar esta produção com a maior quantidade de trabalho possível; b) esta definição permite a possibilidade de um movimento

---

<sup>6</sup> Maria da Gloria Gohn (1997) comete uma série de equívocos ao analisar a abordagem institucionalista e as concepções explicativas anteriores. Seu raciocínio gira em torno da afirmação segundo a qual a abordagem institucionalista (por ela denominada “Teoria da mobilização de recursos”) rejeita aspectos como o papel das crenças compartilhadas e da identidade pessoal, pois eram vistos pelas concepções explicativas anteriores (aqui mais uma vez Gohn se equivoca porque define as concepções explicativas anteriores como um só “paradigma” clássico/tradicional, ignorando suas especificidades e diferenças) sob aspectos de comportamento irracional das massas. Além disso, no que tange às concepções explicativas que antecederam a abordagem institucionalista (hegemônicas durante as décadas de 1930, 1940 e 1950) ela coloca Erich Fromm no rol dos seus representantes intelectuais, sendo que o próprio Fromm não escreveu muito sobre o fenômeno movimento social, além de partir de uma perspectiva oposta a de alguns expoentes destas concepções, como o sociólogo Neil Smelser e o psicólogo industrial Arthur Kornhauser.

social não ser representado por nenhum grupo organizado e ao mesmo tempo permite incluir organizações que, na sua origem, não representam movimentos sociais.

Deste modo, as organizações de movimento social necessitam de recursos, por mais parcos que estes sejam e independentemente de seu tipo. Somente assim podem trabalhar para a efetiva realização dos objetivos propostos. Nestes casos, indivíduos e outras organizações detém o controle dos recursos, os quais podem incluir dinheiro, trabalho, instalações e legitimidade. A quantidade das atividades está vinculada aos recursos controlados pelas organizações, sendo que algumas delas dependem do trabalho voluntário e outras de trabalho pago. Nas duas situações, os recursos necessitam de um controle, além de serem mobilizados antes das possibilidades de ação coletiva.

Dentro de um movimento social, há a existência dos aderentes (aqueles indivíduos e organizações que acreditam nos objetivos do movimento) e os constituintes (aqueles que fornecem os recursos para uma OMS e para os movimentos). A tarefa principal da mobilização de recursos consiste na conversão dos aderentes em constituintes, bem como na manutenção do envolvimento destes últimos. Num nível distinto, há a necessidade de transformar os não-aderentes em aderentes. O público espectador se refere ao conjunto dos não-aderentes que não se opõem aos movimentos sociais e suas organizações. Estes são meras testemunhas das atividades realizadas pelos movimentos sociais. A distinção entre constituintes, aderentes, público espectador e oponentes possui diversas dimensões. Para tanto, McCarthy e Zald se utilizam do termo *pool* (conjunto) de recursos por estes controlados. Ademais, incluem os termos massa e elite visando uma melhor descrição deste processo.

Assim, a massa de constituintes, aderentes, público espectador e oponentes se referem ao conjunto de indivíduos e grupos que possuem o controle de *pools* bastante restritos. O conjunto (*pool*) mais limitado controlado pelos indivíduos é justamente seu tempo e trabalho. Já as elites dizem respeito aos que detém o controle de *pools* maiores de recursos. O tamanho do conjunto de recursos que uma pessoa ou organização controla e que pode ser destinado por uma OMS é uma das dimensões relativas à diferenciação acima descrita.

McCarthy e Zald elaboram o seguinte quadro de expressões: organização de movimento social (OMS): organização formal ou complexa que identifica seus objetivos com as preferências de um movimento social (ou um contramovimento) e tenta implementá-

los; indústrias de movimentos sociais (IMS): conjunto das OMSs, cujo objetivo é realizar as mais amplas preferências de um movimento social: aqui os autores fazem uma analogia com a definição econômica de indústria; e setor do movimento social (SMS): conjunto das IMS numa sociedade, independente dos movimentos sociais a que estão ligados. Segundo eles

As definições do termo central, movimento social, tipicamente incluíram elementos de preferência e ações organizadas com o objetivo de promover mudanças. Separar de forma analítica esses componentes, ao distinguir um MS e uma IMS, tem várias vantagens. Em primeiro lugar, enfatiza que os movimentos sociais nunca estão totalmente mobilizados. Em segundo lugar, ele se concentra explicitamente no componente organizacional da atividade. Em terceiro lugar, reconhece explicitamente que os movimentos sociais são tipicamente representados por mais uma OMS. Finalmente, a distinção permite a possibilidade de uma análise do crescimento e declínio de uma IMS, que não é totalmente dependente do tamanho de um MS ou da intensidade das preferências dentro dele (McCARTHY; ZALD, 2017, p. 166).

A tarefa posta pelos autores é a resolução da seguinte problemática: como agrupar as organizações de movimento social numa indústria de movimentos sociais? Eis uma tarefa difícil, posto que as OMSs específicas podem ser abrangentes ou se restringirem aos objetos e alvos estipulados. Em quaisquer contextos de ordem empírica, os analistas dos movimentos devem decidir quais critérios usar para definir os limites de uma ou muitas IMS. Todas as OMSs possuem objetivos alvos, ou seja, um conjunto de preferências de mudanças relativas às quais afirma estar existindo. Estes objetivos podem ser amplos ou restritos: são eles os elementos que vinculam conceitualmente as OMSs com SMS e IMS específicos. Visando justamente tornar mais compreensível a definição de movimento social apresentadas, elencam o que seria um contramovimento:

Um contramovimento é um conjunto de opiniões e crenças em uma população em oposição a um movimento social. Como é evidente, vemos movimentos sociais como nada mais do que as estruturas de preferências voltadas para a mudança social. (...) A fim de prever a probabilidade das preferências serem traduzidas em ação coletiva, a perspectiva da mobilização de recursos focaliza a organização preexistente e a integração dos segmentos de uma população que compartilham preferências (McCARTHY; ZALD, 2017, p. 163-164).

Com relação às organizações de movimento social, um aspecto a ser ressaltado reside na valoração concedida à função e importância atribuída aos seus líderes: estes figurariam como gerentes e administradores, sendo que para obter sucesso um movimento deveria ter como pressuposto uma organização formal hierárquica. Apenas com a manutenção da organização é possível perseguir outros objetivos. Tal processo deveria estar

aliado ao aumento correspondente da especialização, o que garantiria a eficiência na forma de conquista dos objetivos propostos pelos movimentos. A profissionalização, produto de uma OMS com elevados fluxos de renda (ou seja, de uma organização grandiosa e consolidada) necessita um corpo de especialistas responsáveis pela realização de tarefas complexas. Assim, as exigências por captação de recursos e contabilidade conduzem irresistivelmente à formação de quadros profissionais.

Os autores levantam a hipótese segundo a qual quanto maior o setor de movimento social (SMS) e as Indústrias de Movimento Social (IMS) correspondentes, maiores são as chances do desenvolvimento de carreiras no interior dos movimentos sociais. As carreiras são entendidas como um conjunto de cargos ocupados por quadros de profissionais e aderentes agrupados em diversas organizações de movimentos sociais ou instituições que lhes servem de apoio. Este processo garante a maior oportunidade de garantia de um emprego fixo, independente do sucesso ou fracasso de uma determinada OMS.

Quanto mais antigas e consolidadas as OMSs, maiores são as possibilidades de se manterem ao longo do tempo. Em contrapartida as OMSs mais recentes tendem a possuir um ciclo de crescimento e em seguida entrar em declínio. No que concerne à estrutura de uma OMS e a posterior tarefa de mobilizar de recursos, McCarthy e Zald dividem o envolvimento e atuação dos seus componentes evidenciando ainda mais a comparação dos movimentos com as organizações burocráticas, na forma de uma rígida divisão social do trabalho:

Primeiramente, há o quadro, os indivíduos que estão envolvidos nos processos da organização da tomada de decisão. Os membros do quadro podem dedicar a maior do tempo a assuntos da organização ou apenas uma parte do seu tempo. Aqueles que recebem compensações, por mais escassas que sejam, e dedicam tempo integral à organização, chamamos de quadro profissional; aqueles que dedicam tempo integral à organização, mas não estão envolvidos em processos centrais de tomada de decisão, nós denominamos pessoal profissional; aqueles que, intermitentemente, dedicam seu tempo às tarefas organizacionais, não ao nível dos quadros, nós usamos o termo trabalhadores (lembre-se, os constituintes são aqueles que colaboram com tempo ou dinheiro) (McCARTHY; ZALD, 2017, p. 179-180).

Devido a esta concepção dos movimentos e suas organizações como similares às empresas capitalistas, para os defensores desta abordagem as OMSs realizariam uma constante competição entre si visando a obtenção de recursos, adesões, apoio de agências governamentais, além de manipulação de imagens veiculadas pelos meios de comunicação.

O uso da imprensa e da tecnologia seria uma das principais formas de se dirigir à população, atraindo a atenção do público para os objetivos propostos pelas organizações.

Como o próprio nome já deixa entrever, o foco dos estudiosos desta tradição analítica gira em torno dos recursos. É justamente a obtenção de recursos que origina as OMSs (Organizações de Movimentos Sociais). Cada OMS possui objetivos alvos: uma série de preferências de mudanças, sob as quais se coloca em funcionamento (McCARTHY; ZALD, 2017). O fundamento da dinâmica pela busca e aumento de recursos parte da ideia de cálculo racional, examinando os custos e aduzindo os benefícios oriundos da competição entre as organizações, com o intuito de obter cada vez mais recursos indispensáveis para a realização dos objetivos almejados.

No ensaio, McCarthy e Zald propõem avançar ainda mais com relação à abordagem anterior, chamada pelos autores de tradicional. Esta última estaria centrada nas causas psicossociais do descontentamento e privações, que levariam ao surgimento de reivindicações a partir do compartilhamento de crenças e ideologias. Até então, as influências e fatores estruturais eram ignoradas ou pouco enfatizadas, levando os autores ao seguinte raciocínio: “Queremos passar de uma forte suposição sobre a centralidade da privação e reivindicações a uma fraca, tornando-a um componente, de fato, na geração dos movimentos sociais. No entanto, às vezes, um componente secundário” (McCARTHY; ZALD, 2017, p. 158).

Esta suposição lança luzes ao fato de que os descontentamentos e a privação podem ser definidos, criados e manipulados a partir da iniciativa das organizações e também do empresariado. Deste modo, a partir do trabalho empírico dos autores, na forma de exemplos retirados da sociedade estadunidense, estes defendem que as organizações não se desenvolveram como produto direto das reivindicações (a não ser em casos indiretos): elas foram possíveis principalmente devido aos movimentos dos atores dos sistemas políticos. Para os adeptos da abordagem institucionalista, a preocupação reside na busca das ferramentas analíticas mais adequadas para a explicação dos processos de surgimento, consolidação e sucesso dos movimentos sociais e seus resultados (OMS, IMS e SMS).

Como dissemos, um dos pontos de partida desta abordagem pode ser encontrado nas reflexões de Olson e Oberschall. Estes autores entendiam que uma vez os movimentos sociais tendo proporcionado bens coletivos, algumas pessoas iriam por conta própria arcar com os custos de trabalho necessários à obtenção destes bens. Assim, a explicação dos

comportamentos coletivos exige uma atenção específica à seleção dos mecanismos, incentivos e estrutura de redução de custos. Ademais, os benefícios profissionais que conduzem ao comportamento coletivo também estão embutidos neste processo explicativo.

Um dos argumentos mais consistentes do ensaio gira em torno da tese fundamental desta abordagem: a centralidade na busca de recursos (especialmente tempo, dinheiro e trabalho) para compreender as ações das organizações de movimentos sociais. Os recursos são basilares para o engajamento nos conflitos e por conta disso precisam ser captados, visando atingir os objetivos coletivos. Este processo de busca dos recursos exige um mínimo de organização. Além disso, Zald e McCarthy elencam outros três pressupostos que seriam essenciais para a explicação dos movimentos, a saber: a) o reconhecimento de pessoas e organizações externas à coletividade que o movimento representa; b) o reconhecimento de um modelo de oferta e procura a ser aplicado na dinâmica do fluxo de recursos dos movimentos sociais específicos; c) a importância da lógica de custos e benefícios para compreender os níveis de envolvimento (individual e organizacional) nas atividades dos movimentos, sendo que estes últimos são afetados de modo decisivo pelas atividades das autoridades e também pela estrutura social (McCARTHY; ZALD, 2017).

Os autores contrastam as tentativas de explicação anteriores com a “teoria da mobilização de recursos”, vista como emergente. Realizam esta análise a partir de três eixos: a base de apoio, as táticas e estratégias e a relação com a sociedade. No primeiro ponto, ao passo que a abordagem tradicional coloca que os movimentos sociais são fundados no descontentamento da população, que forneceria os recursos e a força de trabalho necessários (sem incorporar os apoios externos) a abordagem institucionalista pondera que os movimentos podem ou não se fundar nas reivindicações dos beneficiários presumidos (aqueles que se beneficiam diretamente quando as OMS realizam seus objetivos). Existe a possibilidade de os constituintes conscientes (apoiadores diretos de uma OMS, os quais não se beneficiam de modo direto quando estas atingem seus propósitos) fornecerem apoio, seja ele individual ou mesmo organizacional. Também há casos onde os apoiadores (fornecedores de dinheiro, instalações e, em alguns contextos, até de sua força de trabalho), podem mesmo não possuir compromisso algum com os valores que fundamentam os movimentos específicos (McCARTHY; ZALD, 2017).

Com relação às táticas e estratégias, a chamada “abordagem tradicional” parte do princípio segundo o qual os líderes de um movimento social se utilizam da persuasão,



barganha e até da violência, visando conquistar uma esfera de influência junto às autoridades no sentido da mudança. Para tanto, tais escolhas estariam condicionadas ao seu relacionamento e sucessos havidos nos embates anteriores com as autoridades e sua ideologia. Ademais, as táticas têm como influência a institucionalização e oligarquização organizacionais: a abordagem institucionalista se preocupa com as interações entre movimentos e autoridades, evidenciando que as OMSs possuem um rol de tarefas estratégicas, as quais incluem a mobilização dos apoiadores, além da neutralização e/ou transformação das massas e frações da elite em simpatizantes, no sentido de alcançar mudanças nos objetivos. Desse modo, determinados dilemas tendem a surgir no processo de escolha das táticas, uma vez que algumas delas podem contribuir para a conquista dos objetivos. Contudo, estas simultaneamente revelam a possibilidade de contradizer os comportamentos destinados à conquista de outras reivindicações. As táticas são diretamente influenciadas pela competição e cooperação no seio das organizações (McCARTHY; ZALD, 2017).

No que diz respeito às relações com o restante da sociedade, a “abordagem tradicional” ignora as formas pelas quais as organizações dos movimentos podem vir a usar o ambiente segundo seus propósitos. A ênfase concedida ao grau de hostilidade ou tolerância na sociedade revela um tratamento descritivo das relações entre sociedade e cultura, produto da falta de foco organizacional comparativo dos estudos de caso. A nova abordagem (centrada na mobilização de recursos) parte do pressuposto segundo o qual é a sociedade quem fornece as condições utilizadas pelas indústrias do movimento social: estas condições abarcam meios de comunicação, despesas, grau de acesso aos centros institucionais, redes preexistentes, estrutura das ocupações e seu crescimento (McCARTHY; ZALD, 2017).

Outra distinção elaborada se relaciona com o alcance dos objetivos da OMS e os grupos que podem ou não ser beneficiados em virtude da realização dos objetivos organizacionais. Extraíndo o exemplo do movimento das mulheres, os autores colocam que aquelas que não se opõem ou não possuem preferências com tal movimento podem vir a se beneficiar do mesmo, no caso do surgimento de oportunidades de trabalho conquistadas por grupos femininos. São potenciais beneficiários os indivíduos diretamente beneficiados em virtude da realização dos objetivos das organizações de movimentos sociais.

Em se tratando da tarefa de mobilizar recursos, as OMSs tendem a centralizar seus esforços na busca por converter o público espectador formado por potenciais beneficiários

em aderentes: além disso, a expansão dos objetivos pode visar o aumento do grupo de potenciais beneficiários entre os cidadãos, na forma de benefícios secundários (através de noções de uma sociedade mais justa, dentre outras possibilidades). Sobre a relação entre a capacidade de atrair recursos e ação dos aparatos repressivos do estado, os autores assim se posicionam:

O potencial de mobilização de recursos das OMSs também é afetado pelas autoridades e agentes delegados de controle social (por exemplo, a polícia). Embora as autoridades e agentes de grupos de controle normalmente não se tornam constituintes de uma OMSs, a sua capacidade de frustrar (através do que é geralmente denominado controle social) ou para permitir a mobilização de recursos são de importância crucial. Sua ação afeta a disponibilidade dos espectadores, aderentes e constituintes para alterar seu próprio *status* e compromisso. E esses mesmos agentes podem se tornar aderentes e constituintes. Porque eles nem sempre agem de comum acordo (McCARTHY; ZALD, 2017, p. 171-172).

Outra separação efetuada por uma OMS se traduz na tentativa de mobilizar como aderentes os indivíduos que não se encontram na condição de potenciais beneficiários. Diante disso, os aderentes conscientes seriam grupos e pessoas participantes do movimento social vinculado a OMS, os quais não se beneficiam diretamente caso seus objetivos sejam alcançados. Já os constituintes conscientes são os apoiadores diretos de uma OMS: do mesmo modo que os aderentes conscientes, os constituintes não são diretamente beneficiados quando uma OMS realiza seus propósitos.

Para McCarthy e Zald, a divisão estabelecida entre grupos (massa ou elite; público espectador beneficiário ou consciente; aderentes, oponentes e constituintes) dá conta de sistematizar os dilemas e formas de mobilização concernentes às OMSs específicas. A OMS cujo enfoque se dá nos aderentes beneficiários dos recursos é chamada de clássica, ao passo que aquelas organizações de movimentos sociais que angariam seus recursos em especial para os aderentes conscientes, utilizando-se de poucos deste para o trabalho organizacional são entendidas como OMSs profissionais. Fundamentados no trabalho empírico, os autores advertem para o fato de que nas sociedades modernas (nas quais temos a presença cada vez mais crescente dos meios de comunicação, recursos indispensáveis para o aumento dos aderentes e constituintes no interior das OMS) o conjunto de recursos que permite a emergência e expansão dos movimentos sociais é consideravelmente maior do que em sociedades menos desenvolvidas. Nestas últimas o conjunto de recursos (dinheiro, tempo e

trabalho) é consideravelmente menor em comparação com a sociedade capitalista, na qual surgem os movimentos sociais e suas organizações.

Por último, é possível sintetizar o modelo de mobilização de recursos proposto por McCarthy e Zald como dotado de ênfase na dinâmica estabelecida entre a quantidade de recursos disponíveis, a preexistência de estruturas de preferência organizadas e as tentativas realizadas com vistas ao atendimento das demandas de preferências. O esforço dos pioneiros da abordagem institucionalista busca fornecer elementos para a explicação dos processos de ascensão, estabilidade e queda dos movimentos sociais.

A partir de meados da década de 1970 a abordagem institucionalista perde sua força interpretativa e hegemonia: em virtude da crise do regime de acumulação conjugado, muitos de seus adeptos passam a contribuir para a constituição da abordagem sociológica dos movimentos sociais que lhe foi posterior, a abordagem institucionalista (“teoria do processo político”). Dentre o período de surgimento e consolidação foi desenvolvido um conjunto de explicações, estudos de caso, reflexões, seminários e debates: da segunda metade dos anos 1960 até o começo da década seguinte, a abordagem institucionalista foi hegemônica no estudo dos movimentos sociais e suas organizações.

Ganhando força em uma época de transição, resultado da própria atuação dos movimentos sociais da época, a hegemonia da abordagem institucionalista é perdida quando finaliza a crise que se iniciou com a crise do regime de acumulação conjugado dá origem à emergência do regime de acumulação integral. Este processo é resultado de mutações intelectuais geradas pela sucessão do regime de acumulação. Assim, a abordagem neoinstitucionalista – cuja definição de movimentos sociais remete aos confrontos políticos – se baseia no deslocamento do foco analítico da abordagem anterior, focada nas organizações dos movimentos sociais. A abordagem neoinstitucionalista centraliza e põe ênfase demasiada no interior da política institucional, centrando-se no aparato estatal (VIANA, 2017).

Terminada a descrição das características principais da abordagem institucionalista, iremos passar para o próximo tópico de nosso trabalho, onde serão os expostos os equívocos e apresentados os méritos desta abordagem sociológica dos movimentos sociais.

### Limites e contribuições da abordagem institucionalista

A sociedade estadunidense é uma totalidade concreta. Dessa assertiva pode-se depreender que o conjunto de esforços intelectuais consolidado na abordagem institucionalista forma parte das reflexões acerca de um fenômeno social específico de uma determinada expressão da luta de classes da época, os movimentos sociais. Quem for discutir as ideias da abordagem institucionalista e se isolar no seu desenvolvimento interno não pode chegar à conclusão do porquê a ação racional, o cálculo custo-benefício, a ênfase na organização se ergueram como diretrizes desta abordagem. Porém, uma vez rompido o isolamento das ideias, descobre-se os vínculos sociais: a dinâmica específica desta sociedade, suas lutas e a época em que determinadas ideias foram produzidas, bem como os interesses de classe as quais correspondem e manifestam.

A sociologia estadunidense tem seu desenvolvimento relativamente autônomo das influências europeias. Com versões próprias das perspectivas holista e individualista, a sociologia nos EUA desenvolve-se paulatinamente em meados do século XIX. Com relação aos aspectos institucionais, a partir das primeiras décadas do século XX tal processo – marcado pelo aumento da competição social, da burocratização e da mercantilização das relações sociais – avançou enormemente. Além da elaboração de duas grandes correntes de interpretação (de um lado o interacionismo da Escola de Chicago, e do outro o funcionalismo parsoniano) desde então os Estados Unidos viram surgir uma série de instituições, agências, universidades, canais de financiamento, público e privado, que auxiliaram na constituição e consolidação das ciências sociais neste país.

A feição institucionalista que se reforça neste período de consolidação das ciências sociais na maior potência capitalista tem origem nas próprias tradições do pensamento social estadunidense. Isso foi ressaltado por diferentes analistas: trata-se de uma tendência mais conservadora que a gestada com o chamado “pensamento social Europeu”. Neste sentido, tal especificidade foi ressaltada por autores considerados clássicos, como Alexis de Tocqueville, em *A Democracia na América*. Da mesma forma, foi também aceita nos estudos do século passado, como demonstra a obra *O espírito norte-americano* escrita por Henry Steele Commager, que aponta para as orientações moralistas e pragmáticas como fundantes do pensamento social e político nos EUA (COMMAGER, 1969).

Entre fins da década de 1940 até os primeiros anos da década de 1960, o modo de produção capitalista vive uma fase de intensa pujança. Este processo ocorreu via ampliação

da extração de mais-valor, na forma de aumento da exploração e conseqüente aumento do mercado consumidor para a totalidade do mundo. Ao intensificar o desenvolvimento das forças produtivas que lhes são próprias aos demais países do globo, o capitalismo se consolida nos países “industrializados”, ao mesmo tempo em que coloca sob sua dinâmica os países de capitalismo subordinado. Os EUA são a principal potência capitalista do mundo e é nesta sociedade onde o modo de vida e as instituições do capitalismo encontram as condições sociais propícias para o seu maior desenvolvimento e complexificação.

Interessante notar que, neste período de regime de acumulação conjugado, os países imperialistas (que experimentam a sensível melhora nas condições de vida de sua população) só conseguiram efetivá-la em detrimento das condições opostas nos países onde as relações sociais capitalistas ainda conviviam com outros modos de produção, ou seja, durante um período paulatino de destruição destas relações em favor da hegemonia da produção capitalista de mercadorias. Nesse sentido, pouco se fala do impacto direto destas condições no estudo e análise dos movimentos sociais: tanto que os historiadores atuais voltados para a questão e que buscam traçar uma longa história dos movimentos sociais dão um salto histórico em suas cronologias, pulando dos anos de 1920 (lutas sufragistas, direitos da mulher, cujos maiores exemplos são os movimentos de classe, sobretudo o movimento operário) para o mítico ano de 1968 (TILLY, 1978).

As ciências sociais nos Estados Unidos voltaram suas preocupações para as questões institucionais, fazendo com que toda a atividade social fosse compreendida sob as lentes de análise das instituições. Assim, a diversidade dos conflitos de interesses que então emergiam e não eram canalizados para as instituições (manifestações, encontros, greves e disputas salariais, ações espontâneas de descontentamento, etc.) eram analisados a partir do que elas não tinham de institucional: a ausência (de organização, normas, lideranças e hierarquias, fundo de rendas, etc.) de certos elementos como indicadores de um fenômeno não compatível com o restante da sociedade (economia, política, cultura). Durante o regime de acumulação conjugado houve a criação das condições políticas, culturais e econômicas que provocaram o avanço irresistível da burocratização das organizações: os fenômenos não compatíveis com a “era do progresso” só poderiam representar as ausências, as irracionalidades e a incapacidade de reproduzir a ordem social.

As privações e crenças, (as quais McCarthy e Zald dedicam um tópico de seu artigo) são elementos fundamentais para a explicação de um movimento social. Contudo, seja

negando as análises das privações e crenças seja pelos estudos que apontaram a irracionalidade e não-institucionalidade de ações coletivas e movimentos sociais, a abordagem institucionalista acaba por se tornar continuadora das concepções explicativas anteriores: em especial pelo forte empiricismo, ou seja, pela pobreza que se mantém presa aos limites das pesquisas quantitativas, descritivas, etc. que não conseguem superar as aparências dos fenômenos sociais estudados.

Sem dúvida, uma das originalidades da abordagem institucionalista é a distinção entre Movimentos Sociais, Organizações de Movimentos Sociais, Indústria de Movimentos Social e Setor de Movimento Social. Quase todo trabalho sociológico é sobre alguma organização de um movimento social: os institucionalistas analisaram as organizações supondo sua correspondência com o movimento social como um todo. Isto ocorreu devido às poucas e frágeis definições existentes sobre o que realmente se entende pelo fenômeno, ao lado das bases ideológicas desta abordagem.

A abordagem institucionalista inverte esta prática comum de estudo. Deixa de estudar os movimentos sociais para efetivamente estudar as organizações que surgem dos movimentos sociais: devido às suas bases ideológicas, era inevitável aos institucionalistas isolarem as organizações dos movimentos sociais do restante da totalidade concreta. A União Americana de Liberdade Cívica, o Congresso da Igualdade Racial, a Associação Nacional para o Desenvolvimento de Pessoas Negras eram organizações de grande conhecimento da população, pois eram as maiores e as mais organizadas, reunindo um grande contingente de membros e simpatizantes.

À título de comparação, na lógica desta abordagem caso o pesquisador que se inicia no estudo do movimento estudantil no Brasil contemporâneo ter como objeto de estudo a UNE, esta serve de parâmetro para a existência do movimento estudantil brasileiro na sua totalidade. Por serem as mais visíveis, estas organizações são mais estudadas, e este estudo sob a ótica da abordagem institucionalista contribuiu para diferenciar entre as organizações dos movimentos sociais e as demais ramificações deste fenômeno.

Desse modo, ao contestar os postulados das concepções explicativas anteriores dos movimentos sociais na sociedade capitalista estadunidense, a abordagem institucionalista insere uma nova determinação: o uso de recursos (tais como tempo, trabalho, dinheiro, ideias, atividades, etc.) pelos movimentos sociais. É no uso dos recursos, em sua mobilização, que se gera a racionalidade das organizações dos movimentos sociais. Assim,

quanto maior a sua institucionalização (através da burocratização) bem como os recursos movimentados, maiores serão suas chances de sucesso. O uso dos recursos em volume crescente é acompanhado pela mercantilização dos movimentos sociais, bem como do conjunto de suas organizações.

Guiados e limitados de modo intransponível por ideologias como a “teoria” da escolha racional, a escola marginalista na economia, a concepção weberiana de racionalização e burocracia, além de elementos da sociologia das organizações, os adeptos da abordagem institucionalista descobriram nos recursos a raiz de existência dos movimentos sociais, sem os quais não existiriam as organizações. Na sociedade capitalista (onde o meio de consumo hegemônico é a compra via dispêndio de dinheiro) os movimentos sociais são consumidores de recursos: ao menos para existirem enquanto organizações reais. A possibilidade real de mobilizar pessoas, trabalho, dinheiro, ideias, instituições é percebida pelos institucionalistas como razão de ser das organizações dos movimentos sociais. Não se trata apenas de privações, ideias, objetivos, etc., mas tão-somente a capacidade de dispor de recursos.

Se os recursos são a materialização das organizações, as organizações com mais recursos serão as maiores, mais complexas, mais racionalizadas, mais institucionalizadas. No universo dos dados empíricos, a burocratização é a consolidação das OMS, que passa a possibilitar no seu interior a profissionalização e especialização ampliada, o carreirismo entre seus membros. A abordagem institucionalista demonstrou que dentro das organizações dos movimentos sociais, as mais bem-sucedidas são as organizações com maior complexidade burocrática e inserção na mercantilização. Este é um mérito desta abordagem, na medida em que desmistifica elementos importantes das explicações apologéticas dos movimentos sociais e suas organizações.

A abordagem institucionalista vai enfatizar a organização e não os movimentos propriamente ditos. Contudo, podemos destacar que sua definição de organização é ambígua, por tornar sinônimos os termos instituição e burocracia. Se de um lado ressalta algo produzido pelos movimentos sociais, suas organizações, por outro lado, submete este elemento específico a uma determinação geral e absoluta, a mobilização dos recursos. É exatamente neste ponto onde reside o principal limite desta explicação: se apropriar de um elemento isolado da sociedade capitalista, abstrai-lo e transferi-lo como fator absoluto de explicação dos movimentos sociais e suas organizações. Deste modo, temos cristalizada uma

espécie de determinismo dos recursos, uma forma de consciência fetichizada que reflete um produto da sociedade capitalista (seus recursos) de forma autônoma e com vida própria.

Os recursos secundarizam as organizações: mesmo se propondo a uma “teoria parcial” sobre os movimentos sociais, os institucionalistas não produzem mais do que uma definição rudimentar, extremamente abstratificada e ampla deste fenômeno. Sua falta de sistematicidade se revela na junção de distintas ideologias e também na fraqueza de sua capacidade explicativa: isso porque não dá conta de apresentar nem a unidade, nem tampouco a diversidade que é um movimento social, enquanto fenômeno social, e os movimentos sociais específicos, a forma concreta em que se dá a unidade e a diversidade na constituição do movimento social (VIANA, 2016c). Prova disto é que consideram a fração Bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo como um movimento social, fundindo diferenças essenciais sob a mesma ideia explicativa.

Ao propor do desdobramento do estudo dos movimentos sociais nas organizações dos movimentos sociais, na formação de indústrias dos movimentos sociais e no setor dos movimentos sociais, pareceria que os institucionalistas teriam fôlego para complexificar suas afirmações. O que se verificou foi que, na verdade, as definições estabelecidas pela abordagem institucionalista foram de caráter classificatório. Isso porque seus adeptos baseiam-se em dados extraídos da realidade e depois lhes generalizam, o que por consequência só viria a confirmar o elemento fundante: os recursos. Neste ponto, a abordagem institucionalista fica a meio caminho do que se propõe.

Em síntese, podemos colocar os limites da abordagem institucionalista com base nos seguintes elementos indissociáveis: a) a base ideológica, sem maior aprofundamento nas reflexões, pois além de ignorar os elementos “irracionais” presentes nas organizações de movimentos sociais, acabam reduzindo os seres humanos a uma espécie de psicologia do consumidor, o que se reforça devido à incompreensão da dinâmica capitalista que cimenta as filiações ideológicas; b) centralidade demasiada nas organizações, que são isoladas da totalidade das relações sociais concretas, ocultando-se suas especificidades e dando a entender que os movimentos sociais seriam meros apêndices das organizações, indústrias e setor de movimento social; c) derivado disso, outra limitação é a aplicação de um modelo oriundo das organizações empresariais, confundindo organização burocráticas com



organizações em geral<sup>7</sup>; d) devido as deficiências metodológicas, o abandono da totalidade das relações sociais revela o desprezo por certos aspectos que são essenciais para explicar a dinâmica das OMS, IMS e SMS. As contribuições e méritos dos institucionalistas foram analisar uma importante ramificação dos movimentos sociais (as organizações). Em que pese os limites analíticos, a abordagem institucionalista contribui para entender a imposição do cálculo mercantil aos movimentos sociais e o processo de tendência à burocratização das organizações mobilizadoras:

De qualquer forma, a abordagem institucionalista contribui para uma análise do processo de mercantilização e burocratização dos movimentos sociais, processo que atinge suas ramificações, e como que as organizações burocráticas (formais e informais) influenciam o conjunto do movimento social. No entanto, essa contribuição é limitada devido sua base ideológica e que se restringe ao caso das organizações burocráticas (informais, que ainda estão dentro do âmbito dos movimentos sociais, e formais, que saem desse âmbito). Essa abordagem foi recusada e teve pouca influência fora dos Estados Unidos. O motivo disso é que sua centralização nas organizações (e nesse país, com maiores recursos e grau de mercantilização, burocratização, competição e conservadorismo), embora reveladora de aspectos das mesmas, encontrava resistência em lideranças e intelectuais vinculados às suas congêneres na América Latina e outros lugares (VIANA, 2017, p. 27).

### **Considerações finais**

Buscamos no presente texto fazer uma breve síntese e uma crítica concisa à abordagem institucionalista, que é uma das três principais abordagens sociológicas dos movimentos sociais, sendo hegemônica até as últimas consequências da crise do regime de acumulação conjugado. Em virtude das mutações no interior do capitalismo imperialista dos EUA, seus adeptos acabaram forçosamente revendo boa parte de suas análises e, em decorrência disso, foram aos poucos cimentando as bases da abordagem subsequente, neoinstitucionalista.

Os institucionalistas acabam por confundir as organizações com os movimentos sociais: isolando e colocando com uma única determinação para o seu surgimento, consolidação e manutenção a busca por recursos, reproduzem fielmente as bases ideológicas que lhe assentam, especialmente a escola econômica marginalista, aspectos da sociologia das organizações e alguns elementos da sociologia weberiana (racionalização, cálculo

---

<sup>7</sup> Cabe ressaltar que no capitalismo, além das organizações burocráticas, temos o surgimento das organizações autárquicas, isto é, formas de auto-organização cujo elemento fundamental é a inexistência da cisão entre dirigentes e dirigidos no processo de tomada de decisões e fixação dos objetivos da organização.

racional, burocracia), sem maior sistematicidade ao criar um modelo que iguala organizações capitalistas e movimentos sociais.

No final, resta aos adeptos desta abordagem a defesa de uma concepção fetichizada dos movimentos sociais: estes últimos só podem ser definidos enquanto mobilizações de grupos sociais produtoras de senso de pertencimento e objetivos em virtude de insatisfação social com determinada situação social específica. Os movimentos sociais produzem diversas ramificações, sendo uma de suas principais as organizações mobilizadoras (que fazem parte do movimento social e não devem ser confundidas com ele), que como o próprio nome dá a entender são responsáveis pelas ações de mobilização em busca da consecução dos objetivos e da resolução da situação do grupo social (VIANA, 2016b).

Os movimentos sociais são fenômenos sociais específicos, que não devem ser confundido com outros fenômenos, como movimentos de classe (VIANA, 2016d), partidos políticos, empresas, que são fenômenos radicalmente distintos. Ademais, o movimento social é algo a mais que suas produções, suas ramificações, significando que manifestações, tendências, organizações não se confundem com eles: fazem parte deles, mas não resumem o movimento social.

A mobilização de um grupo social (que é determinado por características em comum, tais como características biológicas, situacionais ou culturais, e não pela sua posição na divisão do trabalho) é motivada pelas determinações específicas que geram a insatisfação social em um grupo. A mobilização cria senso de pertencimento e a busca para alcançar os objetivos e interesses do grupo. Essa é a determinação fundamental para a explicação dos movimentos sociais, de sua unidade e diversidade (VIANA, 2016c). Contudo, esta precisa ser complementada com os estudos concretos dos movimentos sociais específicos para a compreensão da inserção dos movimentos sociais na totalidade mais ampla que é a sociedade capitalista.

## **Referências**

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>

COMMAGER, Henry. *A formação do espírito norte-americano*. São Paulo: Cultrix, 1969.

GOHN, M. G. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

JENKINS, J. Craig. *La teoría de la movilización de recursos y el estudio de los movimientos sociales*. Zona Abierta, Madrid 69: 5-49, 1994. Disponível em: [http://www.fpabloiglesias.es/0\\_Resources/zona1.pdf](http://www.fpabloiglesias.es/0_Resources/zona1.pdf)

McADAM, D.; McCARTHY, J.; ZALD, M. (eds.) *Movimientos Sociales: Perspectivas Comparadas*. Madrid: Isto, 1996.

McCARTHY, J.; ZALD, M. *Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial*. In: Revista Movimentos Sociais, Vol. 02, n° 02. jan./jul. 2017.

NUNES, C. *O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade*. Sociologia, Problemas e Práticas, 75: Lisboa, 131-147, 2014.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. New York: Random House, 1978.

VIANA, N. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *A mercantilização das relações sociais: modo de produção capitalista e formas sociais burguesas*. Rio de Janeiro: Ar, 2016a.

\_\_\_\_\_. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Prismas, 2016b.

\_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais: unidade e diversidade*. In: Revista Café com Sociologia, Vol. 05, n° 3. Ago./Dez. de 2016c.

\_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais e Movimentos de Classe: semelhanças e diferenças*. In: Revista Espaço Livre, Vol. 11, n° 22. Jul./Dez de 2016d.

\_\_\_\_\_. *Abordagens sociológicas dos movimentos sociais*. In: Revista Movimentos Sociais, Vol. 02, n° 03. Jul./Dez. de 2017.

\_\_\_\_\_. *O modo de pensar burguês: episteme burguesa e episteme marxista*. Curitiba: CRV, 2018.

# **Valorização do Sujeito na Eja: contribuições de Erich Fromm e Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos**

Davi Fernandes Costa\*

## **Introdução**

Este artigo busca aproximar dois pensadores importantes do século XX, Paulo Freire e Erich Fromm, e refletir sobre suas contribuições para a Educação de Jovens e Adultos. O educador Paulo Freire se notabilizou entre os pedagogos mais importantes do mundo no início dos anos 1970 e continua sendo a principal referência do Brasil na área educacional (MATHIEU; BELEZIA, 2013). Erich Fromm foi psicanalista e filósofo. De origem judia, nasceu na Alemanha em 1900 e fez parte da escola de Frankfurt, se distanciando posteriormente. Ambos os autores se interessaram pela obra um do outro e chegaram inclusive a se encontrar.

A aproximação entre a educação e a psicanálise não é nova, vários dos principais autores da tradição psicanalítica deram suas contribuições à pedagogia como, por exemplo, o próprio Sigmund Freud, que em seu texto “Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar”, debateu sobre a importância da figura do professor no desempenho escolar e na vida do aluno.

O objetivo do artigo é refletir sobre a motivação da evasão dos alunos da EJA. Partiu-se do pressuposto de que, além de questões econômicas e sociais, boa parte dos alunos interrompe seus estudos (novamente), porque não se sentem acolhidos na escola. Por isso a importância da valorização de seus conhecimentos, valorização que sempre foi ponto crucial no pensamento de Paulo Freire. Mas não apenas isso. Com a colaboração do pensamento psicanalítico de Erich Fromm objetiva-se compreender o lugar do sujeito na EJA, os desafios que se apresentam com relação ao “medo à liberdade”, e os possíveis caminhos para uma educação libertadora. Sendo assim, a intenção não é trabalhar com números e motivos para o abandono escolar, mas sim, buscar novas possibilidades para que os educadores estejam prontos para acolher esses alunos que já foram privados de seu direito de acesso à escola.

---

\* Psicanalista e professor de Língua Portuguesa na Rede Estadual de Ensino de São Paulo. Graduado em Letras e Pedagogia, especialista em Literatura Contemporânea e mestrando em Educação pela Universidade Ibirapuera. Email: davifernandescosta@hotmail.com

Para essa reflexão, foram utilizadas leituras de duas importantes obras de Erich Fromm e algumas das principais obras de Paulo Freire, além de textos que contribuíram para a reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Por meio dessas leituras esperase refletir sobre a realidade da EJA, com base na teoria que foi estudada.

## Paulo Freire

Paulo Reglus Neves Freire nasceu no dia 19 de setembro de 1921, na cidade do Recife. Sua família fez parte da burguesia pernambucana, entretanto, após enfrentar crises financeiras, chegou a passar por grandes dificuldades, inclusive passando fome. Mesmo assim, Paulo foi criado em um ambiente muito amoroso, algo que influenciou sua obra.

Paulo Freire está entre os educadores brasileiros mais conceituados no Brasil e no mundo, tendo conquistado uma série de premiações importantes, sua principal obra *Pedagogia do Oprimido* foi traduzida para mais de 40 idiomas. Sua influência e prestígio vão muito além das fronteiras brasileiras. Em *A Pedagogia: Teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias* organizado por Clermont Gauthier e Maurice Tardif (2005), Freire é o único autor latino-americano com um capítulo dedicado ao seu pensamento, suas premiações e importância no cenário acadêmico mundial também são destacados:

Paulo Freire é um dos maiores educadores do Brasil e, sem dúvida alguma, o mais conhecido internacionalmente. Também é um dos pedagogos que mais marcou o pensamento educativo na segunda metade do século XX. Ao longo dos anos, elaborou uma teoria do conhecimento que propõe a ruptura com as concepções elitistas e fatalistas da prática educativa. Freire concebia a educação como um processo de conscientização e de liberação, e consagrou toda a vida a difundir essa ideia. Morto em maio de 1997, deixou uma herança viva para todos aqueles que se interessam pelo ensino e pela aprendizagem como duplo processo político de emancipação das pessoas e dos povos.

Através do mundo, os educadores reconhecem a importância das suas ideias, embora algumas delas possam divergir de suas próprias concepções políticas. Sua obra *Pedagogia do Oprimido*, traduzida e publicada em inglês em 1971 e vendida a mais de 300.000 exemplares, constitui uma obra crucial para as pessoas interessadas pelas questões relativas à alfabetização, à educação dos adultos e à análise política da educação. Hoje, o nome de Paulo Freire é um símbolo associado a muitos organismos que se identificam com a sua vontade de emancipação, tanto nos Estados Unidos, no Canadá, na Dinamarca e na Suécia quanto em vários países da África e da América Latina. Durante a vida, Freire recebeu, entre outros, o prêmio Rei Baudouin pelo desenvolvimento (Bélgica, 1980), o prêmio Unesco de educação pela paz (1986) e o prêmio Andrés Bello da Organização dos Estados Americanos como educador do continente (1992). (LOIOLA E BORGES, 2005, p. 306).

Mesmo com todas as premiações, com o reconhecimento internacional e com o título de patrono da educação brasileira recebido postumamente em 2012 por meio da lei 12.612, tem se observado no país um crescimento de oposição ao pensamento freiriano, inclusive com projetos de lei apresentados para a retirada do título concedido em 2012. Grupos ligados ao pensamento conservador como Escola sem Partido e MBL (Movimento Brasil Livre) buscam criminalizar o autor, desmerecendo seu legado e distorcendo conceitos de sua obra. Uma das acusações feitas por esses grupos é de que Freire seria “doutrinador”. Quando se observa a obra freiriana é possível perceber justamente o oposto à ideia de doutrinação. O destaque absoluto é dado a valorização do ser humano e à valorização do diálogo. O diálogo pressupõe conflito, logo, para que o diálogo aconteça é necessário que haja respeito ao outro. Paulo Freire sempre pregou esse respeito. Em *Pedagogia da Autonomia* deixa isso claro em várias passagens:

Posso não aceitar a concepção pedagógica deste ou daquela autora e devo inclusive expor aos alunos as razões por que me oponho a ela mas, o que não posso, na minha crítica, é mentir. É dizer inverdades em torno deles. O preparo científico do professor ou da professora deve coincidir com sua retidão ética. É uma lástima qualquer descompasso entre aquela e esta. Formação científica, correção ética, respeito aos outros, coerência, capacidade de viver e de aprender com o diferente, não permitir que o nosso mal-estar pessoal ou a nossa antipatia com relação ao outro nos façam acusá-lo do que não fez são obrigações a cujo cumprimento devemos humilde mas perseverantemente nos dedicar. (FREIRE, 1996, p.16-17).

Não aceitar a concepção pedagógica de algum autor é natural e válido. Para isso a escola é um campo riquíssimo para o debate. Os professores lidam com diferentes teorias, ouvem, leem, estudam e vão percebendo o que mais se relaciona com sua visão de mundo, com sua realidade, com seus alunos. Até mesmo por isso têm necessidade de pautar sua prática em concepções pedagógicas que sejam coerentes.

A perseguição e as notícias falsas relacionadas a Paulo Freire não são novidade. Desde o início de seu trabalho, Freire foi perseguido pelo pensamento conservador. Na época do golpe militar foi preso por 70 dias e posteriormente exilado. Seu compromisso com a classe trabalhadora, sua proposta de educação libertadora, nunca foram bem vistos pela classe dominante.

Paulo Freire tem uma obra bastante extensa e rica, mesmo assim é possível pontuar alguns conceitos que são fundamentais para a compreensão de seu pensamento. Um desses conceitos é o de Educação Bancária x Educação Dialógica. Dentro daquilo que estabeleceu

como concepção bancária de educação encontra-se um ensino pautado em um conhecimento que se “transfere” do professor para o aluno, sendo o professor o detentor do saber, dessa maneira os conhecimentos são tidos como algo que pode ser “depositado” na mente dos que aprendem. Ao contrário, a Educação Dialógica proposta por Freire faz com que professor e aluno aprendam um com o outro em uma perspectiva na qual o diálogo e o respeito ao conhecimento do sujeito estão em destaque.

Se a educação bancária é limitada quando se fala do ensino com as crianças, ela é ainda mais limitada quando falamos sobre os jovens e os adultos, tendo em vista que essa educação não leva em conta a experiência de vida, fazendo com que o ensino seja mecânico e sem profundidade.

Esse é um dos pontos centrais da pedagogia libertadora proposta por Freire, também chamada de Pedagogia Humanista, que tem na teoria da ação dialógica, um dos seus pontos centrais. A teoria da ação dialógica pode ser compreendida da seguinte maneira: O diálogo é ponto central para a libertação. A partir do diálogo, do encontro com o outro, é possível problematizar o mundo, compreender a realidade para modificá-la. O objetivo aqui é desenvolver esse ponto como fundamental para a Educação de Jovens e Adultos na sequência do texto.

Freire era um homem do diálogo não apenas em seus escritos, mas também em sua prática. Suas leituras provam isso. Não apenas lia um autor, buscava dialogar com ele e isso se refletiu em sua obra. No Instituto Paulo Freire em São Paulo é possível consultar o acervo deixado pelo educador. O acervo está dividido entre os livros que Freire leu antes e depois do exílio. Um dos autores com os quais Freire dialoga é o psicanalista Erich Fromm, citando o autor algumas vezes e discutindo várias de suas ideias:

*Educação como prática de liberdade, e Pedagogia do Oprimido*, contém várias alusões à obra de Erich Fromm, sobretudo no que tange à análise do problema da liberdade humana. As obras de Erich Fromm citadas diretamente por Freire são *El miedo a la libertad*, terceira edição argentina de 1957, publicada pela editora Paidós, e *El corazón del hombre: su potencia para el bien y para el mal*, uma edição de bolso publicada em 1967 pela editora mexicana Fondo de Cultura Económica.

Cabe ressaltar que, em visita ao seu acervo pessoal, além das obras citadas diretamente, encontramos outras obras de Erich Fromm, não citadas diretamente, mas, certamente, lidas por Paulo Freire, pois em todas, sem exceção, encontramos traços de leitura, grifos, marcações, bem como sínteses pessoais escritas nas margens ou nas páginas em branco no fim dos livros, deixando-nos bem claro seu interesse pela Psicanálise Humanista. (BORGHETTI, 2015, p. 153-154).

Ambos foram autores que colocavam o desenvolvimento do sujeito como prioridade e o diálogo como base de suas teorias. A seguir se buscará demonstrar isso em Erich Fromm.

### **Erich Fromm**

Erich Fromm nasceu em Frankfurt na Alemanha, em 23 de março de 1900. Filho de judeus ortodoxos, desde sua infância esteve bastante envolvido com a cultura judaica. A família de Fromm considerava que a principal função de um judeu estava no estudo dos textos sagrados.

Após o encerramento da 1ª Guerra Mundial, Erich Fromm realizou estudos universitários em filosofia, psicologia e sociologia. Na década de 1920 teve o primeiro contato com a teoria psicanalítica frequentando o sanatório psicanalítico de Heildelberg.

Na década de 1930, Fromm já estava sendo associado aos chamados freudianos de esquerda. Psicanalistas que buscavam aproximar os descobrimentos de Sigmund Freud com a teoria de classes de Karl Marx. Nesse período começa a ganhar prestígio profissional e conhece Marx Horkeimer que tinha o objetivo de que a psicanálise fosse incorporada pela Escola de Frankfurt. Segundo Borghetti (2015), Fromm rompe com a escola de Frankfurt após um conflito com Adorno em torno da publicação do artigo *O condicionamento social da terapia psicanalítica*:

(...) Nesse artigo, Fromm censura Freud por dissimular a salvaguarda dos tabus sociais da burguesia que haviam provocado os recalques do paciente, por trás da tolerância do analista indiferente e frio que ele dava como modelo; para Fromm, não passava de camuflagem mais ou menos inconsciente de uma atitude autoritária e patriarcal. Para que a situação analítica atingisse seus fins, segundo Fromm, era necessário mais do que neutralidade, mas tato e bondade por parte do psicanalista, ou seja, uma aprovação incondicional das reivindicações de felicidade do paciente. Uma análise só poderia ser encerrada com êxito depois que o paciente tivesse perdido seu medo do analista e adquirido um sentimento de igualdade em relação a ele. (BORGHETTI, 2015, p.177)

Não cabe a esse artigo analisar a ruptura de Fromm com a Escola de Frankfurt. De toda forma essa passagem evidencia um ponto importante do pensamento fromminiano. Diferentemente de Freud (1996), que considerava que era necessário que se mantivesse um distanciamento entre analista e analisando, para Fromm é fundamental que essa relação seja mais próxima e que o analista se coloque no lugar do analisando, numa relação de iguais.



Aqui já temos uma aproximação clara com a obra de Paulo Freire que considera de fundamental importância que o professor se coloque em uma relação de igualdade com o aluno, aprendendo com ele enquanto ensina.

Outro ponto de contato importante é que assim como Freire considera que a educação não é neutra, tendo em vista que está baseada em uma base ideológica, para Fromm a análise também não é. O movimento dialético se mostra ainda mais, já que Freire considera que educador e educando se educam mutuamente, também Fromm considera que analista e analisando se curam mutuamente:

(...) Poderíamos até ir mais longe e dizer que o analista não apenas analisa seu paciente, mas é igualmente analisado por ele. Não falo em termos de técnica analítica, mas o analista vê em seu paciente experiências e possibilidades das quais poderia não estar consciente. Falo por experiência, como já lhe disse. Os dois analistas dos quais fui paciente não me ensinaram praticamente nada sobre mim durante anos. Quem me ensinou foram as pessoas que eu analisava, porque conforme seus problemas emergiam eu os via também em mim e podia tentar compreendê-los. É claro, isso exige que o analista renuncie à ilusão de que ele é são e outro doente, ilusão que na verdade só existe para racionalizar e justificar o fato de que é o paciente quem paga o analista, e não o contrário. (FROMM, 2013, p.165)

Da mesma forma que, seguindo o pensamento de Paulo Freire é necessário para o professor compreender que não sabe tudo, para o analista, segundo Erich Fromm, é necessário perceber que ele também não é totalmente são. Novamente vemos que o fundamental está na questão do encontro entre os sujeitos.

Em *O Medo à Liberdade*, Erich Fromm demonstra um pouco do seu pensamento a cerca da Educação, sua crítica se assemelha ao pensamento de Paulo Freire sobre a Educação Bancária:

(...) Quero mencionar resumidamente alguns dos métodos de educação hoje empregados que desestimulam ainda mais o pensamento original. Uma das maiores preocupações é o conhecimento de fatos ou, diria melhor, de informações. A superstição patética que predomina é que conhecendo um número cada vez maior de fatos chega-se a um conhecimento da realidade. Centenas de fatos esparsos e desconexos são despejados nas cabeças dos alunos; seu tempo e energia são tomados pela aprendizagem de cada vez mais fatos, de modo que pouco sobra pra pensarem. Sem dúvida, raciocinar sem conhecimento dos fatos seria fútil e ilusório; somente as “informações”, porém, podem ser um obstáculo tão grande ao raciocínio quanto sua ausência. (FROMM, 1986, p.197)

Outro conceito importante para compreendermos a obra de Fromm é o conceito de caráter social. Para o psicanalista a formação de caráter do sujeito está totalmente

relacionada com a sociedade na qual esse sujeito está inserido. Nesse sentido se acentua a sua crítica a sociedade capitalista que prega o individualismo e a competitividade.

## EJA

A relação de Paulo Freire com a Educação de Jovens e Adultos é muito forte. Durante toda sua trajetória houve uma grande preocupação com os adultos excluídos do processo escolar, dos marginalizados, dos esquecidos, dos oprimidos, dedicando a eles sua obra prima *Pedagogia do Oprimido*. E quem seria mais excluído e oprimido do que aqueles que não tiveram a oportunidade (ou que precisaram parar) de ir às escolas? Como Belezia e Mathieu (2013) apontam, o Brasil possui uma dívida histórica com os milhões de adultos que não tiveram oportunidade de estudar. Freire tinha extrema preocupação com essas pessoas.

Um dos projetos com inspiração freiriana foi o MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), que surgiu em 1989:

(...) Esse movimento foi criado por administrações municipais populares que se identificavam com o ideário da educação popular. A proposta educativa foi elaborada com base no contexto sociocultural dos educandos, representado um resgate do ideal de Paulo Freire. O MOVA acabou sendo vítima também das políticas esporádicas, uma vez que essa proposta dependia das decisões políticas dos novos governantes. (MATHIEU; BELEZIA, 2013, p. 45)

O pensamento freiriano, voltado para a realidade do país, da desigualdade, da fome, das péssimas condições de trabalho, foi muito pautado pensando na Educação Popular e na Educação de Jovens e Adultos. Já na experiência de Angicos – RN, nos anos 60, na qual alfabetizou, segundo Brandão (1982), 300 trabalhadores em 45 dias, Paulo Freire percebia que não era possível alfabetizar um adulto com um material infantilizado. Ora, se já considerava que a criança não era um ser vazio, um receptáculo no qual o professor deveria depositar o conhecimento, isso se ampliava com relação ao adulto. Percebeu que era necessário que o conhecimento daquele aluno fosse levado em conta, que o educando fosse levado ao centro do processo de ensino-aprendizagem por meio da realidade que vivia. Era necessário humanizar o processo. Por meio dos temas geradores, assuntos que os alunos traziam porque vivenciavam, era estabelecido um campo semântico no qual uma série de palavras eram divididas silabicamente para se iniciar a alfabetização. É necessário que se

considere que nesse momento ainda não tínhamos os estudos de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky sobre a *Psicogênese da Língua Escrita*, a qual revolucionaria a forma de se alfabetizar.

Um dos grandes feitos de Paulo Freire na Educação de Jovens e Adultos foi a valorização do sujeito. Esse aluno que chega à escola com a autoestima destruída por anos de exploração, sem confiança em si mesmo era resgatado a partir do momento que percebia que o seu conhecimento era tão importante como o conhecimento do professor e, como dizia Freire, “Ninguém sabe tudo, ninguém ignora tudo”, os homens então estavam livres para aprender em comunhão.

Freire compreendia que não seria possível a construção de uma verdadeira democracia sem que erradicássemos o analfabetismo. Não apenas isso, dentro do processo de alfabetização era necessário a construção da visão crítica, da denúncia da exploração e das injustiças.

Já Erich Fromm, mesmo não tendo dedicado seus estudos especificamente à educação, contribui, justamente, para refletirmos como é possível a valorização do sujeito, dentro sociedade capitalista que explora o trabalhador e o coloca em condição de alienação.

É importante ressaltar que a EJA é composta, basicamente, de trabalhadores, ou filhos de trabalhadores. Até por isso a modalidade é, muitas vezes, oferecida no período noturno. Sendo assim, a questão de como a sociedade explora esses cidadãos é ainda mais importante para o debate.

Fromm valoriza o diálogo e o amor. Sem fazer com que o conceito de amor seja banalizado diz:

O amor é uma força ativa no homem; uma força que irrompe pelas paredes que separam o homem de seus semelhantes, que o une aos outros; o amor leva-o a superar o sentimento de isolamento e de separação, permitindo-lhe, porém, ser ele mesmo, reter sua integridade. No amor, ocorre o paradoxo de que dois seres sejam um e, contudo, permaneçam dois. (FROMM, 1988, p. 32)

Quando amamos reconhecemos o outro como ser humano, assim como no processo do diálogo. Nos tornamos um com o outro, mas permanecemos como dois. No diálogo também. Freire denomina como teoria da ação dialógica a valorização do diálogo, esse diálogo ocorre não para convencer o outro a todo custo daquilo que se pensa, mas para que se possa aprender em comunhão com o outro, e a partir desse encontro o indivíduo se modifica e modifica o outro, mesmo que a essência seja mantida. Podemos verificar isso

nessa passagem: “Não há, portanto, na teoria dialógica da ação, um sujeito que domina pela conquista e um objeto dominado. Em lugar disto, há sujeitos que se encontram para a pronúncia do mundo, para a sua transformação.” (FREIRE, 1987, p. 166).

Para que um aluno adulto permaneça na escola, espaço que foi por tantos anos negados a ele, é necessário que sua voz seja ouvida, novamente lembrando Paulo Freire, que possa aprender a dizer sua palavra, sem que seja negado esse direito tão fundamental.

Em Fromm também há grande valorização desses encontros, como podemos ver:

(...) Que dá uma pessoa a outra? Dá de si mesma, do que tem de mais precioso, dá de sua vida. Isto não quer necessariamente dizer que sacrifique sua vida por outrem, mas que lhe dê daquilo que em si tem de vivo; dê-lhe de sua alegria, de seu interesse, de sua compreensão, de seu conhecimento, de seu humor, de sua tristeza – de todas as expressões e manifestações daquilo que vive em si. Dando assim de sua vida, enriquece a outra pessoa, valoriza-lhe o sentimento de vitalidade ao valorizar o seu próprio sentimento de vitalidade. Não dá a fim de receber; dar é, em si mesmo, requintada alegria. Mas, ao dar, não pode deixar de levar alguma coisa à vida da outra pessoa, e isso é levado à vida reflete-se de volta no doador; ao dar verdadeiramente, não pode deixar de receber o que lhe é dado de retorno. Dar implica fazer da outra pessoa também um doador e ambos compartilham da alegria de haver trazido algo à vida (...) (FROMM, 1988, p.36)

De forma muito semelhante a Fromm nessa passagem, Paulo Freire reflete com relação à educação em sua famosa frase “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p.68). A comunhão entre os seres se faz necessária para a sobrevivência e para o aprendizado.

### **Considerações Finais**

Considerando o que foi possível dialogar até esse ponto nesse breve texto, é possível concluir que é de fundamental importância que esses dois autores, Paulo Freire e Erich Fromm, sejam resgatados na vivência dos educadores de Jovens, Adultos e Idosos. Ambos propõem uma relação dialógica que busque compreender o outro dentro de suas especificidades e diversidade, ambos colocam o respeito como ponto fundamental tanto da relação educador-educando, como da relação analista-analisando.

Dentro do desafio de fazer com que o público da EJA se sinta motivado e encare a escola como um espaço de criação, diálogo e respeito, passa, sem dúvida, o papel dos educadores, de sua motivação e empenho. É evidente que a estrutura, na imensa maioria das vezes não favorece e tudo parece conspirar contra.

Entretanto, é necessário que se reafirme o compromisso do ato de estudar, de aprender, fazendo disso um ato político de libertação, de prazer. Ato valorizado por Freire:

Na constituição dessa necessária disciplina não há lugar para a identificação do ato de estudar, de aprender, de conhecer de ensinar, como um puro entretenimento, uma espécie de brinquedo com regras frouxas ou sem elas, nem tampouco com um quefazer insosso, desgostoso, enfadonho. O ato de estudar, de ensinar, de aprender, de conhecer, é difícil, sobretudo exigente, mas prazeroso, como sempre nos adverte Georges Snyders. É precioso, pois, que os educandos descubram e sintam a alegria nele embutida, que dele faz parte e que está sempre disposta a tomar todos quantos a ele se entreguem. (FREIRE, 2014, p. 115)

Conclui-se que é de extrema importância o respeito ao sujeito que se encontra nos bancos escolares não apenas para resgatar os anos de estudo que lhe foram retirados anteriormente, mas também para se formar enquanto sujeito autônomo. Nessa árdua tarefa os ensinamentos de Paulo Freire e Erich Fromm são de grande valia a quem ousa ensinar nesses tempos.

## Referências

- AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA (Org.) *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- BORGHETTI, R. *Paulo Freire e a Psicanálise Humanista*. Curitiba: Appris, 2015.
- BRANDÃO, C. R. *O que é método Paulo Freire*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- FREIRE, A. M. A. *Paulo Freire: uma história de vida*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREUD, S. Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. In: *Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem à Psicanálise. In: *O caso Schreber, Artigos sobre técnica e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FROMM, E. *A arte de amar*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

\_\_\_\_\_. *Rever Freud: por uma outra abordagem em psicanálise*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

LOIOLA, F. A; BORGES, C. A pedagogia de Paulo Freire ou quando a educação se torna um ato político. In: GAUTHIER, C; TARDIF, M. (Org.) *A Pedagogia: Teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010. p. 305-326.

MATHIEU, E. R. O; BELEZIA, E. C. *Formação de jovens e adultos: (re)construindo a prática pedagógica*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013.

## **A Contextualização e o Significado da Obra Filosófica de Josef Dietzgen<sup>1</sup>**

Anton Pannekoek\*

A história da filosofia é a história do pensamento burguês; nela vemos a sucessão das formas de pensamento das classes dominantes. Esse pensamento surgiu quando o comunismo primitivo foi transformado em uma sociedade que implicava antagonismos de classes; graças à sua riqueza, os membros da classe possuidora tinham então o tempo e também a disposição de prestar atenção às produções do seu espírito. Seu ponto de partida está localizado na Grécia clássica; mas encontrou sua forma mais acabada e mais refinada quando, na Europa capitalista, a burguesia moderna se tornou a classe dominante e quando os pensadores começaram a expressar as suas ideias. Sua característica essencial é o dualismo, a oposição mal compreendida do ser e o pensamento, da natureza e o espírito, consequência de sua dificuldade e de sua incapacidade de ver as coisas com clareza e de forma correta. O que se expressa nessa questão é a divisão da humanidade em classes e a incompreensão da produção social, na medida em que ela se converteu em produção de mercadorias.

No comunismo primitivo, as relações de produção eram claras e nítidas; os valores de uso eram produzidos e desfrutados em comum; os homens dominavam a produção e, na medida que era permitida pelas forças naturais que, por sua vez, os dominavam, eram donos de seu destino. Neste mundo, as ideias ainda eram simples e claras; como não havia conflito entre interesses individuais e coletivos, também não havia oposição profunda entre o bem e o mal. Essas comunidades primitivas estavam submetidas somente às forças naturais superiores, poderes desconhecidos e misteriosos, fossem eles benéficos ou destrutivos.

Com o surgimento da produção mercantil, o quadro se transforma. A humanidade civilizada começa a se sentir um pouco mais livre do jugo pesado e caprichoso das forças naturais; mas então surgem outros monstros, de origem social. “Assim que os produtores deixaram de consumir seus próprios produtos e começaram a trocá-los, perderam o poder sobre eles. Não sabiam mais o que estava acontecendo com ele possibilitando que esse produto fosse utilizado contra o produtor, para sua exploração ou para sua escravidão”. “O produto domina o

---

<sup>1</sup> O texto foi escrito por Anton Pannekoek e publicado em 1902, como pós-fácio do livro *A Essência do Trabalho Intelectual Humano*, de Josef Dietzgen. A versão que aqui publicamos foi traduzida por Edmilson Marques e utilizou como referência a versão espanhola publicada pelo Editorial Fundamentos, em Madri, no ano de 1977. O texto faz uma análise da obra de Dietzgen, apresenta uma abordagem contextual e por fim demonstra o significado desta obra, no que diz respeito à sua perspectiva de classe.

\* Leyde, dezembro de 1902.

produtor” (Engels). Na produção mercantil, o objetivo do produtor particular não é alcançado, mas sim o que as forças produtivas perseguem sobre as suas costas. O homem propõe, mas um poder social superior dispõe; já não é dono de seu destino. As relações de produção são complexas e obscuras; certamente, o indivíduo produz de forma autônoma, mas com seu trabalho individual é incorporado ao processo social de produção, do qual ele é instrumento consciente. Os frutos do trabalho de muitos são consumidos por um só. A cooperação social é ocultada por trás da intensa luta competitiva entre os produtores. O interesse do indivíduo está em conflito com o da sociedade; o bem, isto é, considerando o interesse geral, opõe-se ao mal: sacrifica tudo em seu benefício pessoal. As paixões do homem, assim como seus dons intelectuais, uma vez libertados, desenvolvidos, exercitados, reafirmados, refinados, se convertem noutras tantas armas cegas que um poder superior se coloca contra seus possuidores.

As impressões a partir das quais o homem pensante constitui sua concepção do mundo eram completamente vagas, ao passo que, por fazer parte da classe possuidora, tinha a possibilidade de submeter suas ideias a um estudo pessoal de forma criteriosa; mas estando distante do processo de trabalho, sua fonte, não estava em condições de penetrar na origem social. Desta forma, deveria acabar por considerá-las como seres espirituais autônomos ou buscar sua origem em um poder espiritual sobrenatural. Esse pensamento metafísico dualista tem assumido, ao longo do tempo, as mais diversas formas, e isso de acordo com o desenvolvimento da produção, desde a antiga economia escravista até o capitalismo moderno, passando pela servidão e pela produção mercantil da Idade Média. Estas formas sucessivas tomaram forma no desenvolvimento da filosofia grega, nos diversos símbolos da religião cristã e nos sistemas filosóficos modernos.

Porém, não se pode ver nesses sistemas e nessas religiões a imagem que deles se dá, ou seja, formulações puras e simples – sempre defeituosas – da verdade absoluta; antes, neles estão inscritos estágios cada vez mais avançados do conhecimento que o espírito humano adquiriu sobre o mundo e sobre si mesmo. O objetivo do pensamento filosófico era encontrar sua própria satisfação no fato de compreender; e ali onde a compreensão não podia ser obtida inteiramente de uma forma natural, ainda restava um lugar para o sobrenatural, o inexplicável. Mas, graças ao trabalho obstinado dos espíritos mais profundos, o saber não deixava de aumentar e o domínio do inexplicável de diminuir. E isso principalmente depois que o aparecimento do modo de produção capitalista deu origem a um progresso desenfreado no estudo da natureza; porque aqui, livre da busca exaltada e desesperada da verdade absoluta, o espírito humano teria a oportunidade de conhecer a sua força encontrando verdades parciais



presas umas às outras, através de um trabalho simples, sereno e fecundo. A necessidade de determinar o significado e o valor destas novas verdades deu lugar a problemas da teoria do conhecimento. As tentativas realizadas para resolver estes últimos integram os sistemas filosóficos mais recentes, representando um progresso constante da epistemologia. Mas o caráter sobrenatural desses sistemas dificultou a realização dessa tarefa.

Levado adiante pelas necessidades técnicas do capitalismo, o desenvolvimento da ciência da natureza tornou-se uma marcha triunfal do espírito humano; em primeiro lugar, a natureza foi dominada intelectualmente pela descoberta de suas leis, depois materialmente na medida em que as forças conhecidas naquela época foram submetidas à vontade humana e na medida em que foram feitas para servir ao fim mais elevado: produzir nossos meios de existência sem trabalho. A intensa obscuridade que mascarava a natureza da sociedade humana se tornou mais nítida (o capitalismo tornou todas as oposições mais nítidas, como os antagonismos de classes, mas também mais simples e mais claras). Enquanto que as ciências da natureza podiam dispensar todo o aparato do mistério, no domínio do espírito, a obscuridade na qual a origem das nossas ideias estava imersa oferecia um refúgio seguro.

O capitalismo está chegando ao fim: o socialismo está próximo. Não se pode expressar com mais força tamanha importância dessa transição para a história humana do que o fazem as palavras de Marx e Engels: “Assim termina a pré-história da humanidade; assim o homem é definitivamente separado do reino animal”. Com o controle social da produção, o homem se torna completamente dono de seu próprio destino. Nenhum poder social misterioso interfere em seus objetivos para comprometer a sua realização; nenhum poder natural misterioso o domina. Já não é mais um escravo, mas um amo diante da natureza. Tem estudado e descoberto seus efeitos e os tem adaptado para uso: somente agora a terra é sua propriedade. Neste momento, a secular história anterior da civilização aparece como uma preparação necessária para o socialismo, como uma lenta libertação do jugo da natureza, como um aumento progressivo da produtividade do trabalho até o nível em que possam ser criados os meios de existência para todos e quase sem esforço. Portanto, esse é o mérito e a justificação do capitalismo: depois de tantos séculos de progressos lentos e imperceptíveis, ele nos ensinou a dominar a natureza em um breve combate; desencadeou as forças produtivas e, por fim, transformou e evidenciou o processo do trabalho, até o ponto de este último poder ser finalmente apreendido e compreendido pelo espírito humano, condição indispensável para dominá-lo.

Uma revolução econômica tão profunda, que não tinha sido vista desde o primeiro aparecimento da economia mercantil, traz necessariamente consigo uma revolução profundamente semelhante nos espíritos; fez soar a hora final do período burguês – no sentido amplo da palavra – e também o fim do pensamento burguês. Ao mesmo tempo, o aspecto misterioso dos processos sociais desaparece e também a conversão em ideias desse aspecto misterioso. O lento desenvolvimento do pensamento humano, do estado de ignorância a uma compreensão cada vez mais completa, alcança neste momento sua primeira fase; isso significa o término, o fim da filosofia, que também representa a sua morte e sua supressão como filosofia. É substituída pela ciência do espírito humano, concebida como ciência da natureza.

Uma nova organização da produção se expressa antecipadamente no espírito dos homens. A mesma ciência que nos ensina a conhecer e dominar as forças sociais entrega também nosso espírito ao seu fascínio; o coloca em condições – de agora em diante – de se libertar das superstições tradicionais e das ideologias que eram antes a forma como o desconhecido era expresso. Já podemos nos transportar, através do espírito, para a época que se aproxima de nós; desse modo, a partir de agora, emergem em nós, ainda que de forma imperfeita, ideias que mais tarde se tornarão dominantes; desta forma, a partir de agora, estamos em condições de triunfar pelo pensamento sobre a filosofia burguesa e de conhecer com clareza e de forma simples a essência do nosso espírito. O desmoronamento e o fim da filosofia não precisam esperar pelo reino da produção socialista. O novo tipo de conhecimento não cai do céu como um meteoro; se desenvolve primeiro de forma incompleta e despercebida em alguns pensadores mais sensíveis do que outros inspirados nos tempos futuros. Se propaga com os progressos das ciências sociais e de sua prática, simultaneamente e da mesma forma, como o movimento operário socialista vai ganhando espaço aos poucos, em uma luta incessante contra as velhas ideias da tradição às quais as classes dirigentes estão vinculadas. Essa luta é o aspecto intelectual que acompanha a luta social das classes.

O novo modo de investigação próprio das ciências da natureza já era praticado alguns séculos antes que a teoria interviesse; em primeiro lugar foi surpreendente que o homem ousasse a prever os fenômenos e definir suas conexões com tanta certeza. Nossa experiência se limita à percepção, repetida poucas vezes, da regularidade de certos acontecimentos ou de sua descoberta casual; ora, atribuímos às leis da natureza, nas quais se expressa a relação causal dos fenômenos, um caráter universal e necessário, que ultrapassa em muito a nossa experiência. Para o inglês Hume, o problema da causalidade consistia em buscar uma explicação a tal

comportamento; mas como do seu ponto de vista a experiência era a única fonte do conhecimento, não conseguiu encontrar uma resposta satisfatória.

Kant, que foi o primeiro a dar um passo importante para a solução, havia se formado na escola do racionalismo, que reinava na Alemanha e que nada mais era do que uma extensão da escolástica medieval, adaptada aos progressos do conhecimento. A partir da tese *o que é lógico no pensamento deve ser real no mundo*, os racionalistas estabeleceram, com o auxílio exclusivo da dedução, verdades universais a respeito de Deus, do infinito e da imortalidade. Influenciado por Hume, Kant faz uma crítica ao racionalismo e se torna o reformador da filosofia.

À questão de como é possível que tenhamos conhecimentos universalmente válidos, dos quais estamos incondicionalmente (apodícticos) seguros, como, por exemplo, os teoremas matemáticos ou o princípio toda mudança tem uma causa, Kant respondeu: a experiência e o conhecimento são ambos condicionados tanto pela organização interna de nosso espírito quanto pelas impressões recebidas do exterior. O primeiro elemento deve necessariamente estar contido em todo conhecimento e em toda experiência; também, tudo o que depende desta parte do conhecimento, intelectual e geral, é completamente certo e independente das impressões dos sentidos particulares. As formas puras da intuição, o espaço e o tempo, são comuns a toda experiência, são seus componentes necessários e inseparáveis pelo pensamento, enquanto que as diversas experiências, para formarem juntas um conhecimento, devem estar ligadas pelos conceitos puros do entendimento, entre outras categorias, das quais a causalidade faz parte.

Nesse momento, Kant explica a necessidade e a validade universal das formas puras da intuição e dos conceitos puros do entendimento pelo fato de que decorrem da organização de nosso espírito. O mundo se apresenta aos nossos sentidos sob a forma de uma série de fenômenos no espaço e no tempo; na presença de nosso entendimento, esses fenômenos se convertem em coisas, que são reunidas em um todo da natureza, segundo a causalidade, por meio das leis naturais. As formas da intuição e dos conceitos do entendimento não tem nenhum valor para as coisas, tal e como elas são em si; não sabemos nada sobre elas; não podemos representá-las nem pensar sobre elas.

Os resultados desta investigação, que são, do nosso ponto de vista, a parte mais válida da filosofia de Kant, como a primeira contribuição importante para uma teoria científica do conhecimento, tiveram do seu ponto de vista um significado diferente; via neles principalmente o meio de responder a estas outras perguntas: Qual é o valor de um saber que vai além da experiência? Podemos obter verdades por uma simples dedução feita com a ajuda de conceitos

que vai além do sensível? Ao responder negativamente, sua crítica arruinava o racionalismo. Não podemos ultrapassar os limites da experiência; apenas esta última nos permite o acesso à ciência. Todo o conhecimento que tentou ter sobre o infinito e o ilimitado, sobre as ideias da razão pura, da alma, do mundo e de Deus nada mais são do que puras ilusões; as contradições em que o espírito é induzido ao erro, ao aplicar as categorias a tal campo, fora da experiência, surgem por meio da luta estéril que opõe aos sistemas filosóficos. A metafísica, como ciência, é impossível.

Assim foram refutados não só o racionalismo, mas também o materialismo burguês, que estava em voga entre os filósofos do iluminismo na França. O que se refutou não foram apenas as afirmações, mas também as negações sobre o infinito e o suprassensível; desta forma, esse domínio se fazia livre para a crença, para a convicção imediata. Deus, a liberdade e a imortalidade foram excluídos da certeza própria das verdades naturais extraídas da experiência; mas sua certeza não era menos sólida; era simplesmente de outra espécie subjetiva, era uma convicção pessoal e necessária. Desta forma, a liberdade da vontade não era um conhecimento decorrente da experiência, pois nunca nos ensina mais do que a servidão e a submissão às leis da natureza; pelo contrário, era uma convicção necessária de cada indivíduo, que a sente sob a forma do imperativo categórico: “tu deves”, que coloca dentro de si o sentimento do dever e sabe que pode agir de acordo com ele; desta maneira, se afirmava incondicionalmente, sem a necessidade de comprovação empírica. A imortalidade da alma e a existência de um Deus surgiam com uma certeza da mesma espécie; em suma, tornou certas todas as ideias que na *Crítica da razão pura* haviam se tornado problemáticas. Ao mesmo tempo, esclarecia a forma como a teoria do conhecimento foi introduzida; em nenhum lugar do mundo dos fenômenos havia espaço para a liberdade, porque tudo nele estava determinado de acordo com a estrita causalidade, conforme o exige a constituição de nosso espírito. É por isso que era necessário encontrar um lugar em outra parte, e as próprias coisas, que ainda não eram mais que uma palavra vazia e sem sentido, recebiam agora um significado mais elevado. Escapavam ao espaço, ao tempo e às categorias, eram livres; até certo ponto, formavam um segundo mundo, o mundo dos númenos que residia por trás do mundo dos fenômenos, e que criava a contradição entre a necessidade causal da natureza e a convicção pessoal de ser livre.

Tais concepções correspondiam perfeitamente ao estado da ciência e do desenvolvimento econômico da época. Todo o domínio da natureza era unicamente da competência do método indutivo e da ciência, que, rigorosamente materialista, se baseavam unicamente na experiência e na percepção, introduzem em toda as partes relações de estrita

causalidade e rejeitam toda intervenção sobrenatural. Mas embora fosse definitivamente excluída das ciências da natureza, a crença ainda não podia ser dispensada; a ignorância quanto à origem da vontade humana deixava espaço para uma doutrina moral sobrenatural. As tentativas dos materialistas de eliminar o supracensível neste campo também foram outros tantos fracassos; os períodos ainda não estavam maduros para uma ética natural e materialista; porque a ciência ainda não podia demonstrar, como uma verdade indubitável baseada na experiência, a origem terrena das normas morais e das ideias em geral.

Se, a partir daquele momento, a filosofia de Kant aparece como expressão autêntica do pensamento burguês, essa característica está ainda mais claramente marcada pelo fato de que a liberdade está no centro do sistema e o domina completamente. Para desenvolver as forças produtivas, o capitalismo ascendente precisava da liberdade dos produtores de mercadorias, da liberdade de competição, da liberdade de explorar sem limites. Livres de todos os laços e de todas as limitações, os homens deviam poder entrar em competição com seus cidadãos livres e iguais, de acordo com suas próprias capacidades, sem obstáculos de qualquer espécie. Desta forma, a liberdade foi o grito de guerra da jovem burguesia da época, ambiciosa e lutando pelo poder; e a teoria kantiana da razão prática foi o eco da Revolução Francesa cujo movimento estava sendo desencadeado. Mas a liberdade não era limitada; estava ligada à lei moral; não devia ser utilizada para a busca da felicidade, mas para atuar de acordo com a lei moral, para cumprir seu dever. Não era o interesse do indivíduo que devia triunfar para que a sociedade burguesa fosse possível; muito superior era a salvação de toda classe, e as regras desta última, tomadas como regras morais, iam além da busca da felicidade. Mas, por esta razão, não podiam ser plenamente seguidas e cada um se via obrigado a infringi-las a todo momento em benefício de seu interesse pessoal; a lei moral não podia subsistir, enquanto tal, apenas se nunca fosse cumprida. É por isso que estava fora da experiência.

Na doutrina moral de Kant se anunciava a contradição interna da sociedade burguesa, que constitui o motor do desenvolvimento econômico em constante progresso. É esta contradição que está na base da oposição entre virtude e felicidade, entre liberdade e sujeição, entre crença e ciência, entre o fenômeno e a coisa em si. É a razão essencial de todas as contradições e o do dualismo tão fortemente marcado da filosofia kantiana. Essas oposições eram os elementos que deviam conduzir o sistema à sua ruína e à sua perdição, assim que as contradições latentes na produção burguesa viessem à luz no grande dia, isto é, imediatamente após a vitória política da burguesia. Não poderia ser destruída definitivamente, exceto quando a origem terrena da moral fosse descoberta; só então essas oposições poderiam ser

compreendias e superadas como oposições relativas, logo, aparentes; só então uma ética materialista, uma ciência da moral pode expulsar a crença de seus últimos entrincheiramentos. Isso só foi possível com a descoberta das classes sociais e da essência da produção capitalista, que foi a grande obra inicial de Karl Marx.

A prática do capitalismo em ascensão em meados do século XIX era um desafio manifesto que exigia uma crítica proletária da teoria kantiana da razão prática. A liberdade moral burguesa aparecia como liberdade de exploração pela burguesia, como escravidão para os trabalhadores; a defesa da dignidade humana se concretizava na miséria e no embrutecimento do proletariado e o estado igualitário nada mais era do que o estado de classe da burguesia. Se revelava que a moral sublime de Kant, em vez de ser o princípio da conduta eterna do homem em geral, não era mais que a expressão dos limitados interesses de classe da burguesia. Esta crítica era o primeiro elemento da teoria geral que, uma vez constituída, comprovou cada vez mais sua boa fundamentação através dos novos acontecimentos históricos e permitiu, por sua vez, que esses acontecimentos fossem perfeitamente esclarecidos. As classes sociais, diferenciadas segundo seu papel no processo de produção teriam, portanto, interesses divergentes e opostos e cada uma deveria considerar como bom e sagrado o que estava de acordo com seu interesse. Estes interesses gerais de classe, ao contrário dos interesses particulares dos indivíduos, se manifestavam no grande dia na forma elevada de aspirações morais e, como esses interesses eram universalmente sentidos, todos os membros da classe sabiam reconhecê-los; uma classe dominante podia, desta forma, por um determinado período, enquanto sentisse necessidade para o modo de produção no qual desempenhava o papel de liderança, impor o respeito e o reconhecimento de seus interesses de classe como se fossem de interesse geral, e, portanto, também sua moral, a uma classe dominada e escravizada. A origem destas aspirações não pôde ser descoberta porque a essência e o significado do processo material de produção foram ignorados; não eram extraídas da experiência; eram sentidas de forma imediata e intuitiva; é por isso que lhes atribuía uma origem sobrenatural e uma validade eterna.

Como para as normas da moral, também se compreendia agora a estreita relação das demais manifestações do espírito humano (religião, arte, ciência, filosofia) com a essência real e material da sociedade. O espírito humano, em todas as suas manifestações, é condicionado pelo resto do universo; não é mais que uma parte da natureza, e a ciência do espírito torna-se parte da natureza, e a ciência do espírito torna-se uma ciência natural. As impressões do mundo exterior determinam a experiência, as necessidades do homem determinam sua vontade, as

necessidades gerais a vontade moral; assim, por meio do processo social do trabalho, o homem intervém de forma ativa no mundo que o rodeia.

Por isto, os princípios fundamentais da filosofia são radicalmente alterados. Considerando que agora o espírito humano foi convertido em uma coisa natural como as outras, que está em interação com o resto do universo e ligado a ele por um lado da causalidade em virtude de leis conhecidas em sua maior parte, se insere inteiramente no mundo dos fenômenos de Kant. Não é mais possível falar de númenos; eles não existem mais. A filosofia se reduz à teoria da experiência, à ciência do espírito humano. Então, era necessário desenvolver mais o que Kant havia inaugurado. Kant sempre opôs claramente o espírito e a natureza; a ideia de que esta separação era apenas provisória, destinada apenas a favorecer a pesquisa, e que não havia diferença absoluta entre o espiritual e o material, permitiu fazer avançar o conhecimento do pensamento. Mas apenas um pensador que houvesse assimilado a teoria socialdemocrata era capaz disso; ao cumprir esta tarefa com seu livro *A essência do trabalho intelectual humano*, cuja primeira edição apareceu em 1869 e a segunda parte hoje, *Josef Dietzgen* tem merecido o título de filósofo do proletariado. Mas isto só foi possível com a ajuda do modo dialético de pensamento que Hegel havia desenvolvido; é por isso que a evolução dos sistemas filosóficos idealistas de Kant e Hegel aparece desde nossos dias como o movimento iniciador e precursor da concepção proletária do mundo.

A filosofia de Kant logo sucumbiria ao seu dualismo. Havia demonstrado que não há certeza além do campo do finito, da experiência, e que o espírito se perde em contradições enquanto queira aventurar-se além. Enquanto razão, busca a verdade absoluta, mas não pode alcançá-la: tateia no escuro, e a crítica pode muito bem explicar o motivo desta obscuridade, mas não pode indicar-lhe o caminho. A dialética aqui nada mais é do que pura resignação. Por outro meio, a partir de sua consciência moral, encontra uma certeza sobre o que está além da experiência, mas isso ainda é um saber imediato, uma crença, radicalmente separada do conhecimento intelectual. Ir além dessa separação aguda, dessa oposição não resolvida, essa foi a tarefa do movimento filosófico que, partindo diretamente de Kant, encontrou seu fim em Hegel. O resultado foi a ideia de que a contradição é a verdadeira natureza de todas as coisas; mas esta contradição não pode permanecer imóvel e sem consequências; deve ser resolvida e superada. É por isso que o mundo não pode ser compreendido como um ser imóvel, mas unicamente como processo, atividade, mudança; o processo consiste em equalizar, a cada vez, os termos opostos de uma forma superior e a contradição aparece então como a alavanca de uma evolução posterior. O que realiza esse autodesenvolvimento dialético, nesses sistemas

idealistas, não é o mundo material, mas o elemento espiritual, a ideia. Em Hegel, essa concepção toma a forma de um sistema universal, o autodesenvolvimento do Absoluto, que é o Espírito (Deus); ser indistinto em um princípio, desenvolve em si mesmo os conceitos lógicos; depois produz fora dele o seu contrário, no qual aparece sob outra forma, exteriorizada, a saber, a natureza; no seio desta última todas as formas particulares se desenvolvem, sempre segundo o caminho das oposições que aparecem e são resolvidas sob uma forma superior. Finalmente, na forma do espírito humano, chega à consciência de si, que, da mesma forma, se desenvolve de um estágio a outro superior, até alcançar, ao final de desenvolvimento, o autoconhecimento, o saber imediato do Absoluto. É o que se produz inconscientemente na religião. A religião, que devia se contentar, enquanto crença, com uma posição modesta em Kant, se apresenta aqui com toda certeza, como o conhecimento mais elevado, superior a qualquer outro saber, como o conhecimento imediato da verdade absoluta (Deus). Na filosofia, isso é realizado conscientemente; e ao desenvolvimento lógico do espírito humano corresponde a evolução histórica, que encontra seu fim e seu objetivo final na própria filosofia hegeliana.

Desta forma, todas as ciências e todas as partes do universo estão reunidas em um todo harmonioso por este sistema magistral; no entanto, a dialética revolucionária, a teoria do desenvolvimento, para a qual toda coisa finita é transitória, ainda mantém um caráter conservador, uma vez que, ao atingir a verdade absoluta, define um objetivo a toda a evolução posterior. Tudo o que se sabia naquela época encontrava expressão neste sistema, neste ou naquele momento do desenvolvimento dialético; neste, muitas das antigas concepções das ciências da natureza, que depois se mostraram inexatas, aparecem como verdades necessárias, baseadas não na experiência mas na dedução. Por dar a impressão da pesquisa empírica ser inútil como fonte das verdades particulares, a filosofia de Hegel não encontrou muita credibilidade entre os homens de ciência; neste campo, foi muito menos fecunda do que pode ter sido, se, por trás dessa falsa aparência, se houvesse compreendido melhor seu verdadeiro significado: o vínculo harmonioso que estabelece entre resultados e disciplinas muito distantes umas das outras.

Sua influência sobre as ciências abstratas foi maior; por isso, proporcionou ao autor uma posição central excepcional no mundo intelectual da época. Por um lado, a concepção da história como desenvolvimento e progresso, no qual todo estado anterior imperfeito conservava uma racionalidade natural como fase preparatória, necessária, para os estados posteriores, era uma aquisição importante para a ciência; por outro lado, os desenvolvimentos sobre a filosofia do direito e da religião estavam em oposição direta com as necessidades e as ideias da época.



Na filosofia do direito, o espírito é considerado, no momento em que entra na realidade sob a forma de espírito humano, como tendo uma vontade livre e consciente como característica principal. Em primeiro lugar, é o indivíduo que encontra sua liberdade incorporada em sua propriedade; entra em conflito com outros indivíduos idênticos; seu livre arbítrio é traduzido em determinações morais. Na medida em que todos os indivíduos estão reunidos em uma totalidade, a oposição é superada pelas unidades sociais que constituem a família, a sociedade burguesa e o Estado. Aqui, as determinações morais passam da realidade interior à realidade exterior; enquanto expressão de uma vontade superior, mais geral, coletiva, situam-se entre as regras morais universalmente reconhecidas, entre as leis naturais da sociedade burguesa e as leis autoritárias do Estado. Neste último, cuja forma superior é a monarquia, o espírito é levado, sob a forma da ideia de Estado, ao mais alto nível de realidade objetiva.

O caráter reacionário da filosofia de Hegel não reside somente nesta glorificação do Estado e da realeza, que fez dela, depois da Restauração, a filosofia oficial da Prússia. Era por essência puro produto da reação, que, nessa época, representava o único progresso possível depois da Revolução. A reação foi a primeira crítica social e prática da sociedade burguesa. Quando esta foi solidamente instalada e suas imperfeições começaram a ser percebidas, o que era relativamente bom no antigo regime apareceu um dia melhor. A burguesa estava assustada com as consequências de sua evolução, reconhecendo a sua limitação no proletariado: havendo alcançado seu objetivo de classe, deu um passo atrás na revolução e quis aceitar como amos o estado feudal e a realeza, cuja proteção utilizou, contando que se fizessem os servidores de seus interesses. As forças da feudalidade que antes estavam soterradas pelo peso de seus pecados e pela superioridade absoluta da nova ordem social ergueram-se quando esta crítica, muito bem fundamentada, lhes deu a oportunidade. No entanto, não puderam conter a Revolução, exceto na medida que reconheciam suas limitações; estiveram mais uma vez em condições de dominar a burguesia, submetendo-se a ela enquanto que se impunha; já não podiam reinar contra, mas a favor do capitalismo cuja insolvência se manifestava por esta dominação. A teoria da restauração devia consistir, pois, principalmente em uma crítica radical da filosofia revolucionária burguesa; mas esta não pode ser rejeitada como absolutamente falsa. Sua verdade teve que ser reconhecida como crítica da velha ordem, mas se destacava a imprecisão de uma oposição aguda entre os erros da velha ordem e a verdade da nova. A legitimidade desta teoria era ela mesma relativa, limitada, como precursora de uma verdade superior, visto que reconhecia o mesmo caráter de verdade temporária e limitada na ordem sobre a qual havia triunfado. Dessa forma, as oposições foram alteradas em momentos de desenvolvimento da

verdade absoluta; dessa maneira, a dialética se convertia no conteúdo essencial e no método da filosofia pós-kantiana; assim, eram precisamente os teóricos da reação que guiaram a filosofia por novos caminhos e puderam passar pelos precursores do socialismo. Pôr em dúvida e criticar todas as tradições, abrigando prudentemente a fé ameaçada, tal havia sido a direção do pensamento da burguesia revolucionária; aceitar fielmente a verdade absoluta, a fé orgulhosa, que glorificava a si mesma, era a da burguesia reacionária. A filosofia de Hegel corresponde teoricamente à prática de Metternich e da Santa Aliança.

A prática do Estado policial prussiano, que personificava os defeitos do capitalismo sem suas vantagens e, conseqüentemente, a reação em seu grau máximo, trouxe consigo o colapso da filosofia de Hegel; isto ocorreu assim que o capitalismo, entretanto, fortemente reforçado, começou a se rebelar praticamente contra as formas que queriam limitar a sua reação. Em sua crítica da religião, Feuerbach abandonou as superiores abstrações fantásticas para retornar ao homem real; Marx demonstrou que a realidade da sociedade burguesa consistia na oposição de classes, e que definia seu caráter ao mesmo tempo imperfeito e transitório; e descobriu no desenvolvimento da produção material a verdadeira evolução histórica. O espírito absoluto que havia corporificado no regime despótico do *Vormärz*<sup>2</sup> revelava ser, agora, o limitado espírito burguês, que a sociedade burguesa fez passar pelo objetivo da evolução histórica. O princípio de Hegel *todo finito tem a característica de suprimir-se a si mesmo*, realizou suas provas sobre sua própria filosofia, enquanto que se captou sua finitude e sua limitação. Sua forma conservadora foi rejeitada, mas se manteve o conteúdo revolucionário, o pensamento dialético; encontrou sua superação no materialismo dialético, segundo o qual a verdade absoluta se realiza somente no progresso indefinido da sociedade e do conhecimento científico.

Desta forma, a filosofia de Hegel não foi rejeitada inteiramente como falsa; foi simplesmente reconhecida pelo que era, uma verdade relativa e limitada. Os destinos do espírito absoluto em seu autodesenvolvimento nada mais são do que a descrição fantástica do processo realizado pelo real espírito humano, aprendendo a conhecer o mundo e nele intervindo ativamente. Em vez de ser o modo de desenvolvimento da Ideia absoluta, a dialética torna-se, agora, o único método correto do pensamento que o espírito humano real deve aplicar ao conhecimento do mundo real e para a compreensão do desenvolvimento social. A considerável importância da filosofia de Hegel, mesmo para nossa época atual, reside nisto: uma vez despojada de seu lado excessivo, constitui a melhor descrição do espírito humano e de sua forma

---

<sup>2</sup> O *Vormärz* (lit. antes de março) se refere ao período absolutista, em Alemanha, entre 1815 e 1848 (N. do T.).

de trabalho, o pensamento, deixando muito para trás de si as primeiras contribuições laboriosas de Kant à teoria do conhecimento.

Mas não tem mais o direito a ter validade neste campo, desde que Dietzgen criou os princípios fundamentais de uma teoria dialética e materialista do conhecimento. Dietzgen demonstrou que o pensamento dialético, do qual as obras de Marx e Engels são exemplos monumentais, é indispensável para a teoria do conhecimento; só este modo de pensar permitiu-lhe levar esta última ao seu primeiro plano e à sua conclusão provisória.

Quando as concepções que Dietzgen apresentou nesta obra são qualificadas como sua filosofia, muito se disse, porque não tem a pretensão de formar um novo sistema filosófico, mas também se disse muito pouco, porque então seriam perecíveis como os outros sistemas. O mérito de Dietzgen consiste em ter feito da filosofia uma ciência da natureza, como Marx o fez para a história. Desta maneira, o instrumento do pensamento humano é libertado do elemento fantástico; é considerado como parte da natureza, e seu ser particular, concreto, que se transforma e se desenvolve ao longo da história, deve ser sempre conhecido mais profundamente por meio da experiência. A obra de Dietzgen se vê como uma realização finita e provisória deste objetivo; enquanto tal, deve ser melhorada e aperfeiçoada por pesquisas posteriores. Sua obra é radicalmente diferente das filosofias anteriores e é superior a elas precisamente porque é menos ambiciosa; se apresenta como algo adquirido da filosofia, para o qual todos os grandes pensadores contribuíram, mas considerado, examinado, recolhido e reproduzido pelo espírito ponderado de um socialista. Ao mesmo tempo, comunica esse caráter de verdade imperfeita aos sistemas precedentes, que não aparecem mais como especulações arbitrariamente mutáveis, mas como estágios do conhecimento que progride segundo uma relação natural e que contém cada vez mais verdade, cada vez menos erros. Hegel havia adotado este ponto de vista tão superior aos demais; nele, no entanto, o desenvolvimento encontrava um fim autocontraditório em seu próprio sistema. Da mesma forma, em Dietzgen, a última forma se tornou a mais elevada; o passo decisivo que representa na história do pensamento é que é a primeira a realizar esta concepção específica. A nova ideia segundo a qual o espírito do homem é um ser natural como os outros constitui um progresso essencial no conhecimento do espírito humano, que o coloca na primeira linha desta história; e tal progresso não pode ser anulado, porque significa a decepção de uma ilusão muitas vezes secular. Pelo fato de que esta concepção não é considerada como a verdade absoluta, mas como uma verdade limitada, inacabada, não pode entrar em colapso, como os sistemas filosóficos anteriores colapsaram. Constitui a extensão científica da filosofia anterior, assim como a astronomia era a extensão da astrologia

e das fantasias pitagóricas, e a química a extensão da alquimia. Ocupa o mesmo lugar que as antigas filosofias e tem em comum com elas, além do fato de ser a teoria do conhecimento, fornecendo-nos os princípios fundamentais da concepção sistemática do universo.

Enquanto socialista ou proletária, a concepção moderna do mundo opõe-se intensamente à concepção burguesa: a essência de seu conteúdo nos foi dada por Marx e Engels. Dietzgen desenvolve aqui os princípios de sua teoria do conhecimento, seu caráter de verdade nos é indicado pelos termos: materialista e dialética. Seu conteúdo é o materialismo histórico, a teoria do desenvolvimento da sociedade, tal e como foi no *O Manifesto Comunista*, desenvolvida em detalhe em um grande número de obras e demonstrada muito melhor por uma infinidade de fatos. De um lado, nos dá a certeza científica de que a miséria e a imperfeição da sociedade atual, consideradas naturais e inevitável pelas concepções burguesas, nada mais são do que um estado transitório, e que o homem, em um futuro próximo, se libertará da servidão de suas necessidades materiais mediante o controle da produção social. Por outro lado, esta ciência do homem e da sociedade constitui, com os resultados mais seguros das ciências da natureza, um todo, uma ciência global do universo, que torna supérfluas todas as superstições e por isso mesmo encerra em si mesmo a libertação teórica, a libertação do espírito. Encontramos a garantia de que esta ciência consegue deixar de lado apenas a ilusão, para formar uma concepção satisfatória e harmoniosa do mundo, nos princípios da teoria do conhecimento que Dietzgen nos apresenta. Nesse sentido, esta última oferece uma base sólida para nossa concepção do mundo.

Sua primeira característica é ser materialista; em oposição aos sistemas idealistas da idade de ouro da filosofia alemã, que viam no espiritual o fundamental de todo ser, esta teoria parte do ser material concreto. Não que ela considere a matéria física o princípio fundamental; pelo contrário, se opõe claramente ao materialismo vulgar da burguesia; entende por matéria tudo o que é real e, portanto, tudo o que é um dado para o pensamento, incluindo as ideias e as quimeras. Seu princípio é a unidade de todos esses seres concretos; desta maneira, dá ao espírito humano um lugar equivalente a todas as outras partes do ser; demonstra que o espírito está tão intimamente ligado a todas as outras coisas que existe apenas como parte de um único e mesmo universo, e que todos os seus conteúdos nada mais são do que efeitos de outras coisas. Com isso, constitui a base teórica do materialismo histórico; o princípio “a consciência do homem é determinada por sua existência social” poderia passar por uma simples generalização de um grande número de dados históricos, discutível e imperfeita como toda teoria científica e que deve ser melhorada por experiências posteriores; mas, neste momento, a total dependência do

espírito do resto do mundo torna-se em um princípio necessário do pensamento, indiscutível e imutável, assim como a causalidade. Isto significa, ao mesmo tempo, a eliminação de toda crença nos milagres; depois de serem excluídos da natureza por um longo tempo, os milagres estão banidos do campo do espírito.

A ação esclarecedora desta filosofia proletária consiste em refutar toda superstição, demonstra o absurdo de todo culto, seja ele qual for. Porque tinham apenas o conhecimento da natureza, no sentido mais estrito, e porque a essência do espírito humano permanecia algo misterioso para eles, os filósofos burgueses das luzes tiveram que parar na metade do caminho: apenas o conhecimento socialista foi capaz concretizar a crítica radical e a refutação da superstição cristã, que consistia precisamente na crença em um espírito sobrenatural. Com suas explicações dialéticas sobre o espírito e a matéria, o finito e o infinito, Deus e o mundo, Dietzgen elucidou completamente o elemento confuso e misterioso que até então obscurecia esses conceitos, e refutou definitivamente todas as crenças suprassensíveis. Esta crítica dirige-se também aos valores burgueses: a liberdade, o bem, o espírito, a força, que nada mais são do que imagens fantásticas que correspondem a conceitos arbitrários de amplitude limitada.

Tal concepção só foi possível porque estabeleceu, ao mesmo tempo, como teoria do conhecimento, a relação entre o mundo que nos rodeia e a imagem que o nosso espírito dele faz; a este respeito, Dietzgen foi quem terminou a obra iniciada por Hume e por Kant. Tomadas como teoria do conhecimento, as ideias que desenvolve não foram apenas a base filosófica do materialismo histórico, mas também de todas as outras ciências. A crítica detalhada à qual submete certos escritos científicos de intelectuais renomados demonstra que Dietzgen estava plenamente ciente da importância de sua obra a esse respeito; mas, como era de esperar, a voz de um operário socialista não chegou aos anfiteatros universitários. Só muito mais tarde, quando concepções análogas surgiram entre os espíritos científicos; e somente hoje, quando, nos mais eminentes teóricos das ciências da natureza, se desenvolveu a ideia de que explicar não significa outra coisa senão descrever os processos da natureza da forma mais simples e mais completa possível.

Na teoria do conhecimento, percebe-se claramente que o pensamento dialético é um meio indispensável para trazer à luz a natureza do saber. O espírito é a faculdade da unidade; a partir da realidade concreta, que é sempre mutável, um movimento perpétuo, um rio sem limites, forma conceitos abstratos que são, por natureza, rígidos, imóveis, definidos, imutáveis. Daí resulta esta contradição: os conceitos devem adaptar-se constantemente aos novos aspectos da realidade, sem serem plenamente capazes de fazê-lo; devem representar os vivos por meio

do que está morto, o ilimitado por meio do que tem limite, eles próprios são finitos encerrando, apesar de tudo, a natureza do infinito. Esta contradição é compreendida e resolvida assim que se apreende a natureza da faculdade de conhecer, que é por sua vez poder de unificar e de distinguir, que é uma parte limitada do todo e, ao mesmo tempo, abrange todas as coisas e, enquanto a natureza do universo foi conseqüentemente compreendida. O universo é a unidade de uma multiplicidade infinita; por isso, recolhe em si todas as oposições, que as torna relativas e as pavimenta; nele não há oposições absolutas; antes, é o espírito que, sendo também o poder de distinguir, as introduz. A solução prática para as contradições está na prática da pesquisa científica, com suas mudanças radicais e seus progressos ilimitados: em cada momento, se transforma, rejeita, substitui, melhora, unifica, busca, ao mesmo tempo, uma unidade cada vez maior e uma diferenciação cada vez mais ampla.

Graças a esta teoria do conhecimento, o materialismo dialético também apresenta uma solução aos alegados enigmas do universo. Não é que resolva todos os enigmas – ele disse expressamente que essa solução só pode ser obra do progresso indefinido da ciência -, mas os resolve no sentido de que tira seu caráter misterioso e os transforma em tarefas práticas e chegamos à solução por uma progressão indefinida. O pensamento burguês não pode dar uma resposta aos enigmas do universo; alguns anos após o surgimento desta obra, a ciência da natureza reconhecia essa incapacidade no *Ignorabimus* de Dubois-Reymond. Ao resolver o enigma da natureza do espírito humano, a filosofia do proletariado obtém a certeza de que não existem, de forma geral, enigmas insolúveis.

Ao final de sua obra, Dietzgen também nos apresenta os princípios fundamentais de nossa nova ética. Parte do ponto de vista de que as ideias do bem e do mal encontram sua origem nas necessidades humanas e que o que se denomina verdadeiramente moral é o que geralmente está de acordo com seu objetivo; em seguida se torna evidente que a natureza das teorias morais civilizadas é traduzir os interesses de classes. Ao mesmo tempo, afirma-se a justificativa e a racionalidade destas doutrinas morais temporárias, uma vez que necessariamente surgiram, a cada vez, das necessidades da sociedade. O vínculo entre o homem e a natureza assegurado pelo processo do trabalho social, que é indispensável para a satisfação das necessidades. Enquanto estes vínculos eram correntes, o homem estava acorrentado a uma moral obscura e sobrenatural: uma vez que o processo de trabalho fosse conhecido, dominado e conscientemente regulado, essas correntes deveriam cair e a moral ser substituída pelo reconhecimento racional de todas as necessidades sem exceção.

Os escritos filosóficos de Dietzgen não parecem haver exercido, até agora, uma influência considerável no movimento socialista; sem dúvida encontraram um grande número de admiradores silenciosos que tem ajudado muito a esclarecer suas próprias considerações, mas seu significado para a teoria de nosso movimento não tem sido compreendido. Por outro lado, isso não é surpreendente. Mesmo os escritos econômicos de Marx, cuja importância era muito mais imediatamente visível, não encontraram uma grande compreensão nos primeiros dez anos que se seguiram ao seu aparecimento. O movimento desenvolveu-se espontaneamente, e somente graças à lucidez de certos dirigentes, a teoria marxista pôde exercer, na época, uma influência essencial e fecunda no movimento operário; nem é de se surpreender se a filosofia do proletariado, que permanece atrás da economia do ponto de vista da utilidade imediata, não tenha atraído uma maior atenção. Foi somente após a revogação da lei sobre os socialistas que a compreensão da economia e da política se desenvolveu na classe operária alemã, que ocupava o primeiro posto no plano teórico no movimento internacional; e mesmo teses oriundas da teoria marxista foram adotadas como princípios fundamentais do partido. Mas para a maioria de seus porta-vozes, ainda era muito mais a formulação sumária de convicções práticas necessárias do que a emanção de uma ciência bem conhecida e amplamente compreendida. Sem dúvida, é preciso levar em consideração a grande extensão do partido e sua atividade, que exigiu todas as forças para a organização e a direção; é por isso que todos os jovens intelectuais se lançaram ao trabalho prático, deixando de lado o estudo teórico. Esta negligência foi paga com as divergências teóricas dos últimos anos.

A partir de agora, a decrepitude do capitalismo parece tão clara, através do declínio dos partidos burgueses, que a simples prática do movimento socialista atrai para suas fileiras aqueles que têm o espírito independente e um sentimento de justiça. Mas este passo não é acompanhado pela assimilação, por meio de um estudo sério, de todo o conteúdo da concepção proletária do mundo; é substituído pela crítica da ciência socialista do ponto de vista burguês. O marxismo é medido de acordo com as normas de uma epistemologia burguesa inacabada, e os neokantianos, ignorando completamente a experiência de todo o século de filosofia, tentam reduzir o socialismo à moral kantiana. Fala-se até em se reconciliar com o cristianismo e de negar o materialismo.

Este modo de pensar burguês, que se opõe ao marxismo enquanto antidialético e antimaterialista, o encontramos hoje realizado no revisionismo; unindo uma concepção burguesa do mundo com convicções anticapitalistas, ocupa o lugar do antigo anarquismo e, como ele, incorpora muitas vezes as tendências pequeno-burguesas na luta contra o capitalismo.

Para remediar tal situação, seria necessário que nos ocupássemos muito mais da teoria, em particular, das obras filosóficas de Dietzgen.

Marx descobriu a natureza do processo material da produção e estabeleceu sua importância decisiva como motor da evolução social. Mas não explicou em detalhe, a partir da essência do espírito humano, a origem do papel que desempenha neste processo material. Com a força tradicional do pensamento burguês, essa limitação é uma das principais razões pelas quais suas teorias foram compreendidas de forma tão imperfeita e tão deformada. Agora, Dietzgen preenche esta lacuna, uma vez que tomou exatamente a essência do espírito como objeto de sua pesquisa. É por isso que o estudo aprofundado dos escritos filosóficos de Dietzgen é uma ferramenta essencial e indispensável para a compreensão das obras fundamentais de Marx e Engels. Os trabalhos de Dietzgen nos mostram que o proletariado possui uma arma poderosa não só em sua teoria econômica, mas também em sua filosofia. Aprendamos a servir-nos dela.